

# **A ESQUERDA À ESQUERDA DE CUNHAL (1964-1974)**

**Jorge Filipe Figueiredo Fontes**

**Mestrado em História Contemporânea**

**JUNHO 2009**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de Prof. Doutor  
Fernando Rosas

*Dedico esta tese à minha família e aos meus amigos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Prof. Doutor Fernando Rosas ter aceite ser o orientador desta tese de Mestrado, bem como as observações críticas que prestou à mesma, tendo contribuído para a sua melhoria.

Agradeço também aos funcionários da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Museu República e Resistência pela ajuda inestimável que deram à realização da pesquisa.

E por último agradeço à minha família, sem ela nada seria possível.

# **RESUMO**

## **A ESQUERDA À ESQUERDA DE CUNHAL (1964-1974)**

**Jorge Filipe Figueiredo Fontes**

**PALAVRAS-CHAVE:** Esquerda Radical, Extrema-Esquerda, Marxismo, Estalinismo, Maoismo, Trotskysmo, Álvaro Cunhal, Francisco Martins Rodrigues, 25 de Abril

Esta tese resume a história do nascimento das correntes da esquerda radical em Portugal. Analisa a primeira ruptura pela esquerda do PCP, através da cisão maoista protagonizada por Francisco Martins Rodrigues e trata de explicar a «árvore genealógica» desta corrente nas suas multiplicações.

Enquadra esta ruptura no contexto da luta pela hegemonia política a nível internacional, e relaciona a mutação do mapa político na oposição antifascista com estas grandes tendências de fundo.

Explica as características principais dos grupos e correntes políticas, as diferenças entre elas e o seu desenvolvimento. Embora acabe por abarcar quase dois séculos de história dos movimentos sociais e das suas organizações políticas, centra-se sobretudo em Portugal, e em particular, nos anos finais da ditadura (quando se dá o *boom* destas organizações) até ao 25 de Abril de 1974.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
DA I INTERNACIONAL Á III INTERNACIONAL: A LUTA PELA HEGEMONIA	5
A IV INTERNACIONAL	10
A REVOLUÇÃO CHINESA	13
O FIM DO MONOLITISMO SOVIÉTICO	16
A «INTERNACIONAL» CHINESA	18
NOVAS ESQUERDAS E «ESQUERDISMO»	22
A CISÃO CHEGA A PORTUGAL	25
RUMO A QUE VITÓRIA?	32
FAP E CMLP: A ALTERNATIVA IDEOLÓGICA MAOISTA	37
FAP E CMLP: A PRIMEIRA TENTATIVA DE TRAZER A «CIÊNCIA» PARA O INTERIOR	43
ENTRE O GOLPISMO E O GUERRILHEIRISMO: A LUAR	46
O GUEVARISMO URBANO: O PRP/BR	48
O CMLP NO EXTERIOR: AS PRIMEIRAS RUPTURAS	51
O «V CONGRESSO» APROFUNDA A CRISE: O PARTIDO QUE NINGUÉM RECONHECE	57
AS ORGANIZAÇÕES NO INTERIOR	62
MRPP	65
URML	68
CCRML	69
OUTROS GRUPOS MENORES	74
O TROTSKYISMO CHEGA A PORTUGAL	75
A «LONGA MARCHA» DA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO (OU A AUSÊNCIA DELE): ALGUNS PROBLEMAS	78

O QUE FOI O 25 DE ABRIL?	83
CONCLUSÃO	87

## Introdução

Quando se assinalaram os 40 anos do Maio de 68, multiplicaram-se as comemorações desse ano célebre do passado século XX. Como sempre, a interpretação do passado (a construção da História) levantou de novo velhas questões e trouxe à tona polémicas mil vezes enterradas.

O passado é canibalizado pelo presente. A disputa pela memória é também a luta pela hegemonia. Assim, não espanta que apesar dos apóstolos do pós-modernismo ou do fim da história nos quererem fazer crer que a pesquisa científica da inteligibilidade do sentido das coisas ou a procura da verdade dos acontecimentos é uma construção necessariamente votada ao fracasso, ou na melhor das hipóteses, uma utopia instrumentalizada com fins ideológicos, exista cada vez mais uma necessidade crescente em compreender o mundo através da arma da crítica histórica.

No frenesim do mediatismo, no bombardeamento incessante de “informação”, nas escolhas do que é “notícia” e do que não é, na programação das agendas mediáticas, no afã desmedido por tudo o que é “novo” ou “moderno”, esconde-se na verdade uma profunda ignorância generalizada de todos os processos sociais históricos fundamentais que permitem um enquadramento conceptual e uma reflexão crítica sobre o nosso tempo.

Mas por outro lado, e paradoxalmente, assiste-se também a uma profusão de saudosismo de um passado ainda relativamente recente mas aparentemente já perdido nas brumas do tempo, patente na multiplicidade de efemeridades que cobriram o ano 68.

Seja como for, apesar de algumas reconstituições apenas servirem para reforçar esse vazio epistemológico, ficando-se pelas celebrações memorialistas, adocicando a sua componente fracturante e bifurcadora, as suas raízes são tão definidoras que não deixam de marcar a actualidade. Enquanto Sarkozy clamava contra 68 como motivo de atraso na França, outros insistiam em vestir-lhe as roupas da legitimidade da modernidade, como se tratasse de um parto doloroso, mas necessário à actualização de uma sociedade já demasiado anacrónica.

E é em Paris, nessa tradicional cidade de aglomeração e encontro dos revolucionários, que se encontram muitos jovens portugueses exilados, que vão entrar



em contacto com um mundo político efervescente, em claro contraste com o cinzentismo ruralizante do Portugal de Salazar. É lá onde se fundam e cindem as primeiras organizações que pretendem questionar o PCP pela esquerda, compõem-se canções de intervenção, conspira-se e projectam-se planos para o derrube do regime, (embora sempre de duvidosa eficácia) e sonha-se “desembarcar no Rossio”.

Para a geração que em 1974, conservava o «espírito 68», e em particular para os portugueses, Lisboa era a «nova Jerusalém» da promessa revolucionária. Tinham como fito impedir em Portugal o que De Gaulle conseguira na França: «o regresso à normalidade». E talvez não seja exagerado afirmar que estiveram mais próximo de o conseguir.

De facto, se o Maio de 68 em Paris foi o epicentro da vaga revolucionária que percorreu o mundo, os acontecimentos na capital francesa não ultrapassaram os limites de uma crise revolucionária. Pelo contrário, na Lisboa de 1974/75 o movimento operário e popular foi muito mais longe. A elite fascista-colonialista foi derrubada por um golpe de Estado e viu-se obrigada a perder o seu Império Colonial pela força das armas. Em 28 de Setembro e a 11 de Março foram derrotadas duas tentativas de golpes contra-revolucionários. Em muitas empresas germinaram espontaneamente Comissões de Trabalhadores, funcionando por vezes como órgãos políticos de tendência soviética, no que se chamava o “controlo popular” ou “controlo operário”. A reforma agrária nos campos do sul expropriou uma vasta camada de latifundiários sob a palavra de ordem “A terra a quem a trabalha”. Em nome do combate aos monopólios, a banca e as principais empresas foram nacionalizadas. Grande parte da burguesia fugiu em pânico para o estrangeiro. O exército esteve à beira da ruptura, muitas vezes incapaz de cumprir a sua função repressiva.

E isto tudo, não durante um breve mês, mas durante 19 meses de impressionante caudal revolucionário. Com a possível excepção de La Paz em 1952, Lisboa em 1974/75 terá sido o mais semelhante a São Petersburgo 1917 após o fim da guerra, num palco que para esperança de uns e preocupação de outros, ameaçava mimetizar a experiência russa.

Nesses dias agitados, a influência política das ideias radicais, dos grupos da chamada «extrema-esquerda», dos maoistas, dos guevaristas, dos anarquistas, dos

trotskystas, dos esquerdistas, ganha um peso desproporcional face ao habitual. O seu léxico de grupo ganha uma audiência insuspeita pouco tempo antes, invadindo o espaço público e tornando-se parte integrante da memória colectiva, popularizando-se slogans como “A imaginação ao poder” ou “Nem mais um soldado para as colónias”, que se transformam em marcos incontornáveis da cultura e da História mundial e nacional do século XX.

Assim, para melhor compreendermos a modernidade entendemos necessário, além do estudo da longa duração e do peso das estruturas, ou das grandes «falhas sistémicas» e das «crises revolucionárias» inauguradoras de novas relações sociais e configurações estruturais – integrar abrangentemente nessa empresa, o estudo dos movimentos normalmente marginais e subterrâneos, mas que emergem como protagonistas em períodos bifurcadores.

O movimento comunista em geral e as suas diversas componentes e heresias são afinal de contas um dos produtos mais portentosos da modernidade, apesar da sua crítica feroz ao seu «modo de produção».

Contudo, e apesar de alguns progressos recentes, e de um renovado interesse, o estudo sistemático destes movimentos ainda está por fazer. Esta tese sem ter essa pretensão, pretende à sua maneira contribuir para colmatar essa lacuna.

Sabemos que navegamos num terreno movediço, com muitos dos protagonistas ainda vivos e com uma importante falta de fontes primárias. A temática é controversa e ainda está no cerne de disputas políticas actuais, o que dificulta o trabalho de separação entre a tentativa de contextualização, descrição e explicação do significado histórico dos movimentos, das opiniões pessoais do estudioso. Para além do mais, é bem mais difícil a alguém que não viveu os acontecimentos reconstituir a sua trama, enquadrar os factos na sua justa proporção, definir com rigor quais as grandes linhas de força, separar o essencial do particular, descortinar entre propaganda e verdade.

O objecto desta tese é a luta pela hegemonia no campo dos trabalhadores, as rupturas à esquerda do Movimento Comunista Internacional (MCI) e do Partido Comunista Português (PCP) em particular – e neste processo – a constituição da esquerda radical, ou daquilo que se designou por “extrema-esquerda”.

Deste modo, começaremos com uma contextualização histórica internacional das grandes correntes políticas que disputam este espaço político, analisaremos as sucessivas rupturas do MCI de forma a melhor podermos compreender a génese e o sentido da sua radicação em Portugal, e explicaremos a crise do PCP em 1964, que vai dar origem à corrente m-l (marxista-leninista) e as suas sucessivas cisões e reagrupamentos, bem como o surgimento de organizações de outras tradições e inspirações, mas com a mesma colocação objectiva «à esquerda» do PCP.

Tentaremos portanto fazer o apanhado possível desta constelação de organizações, na difícil trama de “reatar o fio da história”, sobretudo num terreno tão propício às mais acaloradas polémicas e controvérsias, tratando de explicar o seu surgimento, desenvolvimento ou definhamento, ligando-o às condições históricas existentes mas também às suas concepções e mundividências.

Encerraremos a nossa exposição no 25 de Abril de 1974, embora por razões de equilíbrio e coerência de exposição, nos vejamos forçados a distendermo-nos um pouco mais além desta data, e mesmo a fazer um balanço de todo o período. De qualquer modo, as grandes linhas de demarcação política à esquerda do PCP já estão neste momento definidas, e a composição das organizações não sofrerá grandes alterações, se exceptuarmos o surgimento do Movimento de Esquerda Socialista (MES) e a unificação já em Dezembro de 1974, de algumas das organizações maoistas que formarão a União Democrática Popular (UDP).

Para a realização deste trabalho socorremo-nos tanto de bibliografia geral e especializada sobre o tema, como de jornais de referência da época (Diário de Notícias, O Século, Diário de Lisboa) como também do acervo documental do Museu República e Resistência (onde encontrámos inúmeros jornais, panfletos, órgãos teóricos, documentos internos e outras preciosidades) ou da ajuda recente que constitui a internet, que nos permitiram um precioso auxílio nesta precária tarefa de reconstituição da genealogia dos partidos da “extrema-esquerda” e da sua contextualização no espaço-tempo onde se moveram.

As limitações de espaço, tentando-se abarcar tanto tempo e tanta complexidade histórica numa síntese, também podem concorrer inevitavelmente para a simplificação de algumas questões e temáticas, abordadas sumariamente. Com efeito, como todo o resumo, será redutor e simplificará. Contudo, entendemos

preferível aceitar o desafio de tentar sistematizar, esperando que os méritos e a utilidade desta pesquisa suplantem os seus eventuais defeitos.

### **Da I Internacional à III Internacional: a luta pela hegemonia**

A história da luta política pela hegemonia do campo de representação dos trabalhadores é tão antiga como o dealbar do movimento operário. Na verdade é uma história de grandes crises e reagrupamentos que tem como baliza grandes marcos históricos de fractura. Se até 1871 foi possível a convivência numa mesma organização (I Internacional) de um largo espectro de correntes políticas heterogêneas –marxistas, bakuninistas, proudhonistas, sindicalistas e outros – a irrupção da Comuna de Paris vai dividir irremediavelmente as águas entre os anarquistas e os marxistas, provocando a cisão definitiva na Internacional. Enquanto os primeiros rejeitavam o centralismo, os segundos vão construir a II Internacional (1889) criando partidos políticos com influência de massas, sobretudo na Alemanha, onde o SPD<sup>1</sup> chegou a ter milhões de militantes, constituindo o que chamou de uma espécie de “estado dentro do estado”.

Estávamos num período do capitalismo na sua fase imperialista, baseado na exploração económica das colónias. Embora nenhuma conquista importante (direito ao voto, partidos, sindicatos, redução do tempo de trabalho, etc.) tenha sido obtida sem grandes confrontações, os super-lucros coloniais constituíam uma «gordura» suficiente para conceder reformas ao reivindicativo proletariado europeu.

Nas sociedades capitalistas avançadas formava-se também uma nova camada média dos serviços (funcionários públicos, professores, escritórios, etc.) e a melhoria das condições de vida do movimento operário permitia a formação de um novo fenómeno sociológico que se designou como «aristocracia operária».

Parece consensuais serem estes tremendos factores objectivos que vão em última análise explicar a cada vez maior adaptabilidade do SPD à monarquia prussiana e a existência de diferentes correntes políticas no seu seio.

---

<sup>1</sup> SPD. Partido Social Democrata alemão, maior partido da II Internacional.

Enquanto Bernstein<sup>2</sup>, baseado na opinião de que o capitalismo poderia efectuar concessões constantemente, defendia uma acumulação gradual de reformas que permitissem atingir a maioria parlamentar (estrutura considerada acima das classes), chegando-se assim ao socialismo, já Rosa Luxemburgo<sup>3</sup> defendia a necessidade de uma insurreição violenta (Reforma e Revolução e A Acumulação do Capital), dirigindo a ala esquerda do partido.

Normalmente mais esquecido é o papel de Kautsky<sup>4</sup>, “o Papa da II Internacional”, que oscilando entre a ala direita e a ala esquerda, jogava um papel centrista de equilíbrio e coesão das hostes social-democratas, acabando por dirigir o partido.

Este distinguia entre duas estratégias distintas, a primeira a da tomada de poder e a segunda, a «estratégia de esgotamento»: “Em vez de tomar de assalto dum só golpe a fortaleza inimiga, arriscando tudo por tudo e podendo assim perder as aquisições de quarenta anos de progressos parciais e de acumulações de forças, o movimento operário deve começar por cercar essa fortaleza, por a minar, por obrigar o adversário a repetidas e custosas sortidas, que se traduzirão noutros tantos revezes. Deve dividir o adversário e provocar uma progressiva erosão da sua vontade de vencer ou até da sua vontade de lutar. Deste modo, a fortaleza acabará por cair com pouco dispêndio, mas não sem luta”.<sup>5</sup>

A mudança brusca de posição da Internacional face à Guerra Mundial (que tinha aprovado no Manifesto de Basileia de 1912 que no caso de ser declarada guerra se deveria “utilizar todas as forças da crise económica causada pela guerra para sublevar as massas e precipitar assim a queda do domínio da classe capitalista”<sup>6</sup>), apesar do escândalo que provocou em certos meios, estava no entanto inscrita no longo processo de relativa “paz social” que facilitou a adaptação do aparelho partidário do SPD e dos sindicatos por ele dirigidos à ideologia da «nação alemã».

---

<sup>2</sup> Bernstein, (1850-1932). Proeminente teórico do SPD, é considerado o fundador do revisionismo, que refuta as teses de Marx sobre o materialismo dialéctico.

<sup>3</sup> Rosa Luxemburgo (1871-1919). Marxista alemã, da esquerda do SPD. Assassinada pelos Freikorps a mando do governo social-democrata.

<sup>4</sup> Kautsky (1854-1938). Teórico marxista austríaco. Apoiou a entrada da Alemanha na Grande Guerra e será opositor dos bolcheviques.

<sup>5</sup> MANDEL, E., *Crítica do Eurocomunismo*, Edições Antídoto, Lisboa, 1978, pág.163.

<sup>6</sup> SAGRA, ALICIA, *História das Internacionais Socialistas*, Editora José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2005, pág. 31.

Outro partido em que as polémicas eram muito acesas era o POSDR<sup>7</sup>, mas neste ao contrário do alemão, as diferenças entre as duas alas existentes acabaram por dar origem a dois partidos distintos: o bolchevique<sup>8</sup> e o menchevique<sup>9</sup>.

Os mencheviques defendiam a aliança do movimento operário e dos seus partidos com a burguesia liberal e o seu partido, o Kadete, numa frente anti-czarista e policlassista, com a direcção nas mãos dos últimos. Mas depois de derrubado o czar, uma nova etapa surgiria, onde a Rússia se transformaria num país industrial. Tendo o proletariado ganho experiência e combatividade já se poderia lançar para a etapa da conquista do poder.

Já para Lenin,<sup>10</sup> a burguesia liberal seria incapaz de derrubar o czarismo. A “única força capaz de obter ‘vitória decisiva sobre o tzarismo’”, só podia ser o “povo, isto é, o proletariado e o campesinato, se se tomar as grandes forças fundamentais e se se distribuir a pequena burguesia rural e urbana (também ‘povo’) entre um e outro”<sup>11</sup>. Deste modo apontava à “ditadura revolucionária e democrática do proletariado e do campesinato”. Mas tendo em conta o atraso russo, não acreditava que de democrática a revolução ultrapassasse a formação económico-social burguesa e passasse a socialista.

Quanto a Trotsky<sup>12</sup>, o Presidente do Soviete de São Petersburgo de 1905, apontava em rescaldo desse “ensaio geral” no seu “Balanço e Perspectivas”, que “a revolução, que começará como uma revolução burguesa quanto às suas primeiras tarefas, depressa levará as forças hostis a afrontarem-se e não poderá conseguir a vitória final se não transferir o poder para a única classe capaz de se colocar à cabeça das massas oprimidas, o proletariado. Uma vez no poder, este não só não quererá, mas não poderá limitar-se à execução de um programa democrático-burguês; só poderá

---

<sup>7</sup> Partido Operário Social Democrata Russo.

<sup>8</sup> Bolcheviques. Cisão revolucionária do POSDR. O partido bolchevique iria dirigir a revolução de Outubro.

<sup>9</sup> Mencheviques. Cisão reformista do POSDR. Participaram no Governo Provisório e opuseram-se ao governo soviético.

<sup>10</sup> Lenin (1870-1924). Principal dirigente do Partido Bolchevique, que realizou a revolução socialista de Outubro na Rússia. Morre em 1924.

<sup>11</sup> LENIN, V.I., *Duas Tácticas da Socialdemocracia na Revolução Democrática*, Editora Novo Tempo, s.l., pág. 68.

<sup>12</sup> Trotsky (1879-1940). Junto com Lenin, o principal dirigente da revolução russa de Outubro. Expulso da U. Soviética por mando de Estaline e depois por ele assassinado, passou os últimos anos da sua vida a tentar construir a Quarta Internacional.

levar a revolução a bom termo se a revolução russa se transformar numa revolução do proletariado europeu.”.13

Até às Teses de Abril<sup>14</sup> vingarem no Partido Bolchevique, este vinha seguindo uma linha de apoio crítico ao Governo Provisório e à Assembleia Constituinte. Como descreve Medvedev “muitos bolcheviques recorriam, para fundamentar suas posições aos escritos de Lenin nos anos 1905-1907, seriamente convencidos de que a questão de uma revolução socialista só poderia ser levantada quando fossem alcançados os principais objectivos da fase democrático-burguesa da revolução, primeiro entre eles a reforma agrária.”<sup>15</sup>

Contudo, deflagrada a Revolução de Fevereiro, Lenin muda efectivamente de posição e passa a advogar a passagem da revolução a socialista, contra o seu próprio partido, ainda sintonizado na sua antiga posição.<sup>16</sup>

A Revolução de Outubro, enquanto nova forma de poder de Estado, assente em Sovietes (conselhos de delegados eleitos) dos operários, camponeses e soldados; foi um acontecimento de significado mundial que definiria todos os futuros contornos do século.

Lenine e Trotsky<sup>17</sup>, tinham nos seus cálculos a impossibilidade de um jovem estado operário resistir isolado sem o auxílio de novas revoluções na Europa, em países com os recursos mais desenvolvidos e a técnica mais apurada, nomeadamente na Alemanha onde se reunia o mais concentrado e politizado batalhão da classe operária mundial.

Deste modo, em 1919 funda-se a III Internacional com o objectivo de se construírem partidos bolcheviques capazes de dirigirem a revolução mundial. Para os armar eficazmente com anticorpos contra os motivos da «degenerescência

---

<sup>13</sup> TROTSKY, L., *Balanço e Perspectivas*, Editora Antídoto, Lisboa, 1979, pág.11.

<sup>14</sup> Teses de Abril. Documento que sintetiza as posições de Lenine face à situação política russa, na contra mão daquilo que vinha sendo a política do partido bolchevique. Nelas se estabelece, entre outras coisas, o não compromisso com a continuação da guerra, o não compromisso com o Governo Provisório e a passagem da etapa democrático burguesa da revolução para uma República dos Sovietes operários, trabalhadores agrícolas e camponeses.

<sup>15</sup> MEDVEDEV, ROY, *Era inevitável a Revolução Russa?*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, pág.66.

<sup>16</sup> Só a título de exemplo, o Pravda chegou a censurar artigos de Lenin, chegando este a ameaçar demitir-se.

<sup>17</sup> O grupo de Trotsky vai-se unificar com o de Lenin em Agosto de 1917, após o primeiro aceitar as Teses de Abril como um reconhecimento da “revolução permanente” e de Trotsky aceitar a teoria e método de construção do partido bolchevique.

burocrática» da II, estabelecem-se as particularmente duras “21 condições para adesão à Internacional Comunista”.

A onda revolucionária que sacudiu a Europa no pós Grande Guerra transformou de facto, segundo a tese leninista, em muitos países, a guerra imperialista em guerra civil de classes. Contudo, e apesar das revoluções e do «poder dual» (Alemanha, Áustria, Hungria, etc.), em nenhum outro país existia um partido de «novo tipo» bolchevique, máquina habituada às exigências da clandestinidade e rotinada na confrontação social.

Os novos partidos, resultado da cisão com as velhas direcções, eram muito inexperientes e sectários. É neste contexto que o III e o IV Congresso Mundial do Komintern vão criticar as orientações esquerdistas prevalecentes, nomeadamente no KPD<sup>18</sup> alemão e afirmar a necessidade de “frentes únicas” com a social-democracia, e que Lenin vai escrever o seu conhecido “Esquerdismo, doença infantil do Comunismo”.

As novas correntes ultras, protagonizadas por exemplo por Anton Pannekoek<sup>19</sup>, representante do chamado comunismo dos conselhos ou Bordiga<sup>20</sup>, representante do anti-parlamentarismo na III Internacional, basicamente negavam a necessidade de trabalho político nos sindicatos, de construir fracções revolucionárias nos parlamentos burgueses, ou o papel de um partido centralizado. Mais tarde, nos anos 60, no contexto de futura crise no MCI, estas teses concelhistas, mais ou menos anarquistas, vão encontrar de novo algum eco.

Apesar das denúncias feitas por Lenin no final da sua vida (morre em 1924) e da luta de Trotsky contra a linha encabeçada por Stalin, o centro acaba por se impor tanto face à ala direita como à Oposição de Esquerda. Em 1922, num documento conhecido como o seu testamento, Lenin chegou a afirmar: “o camarada Estaline, ao converter-se em secretário-geral, concentrou em suas mãos um poder ilimitado e não

---

<sup>18</sup> Partido Comunista Alemão.

<sup>19</sup> Anton Pannekoek (1873-1960). Marxista holandês. Rompe com o leninismo e torna-se teórico dos “conselhos operários”.

<sup>20</sup> Amadeo Bordiga (1889-1970). Marxista italiano, co-fundador do PCI, defensor do “abstencionismo revolucionário”. Expulso do PCI em 1930 por defender Trotsky.



estou seguro de que seja sempre capaz de o utilizar com cautela” propondo que o partido “buscasse forma de remover Estaline”<sup>21</sup> do seu cargo.

Estas disputas e mutações dentro da sociedade soviética devem ser explicadas como resultado do estrangulamento económico, da devastação deixada pela guerra civil, da herança atroz do czarismo, e das chamadas concessões temporárias necessárias ao capitalismo (NEP<sup>22</sup>).

Deste modo, vai ganhando força na sociedade e dentro do próprio partido bolchevique uma corrente conservadora, constituída sobretudo pelos sectores relativamente mais privilegiados da burocracia. Começa todo um processo de repressão à diferença política, como a proibição permanente e de princípio a tendências internas, e indo até à eliminação física de toda a vanguarda bolchevique que tinha carregado nos seus ombros o partido antes da tomada do poder.

De qualquer modo, o prestígio da Revolução de Outubro e os assinaláveis progressos económicos do novo estado transformam doravante o marxismo (na sua definição lata) no pensamento hegemónico à esquerda dos partidos da II Internacional (que entravam definitivamente no arco da governabilidade), suplantando irremediavelmente as doutrinas anarquistas.

## **A IV Internacional**

Expulso da União Soviética em 1927, o fundador do Exército Vermelho vai dedicar-se a construir uma tendência internacional, até que em 1933 perante a impotência do KPD face à chegada de Hitler ao poder na Alemanha, decide-se pela impossibilidade de regeneração da III Internacional, e pela formação da IV Internacional.

Esta é constituída em 1938, não sob o sucesso de uma revolução triunfante como na III, mas num contexto de grande perseguição e isolamento desta corrente política. Com o assassinato de Trotsky em 1940 a mando de um agente de Stalin, a

---

<sup>21</sup> Stalin (1879-1953). Dirigente bolchevique. Depois da morte de Lenine, vai adquirir poder total sobre o partido bolchevique e o Estado soviético. É dele a autoria da tese do “socialismo num só país” ou da política das frentes populares.

<sup>22</sup> NEP. Nova Política Económica, adoptada em 1921. Consistia na reentrega das pequenas explorações agrícolas, industriais e comerciais à iniciativa privada.

jovem organização fica decepada do seu principal dirigente e mentor, agravando ainda mais as violentas polémicas existentes no seu seio.

Para além do mais, o Programa de Transição da IV Internacional baseava-se na perspectiva de revoluções socialistas triunfantes dirigidas por partidos operários no pós-segunda guerra mundial. Contudo, o que veio a acontecer foi a hipótese “menos provável” do Programa de Transição, ou seja, que sob a força das pressões objectivas, direcções politicamente pequeno-burguesas fossem até ao fim na tarefa da expropriação da burguesia e fundação de novos estados operários.

Além da candente questão de saber se a URSS continuava a ser um Estado Operário ou se já se teria produzido uma restauração capitalista (a questão da defesa incondicional ou não da URSS vai dividir sucessivamente águas) também a análise sobre a natureza dos estados surgidos a Leste vai provocar diferenças importantes.

A corrente de Tony Cliff<sup>23</sup>, original no campo trotskysta, vai separar-se da Internacional no II Congresso de 1948 afirmando que na URSS e nos novos estados predominava o “capitalismo de estado”. Dentro da Quarta, numa primeira fase, Cannon<sup>24</sup> e Mandel<sup>25</sup> consideravam que os novos estados de Leste continuavam capitalistas, mas acabaram por se reconhecer nas posições de Moreno<sup>26</sup>, Hansen<sup>27</sup> e Pablo<sup>28</sup> que consideravam que se estava na presença de novos estados operários. Esta discussão aumentou o prestígio de Pablo dentro da Internacional, transformando-o no principal dirigente da corrente.

O III Congresso de 1951 vai aprovar as teses de Pablo de *entrismo suis generis* (a longo prazo), baseado na análise da eminência de uma Terceira Guerra

---

<sup>23</sup> Tony Cliff (1917-2000). Teórico trotskysta do “capitalismo de estado”. O partido inglês, o International Socialists (actual SWP), participou na revolução portuguesa junto ao PRP/BR, tendo enviado umas dezenas de militantes.

<sup>24</sup> Cannon (1890-1974). Co-fundador do IWW, do PC americano e do movimento trotskysta nos EUA.

<sup>25</sup> Ernest Mandel (1923-1995). Economista belga e um dos mais destacados dirigentes da 4ª Internacional no pós guerra.

<sup>26</sup> Nahuel Moreno (1924-1987). Marxista argentino, um dos principais dirigentes da 4ª Internacional.

<sup>27</sup> Hansen (1910-1979). Dirigente do SWP e da 4ª Internacional.

<sup>28</sup> Pablo (1911-1996). Pseudónimo de Michel Raptis, principal dirigente da 4ª Internacional até aos anos 50, entrou em desgraça com a sua teoria do *entrismo suis generis*, a partir de então o termo pablismo ficou identificado com «liquidacionismo». Menos conhecido é o seu papel na Revolução Argelina, onde participa na resistência e depois é nomeado conselheiro de Ben Bella. Nessa qualidade torna-se protector da Frente Patriótica e da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). Foge da Argélia após golpe de estado de Boumedienne.

Mundial<sup>29</sup> que eliminaria o carácter «contra-revolucionário» do estalinismo. A maioria da secção francesa rompe imediatamente e depois também Cannon, Lambert<sup>30</sup> e Moreno, que fundam o Comité Internacional em oposição ao Secretariado Internacional.

Depois de uma longa «diáspora» nos anos 50, o reconhecimento comum de que a Revolução Cubana tinha gerado um novo estado operário produz as bases para a reunificação das principais forças trotskystas no Secretariado Unificado (SU). O VII Congresso de 1963 vai aprovar o documento de Mandel “A dialéctica da Revolução Mundial”, baseado na interdependência dos três sectores da revolução mundial: a revolução anticolonial, a revolução política nos estados operários e a revolução proletária nos países capitalistas.

O novo cenário mundial, com o ascenso do movimento de massas e a crise no seio do MCI provocaram um aumento das forças trotskystas a nível mundial e a sua maior inserção nas lutas operárias e estudantis. Sob o impulso das campanhas contra a guerra do Vietname, o SWP<sup>31</sup> norte-americano e as correntes inglesas desenvolveram-se bastante, a Jeunesse Communiste Revolutionnaire<sup>32</sup> resultado de uma cisão no PCF<sup>33</sup> jogará um importante papel no Maio de 68 e formará a futura secção do SU no país, e o PST<sup>34</sup> argentino de Moreno crescerá também bastante através da sua intervenção no Cordobazo<sup>35</sup> de 1969.

Contudo, de novo uma grande polémica ameaçou a unidade. No X Congresso em Fevereiro de 1974, a corrente de Mandel apoiou uma linha guerrilheirista próxima das concepções do «foco» de Guevara<sup>36</sup> e Debray<sup>37</sup>. Em oposição, a Tendência Leninista Trotskysta (TLT) do SWP americano e do PST argentino mantinham a ênfase nas lutas operárias urbanas, ganhando a primeira

---

<sup>29</sup> Estávamos em plena guerra da Coreia, quando se agitava a possibilidade de uma nova guerra mundial.

<sup>30</sup> Lambert (1920-2008). Dirigente trotskysta que recusa o *entrismo suis generis* de Pablo. Funda a OCI.

<sup>31</sup> SWP. Secção norte-americana da 4ª Internacional. Rompe com o trotskismo nos anos 80.

<sup>32</sup> Jeunesse Communiste Revolutionnaire. Ruptura de esquerda da juventude do PC francês, vai fundir-se com o PCI e dar origem à FCR, depois LCR.

<sup>33</sup> PCF. Partido Comunista Francês.

<sup>34</sup> PST. Partido Socialista de los Trabajadores, uma das secções argentinas da 4ª Internacional.

<sup>35</sup> Cordobazo. Insurreição operária e popular na província argentina de Córdoba.

<sup>36</sup> Che Guevara (1928-1967). Revolucionário argentino, participante na Revolução Cubana, vai tentar exportar revoluções através de guerrilhas mas acaba assassinado na Bolívia.

<sup>37</sup> Debray (1940-?). Filósofo francês que acompanhou Che na guerrilha ajudou a popularizar as suas teorias, nomeadamente através do seu livro célebre “Revolução na Revolução”.

posição por uma pequena margem (55/45). Finalmente, no marco da revolução portuguesa, a TLT que se tinha transformado em Fracção LT, sofrerá uma nova divisão: enquanto o PST apoiava palavras de ordem socialistas, o SWP entendia que só estavam colocadas condições para se levantar demandas democráticas.

## **A Revolução Chinesa**

Tal como no fim da Grande Guerra, no após 2ª Guerra Mundial dá-se uma nova vaga revolucionária mundial. Se com o Pacto de Yalta<sup>38</sup>, os EUA e a URSS conseguem estabilizar os países metropolitanos, nomeadamente a França e a Itália, com a colaboração da “reconstrução nacional” dos PC’s respectivos, surgem também novas revoluções triunfantes como na Albânia ou na Jugoslávia (onde guerrilhas nacionais triunfam sem a ajuda directa do Exército Vermelho) e produz-se também um dos acontecimentos mais importantes do século XX: o triunfo da Revolução Chinesa de 1949.

Em 1921 nasce o Partido Comunista Chinês (PCC), liderado por Chen-Thu Siu<sup>39</sup>. De 1918 a 1922 estalam greves e manifestações operárias nos principais centros urbanos do país. Stalin, coerente com a sua política de que o está colocado para a China é uma revolução democrático burguesa liderada pela burguesia, ordena ao PCC integrar-se nas fileiras do Kuomintang<sup>40</sup>. No entanto, durante todo o ano de 1925 existem grandes lutas operárias. Surgem greves gerais em Hong Kong e Cantão, com formação de piquetes operários, comissões de greve e milícias armadas.

Chiang Kai-shek<sup>41</sup>, no segundo Congresso do Kuomintang em Março de 1926 exige o fim da actividade independente dos comunistas e a entrega do nome de todos os filiados. Sob ordens de Stalin a exigência é acatada, e a 29 de Julho a lei marcial é decretada em Cantão, sendo proibida toda a actividade do movimento

---

<sup>38</sup> Conferência de Yalta. Realizada em Fevereiro de 1945, entre os vencedores da 2ª Guerra Mundial. Segundo o acordo, a Europa Ocidental passaria para esfera de influência capitalista e a Europa de Leste para a esfera de influência soviética.

<sup>39</sup> Chen Thu-Siu (1879-1942). Co-fundador do PCC e Secretário-Geral de 1921 a 1927. Fundador do trotskismo na China.

<sup>40</sup> Kuomintang. Partido nacionalista burguês da China.

<sup>41</sup> Chiang Kai-shek (1887-1975). Líder do Kuomintang.

operário. Enquanto o Kremlin recusa entrega de armas pedidas por Chen, o PCUS<sup>42</sup> aprova o Kuomitang como “partido simpatizante”, com um único voto contra de Trotsky.

Em Março de 1927 os operários voltam à ofensiva tomando completamente Xangai e proclamando “o poder dos cidadãos”. Contudo, o PCC vai abrir completamente as portas da cidade ao exército de Chiang aclamando-o como um herói. Um dia depois (12 Abril) é lançado um autêntico massacre que derrota a revolução operária.

Enquanto a política de Stalin retrocedia a nível mundial, o VII Congresso Mundial da Internacional vai adoptar as teses ultra-esquerdistas do “terceiro período” da “classe contra classe” que identificava a social-democracia como “irmã gémea” do fascismo, recusando a frente única, desprezando as reivindicações mínimas e lançando os PC`s a uma linha putschista. Como resultado desta política, já com o movimento em refluxo, e depois de desaproveitadas as oportunidades, o putsch de Cantão é facilmente esmagado.

Em 1934, inicia-se a Grande Marcha, a fuga dos comunistas chineses, agora liderados por Mao<sup>43</sup>, para a região do Noroeste, onde nas zonas libertadas inicia a reforma agrária. Em 1937 dá-se a invasão japonesa que conta com a oposição do Kuomitang e do PCC. Mao, acatando o novo giro da linha das “Frentes Populares” do VIII Congresso da I.C.<sup>44</sup> de 1935 abandona a reforma agrária<sup>45</sup>, mas com uma diferença importante: não dissolve o seu exército.

Quando termina a 2ª Guerra Mundial em 1945, as zonas libertadas de Mao perfaziam 100 milhões de habitantes. Os EUA e o Kremlin pressionam-no a aceitar um governo de coligação nacional dirigido por Chiang, o que acaba por acontecer em 1946. Mas mais uma vez Chiang rompe o pacto e lança-se à guerra civil. Contudo, a

---

<sup>42</sup> Partido Comunista da União Soviética.

<sup>43</sup> Mao Tse-Tung (1893-1976). Líder da Revolução Chinesa e do PCC.

<sup>44</sup> Internacional Comunista, ou III Internacional.

<sup>45</sup> Na sua obra “Sobre a Contradição” de 1937, podemos observar o entendimento de Mao sobre a questão das «etapas» da revolução. Nesta afirma : “Quando o imperialismo lança uma guerra de agressão contra um tal país, as diversas classes desse país, exceptuando o pequeno número de traidores à nação, podem unir-se temporariamente numa guerra nacional contra o imperialismo. A contradição entre o imperialismo e o país considerado passa então a ser a contradição principal e todas as contradições entre as diversas classes no interior do país (incluída a que era a contradição principal, a contradição entre o regime feudal e as massas populares) passam temporariamente para um plano secundário, para uma posição subordinada.” in TSE-TUNG, MAO, *Sobre a prática, Sobre a contradição e outros textos*, Editorial Minerva, s.l., 1974, pág.70.

decisão de Mao de avançar com a reforma agrária cria um impetuoso movimento camponês que derrotará Chiang, lançando as bases para a proclamação da República Popular da China em 1 de Outubro de 1949 e o início da era das guerras de libertação nacional a nível mundial.

Ao contrário da revolução russa, o sujeito da revolução não foi o operariado fabril mas o proletariado rural, e não houve centralização do poder em organismos de tipo soviéticos mas directamente no partido/exército.

O novo regime adopta uma política de independência nacional e corta os laços com o imperialismo. Erige uma economia planificada e estimula uma reforma agrária radical.

No entanto, a gestão económica de um colosso como a China na problemática de transição ao socialismo levanta problemas económico-sociais, como o debate sobre as causas do falhanço do “Grande Salto em Frente” que fazem surgir muitas críticas.

Na pirâmide do poder chinês sucedem-se constantes atritos entre facções rivais, que levam Mao a lançar a Revolução Cultural, baseada na proclamada intenção de se realizar um maior igualitarismo social, diminuindo as diferenças entre pobres e ricos e campo e cidade, bem como alterar radicalmente os «valores» da sociedade, criticando-se fortemente a burocracia e o “intelectualismo”.

A dinâmica tomada pelo movimento acabou por fugir ao controlo dos seus fautores, ameaçando as próprias estruturas do estado chinês. No ápice do processo, em 1967, os operários proclamam a «comuna de Xangai», deliberando eleições secretas e por sufrágio universal para as fábricas, oficinas e Universidades, no que apelidaram de “autêntica ditadura do proletariado”.

A partir daqui, o Comité Central do PCCh tentará normalizar a situação, criticando os «excessos» como “ultra-esquerdistas”, desmantelando os Guardas Vermelhas, transferindo estudantes em massa para os trabalhos no campo e exercendo uma feroz repressão sobre as dissidências.

Pensamos ser este extraordinário complexo pano de fundo de profundas contradições internas que explicam os constantes e desconcertantes ziguezagues da sua diplomacia externa. Começando por criticar a URSS pela «coexistência pacífica» e desprezo pelas lutas de independência nacional, o agudizar das tensões sino-

soviéticas vão levar a China a considerar a URSS como o «inimigo principal», identificando unilateralmente a defesa do seu Estado com os interesses da revolução internacional, como antes Stalin com a sua política de «socialismo num só país».

Ao entrar na ONU vai também abandonar muitas guerrilhas que anteriormente apoiava. Mao receberá Nixon<sup>46</sup> em Pequim em 1972 ajudando à sua reeleição e a China será um dos poucos países a reconhecer a Junta fascista do Chile. Assim se compreende também a extrema heterogeneidade das facções maoistas, entre grupos que aderiram inspirados pelo aspecto libertário e anti-burocrático que julgavam discernir na Revolução Cultural e que depois romperam ou desintegraram-se (La Cause du Peuple<sup>47</sup> ou Lotta Continua<sup>48</sup>) ou outros que aceitaram todas as teses do «social fascismo» como «Humanité Rouge».<sup>49</sup>

No próximo capítulo procuraremos analisar como se processa a ruptura do PCCh com o PCUS, que abrirá caminho à primeira grande ruptura no monolítico movimento comunista internacional.

### **O fim do monolitismo soviético**

Após o fim da Segunda Guerra, e dissolvida a Internacional em 1943, muitos partidos começam a ganhar autonomia face a Moscovo. É o caso francês, mas sobretudo o italiano, onde Togliatti<sup>50</sup> vai abraçar as teses do «comunismo nacional». Dentro do sistema de «estados socialistas», a Jugoslávia e a Albânia (como já vimos, libertadas do nazi-fascismo por guerrilhas nacionais) também mantinham críticas e querelas com a orientação soviética, mas só a disputa sino-soviética, pelo peso que ocupava a China no sistema-mundo e no MCI, revela e produz uma crise de contornos mundiais.

---

<sup>46</sup> Richard Nixon (1913-1994). Presidente dos EUA de 1968 a 1974.

<sup>47</sup> Jornal da Gauche Prolétarienne. Organização francesa entre o leninismo e o autonomismo.

<sup>48</sup> Grupo italiano nascido em 1969 fortemente movimentista e espontaneista.

<sup>49</sup> Órgão do Parti Communiste marxiste-léniniste de France (PCMLF).

<sup>50</sup> Togliatti (1893-1964). Secretário-Geral do PC italiano de 1927 até 1964. Critica Stalin após a sua morte e adopta as teses do «policentrismo», contrárias à existência de um centro dirigente no MCI. O PCI seria pioneiro no movimento que ficou conhecido como «eurocomunismo». A partir daqui o “centrismo estalinista” da URSS seria irremediavelmente acossado pela sua ala esquerda (maoismo) ou direita (eurocomunismo).

Depois da morte de Stalin em 1953, ascende ao poder Krutschev<sup>51</sup> que vai realizar uma viragem política, traduzida numa crítica ao “culto de personalidade” de Stalin e de alguns dos seus maiores excessos. O relatório secreto apresentado ao XX Congresso do PCUS de 1956 provocou uma grande comoção nos delegados presentes e tendo acabado por sair a público, minou grandemente a credibilidade da URSS. Por outro lado, Krutschev ensaia uma política de «coexistência pacífica» com os EUA, além de reabilitar Tito<sup>52</sup> no movimento comunista.

Estas posições vão gerar fortes críticas por parte da China: “O XX Congresso do PCUS foi o primeiro passo dado pela direcção do PCUS no caminho do revisionismo. (...) Em particular, a negação completa de Stalin, sob pretexto de «luta contra o culto à personalidade», e a tese da transição pacífica para o socialismo pela «via parlamentar» são crassos erros de princípio”.<sup>53</sup>

Curiosamente, tal como mais tarde, na crítica de «direita» do eurocomunismo<sup>54</sup> à URSS, a questão nuclear também vai ser um dos grandes dinamizadores da polémica, mas desta vez a partir de argumentos «de esquerda». Os chineses sustinham que o surgimento das armas nucleares não colocava em causa a validade das teses leninistas clássicas da insurreição, argumentando que eram as massas e não as técnicas que determinavam a história, e que mesmo no caso de um conflito militar, tal só serviria para apressar a queda do imperialismo.

De facto, enquanto os soviéticos falavam no «geoequilíbrio mundial» e acenavam com a «necessidade de evitar uma guerra termonuclear», a China considerava tais argumentos uma desculpa para não se apoiar incondicionalmente o direito dos povos à autodeterminação, acusando a URSS de prosseguir uma postura «chauvinista de grande potência».

---

<sup>51</sup> Kruschev (1984-1971). Secretário Geral do PCUS de 1953 a 1964.

<sup>52</sup> Tito (1892-1980). Líder da resistência anti-fascista. Presidente da Jugoslávia de 1945 a 1980. Manteve uma postura autónoma face a Stalin e foi co-fundador do movimento dos não-alinhados.

<sup>53</sup> TSE-TUNG, MAO, *Origem e Evolução das Divergências entre a Direcção do PCUS e Nós*, Ed.(?), s.l., s.d. pág.11

<sup>54</sup> Segundo a definição que nos parece bastante aceitável de Carlos Cunha: “Brevemente, o partido eurocomunista difere do partido marxista-leninista na sua crítica da política soviética bem como do caminho soviético para o Socialismo. O partido eurocomunista geralmente rejeita as análises clássicas longamente aceites, no que diz respeito ao caminho para o socialismo, incluindo a “ditadura do proletariado”. Desenfaziza a conquista revolucionária do poder em favor de uma transição democrática e eleitoral ao socialismo. Também desenfaziza a devoção aos interesses da classe operária, alargando a atracção do partido às classes médias em expansão cujos votos são necessários para uma luta eleitoral bem sucedida pelo poder. O Eurocomunismo também pode incluir uma liberalização do “centralismo democrático” in CUNHA, CARLOS A., *The Portuguese Communist Party's Strategy for Power 1921-1986*, Garland Publishing, New York, 1992, pág. 350.



Entre outros casos, apontava-se o dedo ao papel do PCF na Guerra da Argélia<sup>55</sup>, cujos dirigentes afirmaram durante bastante tempo que «a Argélia é parte inalienável da França» e que esta «agora e no futuro, deve ser uma grande potência africana».<sup>56</sup>

A Conferência de 1957 dos “Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas” e a “Conferência Internacional” de 1960, traduzem-se por uma tentativa da URSS de hegemonizar o MCI, mas apesar da unanimidade das declarações finais, não fazem mais do que acentuar as clivagens existentes.

Apesar de os chineses responsabilizarem a URSS pela deflagrar do conflito, devido à sua posição equidistante face ao conflito fronteiriço sino-indiano de 1959, para a generalidade do MCI foi o PCCh a iniciar a cisão através da publicação e larga difusão de um conjunto de três textos sob o título de *Viva o Leninismo!*, onde critica fortemente a nova política soviética pós-Stalin.

Outro ponto em destaque na querela sino-russa foi a reabilitação da Jugoslávia, que a China continuava a caracterizar como um país capitalista com cumplicidades com os EUA. A China começa por utilizar Tito para atacar Krutchev, tal como a URSS usa a Albânia para, na verdade, criticar a política chinesa.

Só posteriormente, com o agudizar das tensões sino-soviéticas, os dois maiores PC`s mundiais vão ousar atacar-se directa e explicitamente. Em seguida trataremos de analisar os resultados e a dimensão internacional desta cisão.

### **A «Internacional» chinesa**

Apesar de os chineses terem coagitado a possibilidade da criação de uma nova Internacional, à imagem da ruptura que Lénin tinha empreendido face à II Internacional, uma análise «realista» das condições internacionais terá freado essa hipótese. Deste modo “O PCC manteve o modelo soviético de controlo do novo

---

<sup>55</sup> A postura “cúmplice” do PCF face ao neo-colonialismo irá marcar toda uma geração francesa. O existencialismo de Sartre ou a angústia de um Camus também podem ser entendidos nesse contexto. Lyotard e Sartre estarão na primeira linha do apoio à FLN, e o maoísmo, o trotskismo e outras correntes heterodoxas redobram forças a partir deste desencanto face ao PCF.

<sup>56</sup> TSE-TUNG, MAO, *Origem e Evolução das Divergências entre a Direcção do PCUS e Nós*, Ed.(?), s.l., s.d., pág. 167.

movimento internacional pelo Departamento Internacional do partido”.<sup>57</sup> Mas independentemente dos moldes em que se processou essa ruptura, pensamos poder falar com propriedade na emergência de um novo «movimento internacional» inspirado na política chinesa de crítica à «linha Krushev».

Os chineses utilizaram todos os recursos que tinham à sua disposição para passar a sua mensagem. Serviram-se da Rádio Pequim que ampliou as suas transmissões para várias partes do mundo, publicaram muitos textos com elevadas tiragens e em várias línguas através da agência de notícias «Nova China», do Centro de Publicações da China e das Edições em Línguas Estrangeiras. Fundaram revistas como a *Informação de Pequim* ou criaram editoras e livrarias como as Edizione Oriente. O famoso livro *Citações do Presidente Mao Zedong* “conheceu uma divulgação absolutamente sem precedentes, apenas comparável à Bíblia”.<sup>58</sup>

Neste processo de tentativa de radicação orgânica teve um papel destacado a Embaixada chinesa em Berna que servia como ponto de encontro dos dissidentes pró-chineses e as Associações de Amizade com a China, que surgiram primeiramente como organizações ligadas aos PC's soviéticos, mas que acabaram por ter um certo papel como meio privilegiado de recrutamento para as novas organizações pró-chinesas.

Como resultado da não completa assimilação das teses da «coexistência pacífica» por parte da totalidade dos PC's, surgem desde 1960 pequenas cisões em muitos partidos. Não obstante, segundo Pacheco Pereira “caso não existisse o conflito sino-soviético a albaniano-soviético, não é impossível que muitas destas cisões seguissem um curso puramente nacional, desaparecessem, alinhassem numa das variantes minoritárias do trotsquismo, ou evoluíssem sob o apelo de novas forças emergentes no movimento revolucionário internacional, como eram o castrismo e guevarismo. Tal aconteceu nalguns casos, como foi o do MIR chileno, que teve na sua origem grupos atraídos pela polarização chinesa, mas que seguiram outro caminho”.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> PEREIRA, PACHECO, “*O Um Dividiu-se em Dois*”, *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*, Editora Alêtheia, s.l., 2008, pág. 42.

<sup>58</sup> idem, pág.4

<sup>59</sup> idem, pág.74

A principal ruptura pela esquerda de um PC aconteceu no Brasil, onde as divergências internas já se manifestam antes do conhecimento das teses chinesas.

A direcção em funções pretendia adequar o PCB à legalidade, tendo para tal modificado os estatutos, o programa e mesmo a designação partidária, que passa de “Partido Comunista do Brasil” para “Partido Comunista Brasileiro”.

Estas alterações efectuadas à margem de qualquer Congresso, fazem surgir um movimento de oposição à volta de “A Carta dos Cem”, que reúne destacados dirigentes e militantes partidários, e onde se afirma que “A legalidade do Partido não pode ser obtida com manipulações jurídicas, nem por intermédio de concessões em matéria de princípios, e muito menos tentando enganar com manobras a justiça das classes dominantes, pois, em última instância, os enganados serão os trabalhadores e os próprios comunistas”.<sup>60</sup>

Em 1962, os cisionistas reunidos numa Conferência Extraordinária fundam o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reclamando ser o herdeiro legítimo do partido nascido em 1922.

Só em 1963, através dos encontros pessoais de alguns dos dirigentes do PCdoB com Mao na China, é que a ruptura começa a ganhar uma dinâmica «pró-chinesa». Essa orientação ganha corpo no documento de 27 de Julho de 1963 - *Resposta a Krushev* - e sela-se definitivamente no 6º Congresso de 1966.

Ao contrário da ALN<sup>61</sup> e do MR-8<sup>62</sup> que optaram por acções de guerrilha urbana, o PCdoB vai seguir o princípio da “Guerra Popular Prolongada” transferindo os seus quadros para o campo na perspectiva de construir um exército camponês.

A chamada “Guerrilha do Araguaia” apesar de praticamente extinta em 1974 e de ter obtido escassos resultados, conferiu um importante «capital simbólico» ao partido, prestigiado pela sua luta e pelos seus mortos contra a ditadura.

---

<sup>60</sup> *Carta dos Cem*, Disponível na internet via <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1961>. Arquivo capturado a 15 de Junho de 2009.

<sup>61</sup> ALN. Aliança Libertadora Nacional. Organização nascida em 1967 na sequência da expulsão de Carlos Marighella do PCB. Dedicar-se à guerrilha urbana, tendo como acção mais «espectacular» o rapto do Embaixador estado-unidense Charles Burke Elbrick em 1969. Após cisões internas a organização desaparece nos anos 70.

<sup>62</sup> MR-8. Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Organização de guerrilha urbana que ganhou notoriedade com o rapto de um Embaixador estado-unidense.

Outro partido onde se registou uma cisão bem sucedida foi o neo-zelandês, onde a maioria da direcção dirigida por Victor Wilcox apoia os chineses já desde as suas críticas ao XX Congresso. Também na Oceânia, o advogado Ted Hill, expulso em 1963 devido a actividade pró-chinesa, vai fundar em 1964 o Partido Comunista da Austrália Marxista-Leninista.

Na Europa, a principal ruptura ocorreu no PC Belga, onde Jacques Grippa<sup>63</sup> protagoniza uma cisão em 1963, que arrasta consigo cerca de 350 membros. O novo Partido Comunista Belga (manteve a mesma designação que o partido pró-soviético) e Grippa em particular tiveram especial importância na coordenação e orientação dos dissidentes a nível europeu. Contudo, em 1967 as relações entre Grippa e Mao entram em ruptura, passando o primeiro a apoiar Liu Shaoqi.<sup>64</sup>

Ainda no «velho Continente» são de assinalar o caso suíço, onde se desenrolam episódios ainda pouco esclarecidos de infiltração policial, a Itália em que depois de alguns projectos embrionários se funda o PCIML em 1966, e a Espanha e a França cujos grupos iniciais tem uma origem diversificada que vai ajudar a provocar cisões posteriores no fim dos anos 60.

Para finalizar importa destacar o importante papel que neste contexto adquiriu a revista *Révolution*, que se pautava por uma abordagem internacionalista e anticolonial, e era dirigida por aquele que foi considerado o primeiro «pró-chinês» europeu, Jacques Vergès<sup>65</sup>. Criada em 1963, seria extinta em 1965, após a amargura do seu director com o golpe de Boumedienne na Argélia e da sua desilusão com o maoísmo.

Já na América Latina, apesar de um terreno aparentemente mais favorável para a penetração das ideias chinesas sobre a insurreição, o alinhamento de Cuba com a URSS e a constituição de guerrilhas sob a sua égide, dificultou a penetração das posições pró-chinesas.

---

<sup>63</sup> Jacques Grippa (1913-1990). Reputado resistente anti-fascista, protagoniza a ruptura maoísta na Bélgica.

<sup>64</sup> Liu Shaoqi (1898-1969). Presidente da China de 1959 a 1968. Foi acusado de traição e executado em 1969.

<sup>65</sup> Jacques Vergès (1925-?). Advogado francês que adquire notoriedade como anticolonialista nos anos 50 e depois por defender clientes polémicos como Carlos, o Chacal e Milosevic.

Se descontarmos o caso brasileiro, o maior sucesso chinês registou-se no Peru. Neste país surgem duas organizações importantes, o Partido Comunista do Peru – Bandera Roja e a guerrilha Sendero Luminoso.

Por fim, cumpre-nos assinalar a fundação do PC Revolucionário do Chile em 1966, e a formação do Exército de Libertação Nacional (ELN), guerrilha de inspiração maoista na Colômbia.

### **Novas Esquerdas e «Esquerdismo»**

No pós guerra, e sob o estímulo do exemplo chinês, entra em marcha o movimento de descolonização da Ásia e da África, em muitos casos através da luta de guerrilhas nacionais. Se em 1955 só existiam cinco países totalmente independentes em África (Libéria, Etiópia, Líbia, Egito e União Sul-Africana) passados cinco anos, ou seja, em 1960, os países independentes já eram setenta.

Mas se na Ásia e na África tratava-se de independências políticas, na América Latina discutia-se o «neocolonialismo» e a dependência económica face aos EUA.

Em Cuba, no ano de 1959, o movimento 26 de Julho, exército guerrilheiro nacionalista, derruba o corrupto Batista<sup>66</sup>, e sob pressão do “vizinho do norte” vai radicalizar as suas posições indo até à expropriação da burguesia e a edificação de uma reforma agrária socializante. A linha de Fidel<sup>67</sup> e Guevara de «exportarem» a revolução, em claro contraste com a inicial posição atentista do PC Cubano, vai atrair uma numerosa vanguarda que se lança para a guerrilha na América Latina.

Enquanto o movimento de libertação dos povos oprimidos ia obtendo sucessos retumbantes, tornou-se moda na intelectualidade e juventude de esquerda dos países metropolitanos, considerar-se a classe trabalhadora do “primeiro mundo” como «corrompida» pela sociedade de consumo e sem a mesma centralidade enquanto sujeito revolucionário. Inspirados por Franz Fanon<sup>68</sup>, Mao ou Che Guevara,

---

<sup>66</sup> Batista (1901-1973). Ditador cubano deposto em 1958.

<sup>67</sup> Fidel Castro (1926-?). Líder do movimento 26 de Julho que depôs Batista. Chefe de Estado de Cuba até 2008.

<sup>68</sup> Franz Fanon (1925-1961). Natural da colónia francesa de Martinica, participa na FLN argelina. Os seus escritos anti-coloniais terão uma influência marcante no século XX.

aplicavam algo unilateralmente experiências particulares ao contexto de sociedades urbanizadas.

O voluntarismo substituiria o peso das estruturas. A juventude seria o novo sujeito social revolucionário (Marcuse<sup>69</sup>). Reabilitavam-se autores proscritos como Reich<sup>70</sup>, as teses de uma Escola de Frankfurt<sup>71</sup>, o Marxismo Ocidental<sup>72</sup> ou a Internacional Situacionista,<sup>73</sup> ganharam nova audiência.

Segundo Hobsbawm “Pela primeira vez desde a era antifascista, o marxismo já não restrito à ortodoxia de Moscovo, atraía um grande número de intelectuais ocidentais. (Nunca, é claro, deixara de os atrair no Terceiro Mundo.) Era um marxismo peculiar, voltado para o seminário, combinado com diversas outras modas diferentes das académicas então correntes, e às vezes com outras ideologias, nacionalistas ou religiosas, pois vinha da sala de aula e não da experiência de vidas de trabalho”.<sup>74</sup>

Para além do mais, a crescente integração dos PC`s nas democracias ocidentais e o impacto das revoltas anti-ditatoriais na Hungria (1956) e Checoslováquia (1968), causavam a desmoralização no campo dos fiéis a Moscovo e abriam um espaço favorável para o desenvolvimento de correntes mais à esquerda.

Surgiam grupos sem definição ideológica clara que oscilavam entre o comunismo e o anarquismo. Retomando as teses bakuninistas, os lumpens, os camponeses, os miseráveis seriam as camadas da sociedade mais revolucionárias, lideradas pelos intelectuais ou pelos estudantes. André Gorz<sup>75</sup>, pouco antes do Maio de 68 chegou a afirmar: “no futuro previsível não haverá nenhuma crise do capitalismo europeu radical o suficiente para levar as massas de trabalhadores a

---

<sup>69</sup> Marcuse (1898-1979). Filósofo de inspiração marxista, membro da Escola de Frankfurt. As suas teorias sobre a juventude como «novo sujeito revolucionário» terão forte influência nos anos 60.

<sup>70</sup> Reich (1897-1957). Psiquiatra austro-americano, articula o pensamento de Freud com o de Marx.

<sup>71</sup> Escola de Frankfurt. Grupo de cientistas sociais de tendências marxistas.

<sup>72</sup> Marxismo Ocidental. Nome dado às análises marxistas fora da URSS nos anos 50.

<sup>73</sup> Internacional Situacionista. Movimento político e artístico dos anos 60.

<sup>74</sup> HOBBSAWM, ERIC, *A Era dos Extremos, História Breve do Século XX 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 2002, pág. 434.

<sup>75</sup> André Gorz (1923-2007). Teórico de inspiração marxista, próximo de Sartre.

greves gerais revolucionárias ou insurreições armadas em apoio a seus interesses vitais”<sup>76</sup>.

No marco da vaga revolucionária do Maio 68 muitos outros agrupamentos heterodoxos surgiam um pouco por todo o mundo. Nos EUA, o Black Panther Party<sup>77</sup> combinava o separatismo negro com o «livrinho vermelho», os Students for a Democratic Society<sup>78</sup> dividiam-se no Congresso de 1969 entre uma ala de guerrilha urbana “Weather Underground”<sup>79</sup> e o “New Communist Movement”<sup>80</sup> maoista. Na América Latina surgiu a Junta Coordinadora Revolucionária<sup>81</sup> (PRT-ERP<sup>82</sup> da Argentina, MIR<sup>83</sup> do Chile, ELN<sup>84</sup> da Bolívia e MLNT<sup>85</sup> do Uruguai) e na Itália vai dar-se uma ruptura séria pela esquerda do PCI, o grupo Manifesto<sup>86</sup>, e surgem novos grupos autonomistas ou obreiristas como Potere Operario<sup>87</sup> ou Lotta Continua<sup>88</sup>. No Japão os métodos de combate do Zengakuren<sup>89</sup> contra as reformas universitárias e a base militar americana de Okinawa vão inspirar os jovens franceses e na RFA a Ausserparlamentarische Opposition<sup>90</sup> irá dar lugar ao influente grupo estudantil SDS<sup>91</sup> de Rudi Dutschke<sup>92</sup>. Na Holanda surgirão os Provos<sup>93</sup> e na Inglaterra emerge o movimento conhecido como New Left<sup>94</sup> em volta da revista New Left Review<sup>95</sup> e do

---

<sup>76</sup> WOODS, ALLAN, *A Revolução Francesa de Maio de 68*. Disponível em <http://www.marxist.com/revolucao-francesa-maio-1968>. Arquivo capturado em 25 de Maio de 2008.

<sup>77</sup> Black Panther Party. Organização afro-americana de auto-defesa, muito influente nos anos 60.

<sup>78</sup> Students for Democratic Society (SDS). Organização estudantil de esquerda dos EUA muito influente nos anos 60 e no movimento anti-guerra. Dissolve-se em 1969 em várias facções.

<sup>79</sup> Weather Underground. Facção dos SDS que gira para a guerrilha urbana. A 19 de Junho de 1974 colocam uma bomba no edifício da Gulf s Oil em protesto contra as suas acções em Angola.

<sup>80</sup> New Communist Movement. Nome dado ao conjunto de facções maoistas vindas da ruptura do SDS.

<sup>81</sup> Junta Coordinadora Revolucionária. Coordenação dos grupos guerrilheiristas do Cono Sur.

<sup>82</sup> Partido Revolucionario Trabajadores-Exército Revolucionário do Povo. Cisão guerrilheirista do PRT de Moreno, dirigido por Santucho.

<sup>83</sup> MIR. Movimento Izquierda Revolucionaria. Organização guerrilheira do Chile, dirigida por Miguel Enriquez.

<sup>84</sup> ELN. Exército de Libertação Nacional, da Bolívia. Fundado por Guevara em 1966.

<sup>85</sup> MLNT. Movimento de Libertação Nacional Tupamaros. Guerrilha uruguaia dirigida por Raul Sendic.

<sup>86</sup> Manifesto. Cisão de esquerda do PC italiano após a invasão da Checoslováquia.

<sup>87</sup> Potere Operario. Uma das cisões do movimento estudantil-operário de Turim em 1969.

<sup>88</sup> Lotta Continua. Outra das cisões do movimento estudantil-operário de Turim em 1969.

<sup>89</sup> Zengakuren. Organização estudantil de esquerda japonesa.

<sup>90</sup> Ausserparlamentarische Opposition (AO). Oposição extra-parlamentar à Grande Coligação SPD/CDU, movimento de protesto composto essencialmente por estudantes.

<sup>91</sup> SDS. Sozialistische Deutsche Studentenbund, ruptura estudantil do SPD, vai liderar a AO.

<sup>92</sup> Rudi Dutschke (1940-1979). Líder do movimento estudantil alemão.

<sup>93</sup> Provos. Movimento de contra cultura holandês.

<sup>94</sup> New Left. Termo proveniente de um texto escrito pelo sociólogo C.W.Mills onde critica a “velha esquerda”. O movimento parte da crítica de intelectuais marxistas à repressão da URSS da

Vietnam Solidarity Campaign<sup>96</sup> depois. Na França despontarão vários grupos “mao spontex”, além da Gauche Proletarienne<sup>97</sup> de Geismar<sup>98</sup>, dando-se também um ressurgimento do trotskismo (JCR e Lutte Ouvriere<sup>99</sup>).

Em suma, sem querermos ser exaustivos, interessa-nos assinalar que o efeito combinado da vaga revolucionária de 68 (de Paris a Praga, da Cidade do México a Tóquio, de Berkley a Roma) combinados com a tremenda crise do aparato soviético a nível mundial vão levar ao surgimento de uma nova vanguarda espartilhada em múltiplas correntes políticas (maoistas, trotskistas, guerrilheiristas, autonomistas e heterodoxias sem fim) muitas vezes antagónicas, mas com a mesma tentativa de rejeição ao «socialismo real», ao enquistamento burocrático, ao imobilismo e à adaptação sistémica.

### **A cisão chega a Portugal**

Se nos alongamos demasiado nesta exposição inicial, não foi por mais nenhum motivo do que tentarmos demonstrar como todas estas grandes linhas de força internacionais, como todas estas tendências e fracturas se vão manifestar em Portugal, plasmando-se na diversidade e multiplicidade de organizações que emergem nos anos finais da ditadura, e que se vão concretizar no cenário da revolução portuguesa, onde serão postas à prova de fogo.

Portugal, enquanto país periférico no capitalismo internacional sempre foi relativamente marginal no seio da esquerda mundial. Quando já o marxismo se impunha como ideologia dominante a nível mundial e a Revolução Russa tinha feito balançar decisivamente a vanguarda para o campo do comunismo, o movimento anarquista ainda detinha uma força bastante significativa no nosso país. O PCP aliás será formado por elementos vindos do anarco-sindicalismo e terá sérias dificuldades

---

revolução húngara de 1956. O nome passou a englobar sujeitos diferentes, mas basicamente quer dizer uma rejeição do marxismo ortodoxo, do estalinismo e da social democracia clássica.

<sup>95</sup> New Left Review. Revista política fundada em 1960 no Reino Unido, “porta-voz” da New Left.

<sup>96</sup> Vietnam Solidarity Campaign. Campanha organizada pelo International Group (trotskysta SU) e financiada por Bertrand Russel. Chegou a organizar marchas com 200 000 participantes.

<sup>97</sup> Gauche Prolétarienne. Organização fundada em Setembro de 1968, de inspiração maoista, e de traços espontaneistas.

<sup>98</sup> Geismar (1939-?). Um dos líderes do Maio 68, co-fundador da Gauche Prolétarienne.

<sup>99</sup> Lutte Ouvriere. Partido trotskysta francês, cuja dirigente histórica é Arlette Laguiller.



em ganhar organicidade e estruturar-se na esteira das apertadas condições da Internacional

Num contexto de isolamento e repressão (a Península Ibérica é fascista), onde predominam as necessidades práticas de assegurar a sobrevivência na clandestinidade, a primeira cisão trotskysta não encontra eco no nosso país. Só cerca de 40 anos mais tarde mergulhará o PCP numa crise interna pela esquerda, alimentada pela cisão sino-soviética.

Depois da espectacular fuga da prisão de Peniche em 3 de Janeiro de 1960 de importantes membros do partido, entre os quais Álvaro Cunhal<sup>100</sup> e Francisco Martins Rodrigues (FMR),<sup>101</sup> o PCP vai rectificar o “desvio de direita” da direcção de Fogaça<sup>102</sup>. Com efeito, o V Congresso do PCP (III ilegal) de 1957, na esteira do XX Congresso do PCUS, tinha aprovado teses no sentido de uma transição pacífica à democracia e de luta contra o culto da personalidade (referência óbvia a Stalin). Só com a chegada de Cunhal a secretário-geral do partido, em Março de 1961, é que as teses do V Congresso são rectificadas, adoptando-se de novo as ideias da hegemonia do PCP no movimento anti-fascista e de «levantamento nacional» no derrube do regime.

Contudo, uma linha crítica encabeçada por FMR entende que as correcções ao desvio foram insuficientes, e influenciada pelas posições chinesas, começa a questionar a orientação geral do partido.

O eclodir da guerra colonial e a polémica gerada terá começado por dar o toque às fissuras. Segundo FMR: “Quando começou a guerra colonial, encarregaram-me de escrever um manifesto em nome do Comité Central. Eu escrevi (...) mas não se distribuiu porque diziam que estava muito «vermelhusco», falava de apelar aos operários, camponeses, soldados para fazer que o nosso próprio governo seja derrotado na guerra colonial, aquela palavra de ordem leninista. Retiraram o

---

<sup>100</sup> Álvaro Cunhal (1913-2005). Secretário Geral do PCP de 1961 a 1992.

<sup>101</sup> Francisco Martins Rodrigues (1927-2008). Membro do PCP até 1963, rompe pela esquerda. Fundador da FAP e da CMLP.

<sup>102</sup> Júlio Fogaça (1907-1980). Dirigente do PCP, defende na esteira da linha Krutchev, o “derrube pacífico de Salazar”. Será expulso do PCP por “desvio de direita”.

manifesto. Houve uma discussão, que o manifesto não estava no espírito do partido, que era apelar a todas as forças patrióticas para pormos fim à guerra”.<sup>103</sup>

O contacto com as posições chinesas terá sido através da Rádio Pequim:<sup>104</sup> “O primeiro documento chamava-se Viva o leninismo, que me influenciou bastante, o outro era as Divergências entre o camarada Togliatti e nós, a bater nos italianos, as Divergências entre o camarada Thorez e nós, a bater no PCF. Aqui havia um grande respeito pelo PCF que dava apoio ao partido português. Mas a crítica dos chineses acertava em tudo, começava a fazer história das posições chauvinistas do partido francês, a viragem do Tito da Jugoslávia para o lado do Ocidente e por aí fora. Foi como se me dessem uma pancada na cabeça.”<sup>105</sup>.

No Verão de 1963 há uma reunião do Comité Central em Moscovo, onde se discute, entre outras coisas, as divergências surgidas, mas FMR fica isolado. Neste marco decide-se afastá-lo da Comissão Executiva, mas os soviéticos ainda terão tentado mediar, propondo FMR como secretário de Cunhal, coisa que o último terá recusado.

Ao sair de Moscovo, FMR vai para Paris onde passa uns tempos na organização do partido: “Foi quando soube que o Rui<sup>106</sup>, o Pulido<sup>107</sup> e outros estavam na Argélia e em dissidência com o partido. Escrevemos para eles e abandonei o PCP. Eu ainda era funcionário do partido e membro do Comité Central. Eles tinham-me colocado numa casa que abandonei com alguns arquivos, e uma máquina de escrever. Depois fui acusado de ter roubado "bens do partido"”.<sup>108</sup>

Na circular do PCP onde se dá conta da expulsão pode-se ler: “ várias vezes na sua vida de militante (...) F.M.R. manifestara incompreensões graves (...), resultaram então erros diversos na sua actividade, “crises” no seu espírito revolucionário, e sanções partidárias.(...) Em 1963, ao mesmo tempo que manifestava

---

<sup>103</sup> *Carlos Morais entrevista Francisco Martins Rodrigues*, 12 Outubro 2004. Disponível em <http://www.primeiralinha.org/destaques4/entremartins.htm>. Arquivo capturado em 20 de Maio de 2008.

<sup>104</sup> Numa altura em que ainda não havia internet nem a Televisão era acessível, os chineses apostavam na rádio para divulgar as suas posições, que era ouvida clandestinamente em Portugal. Nos jornais dos grupos m-l, a divulgação das ondas da Rádio Tirana ou Rádio Pequim era presença obrigatória. Ver Anexo nº 1.

<sup>105</sup> *Carlos Morais entrevista Francisco Martins Rodrigues*, 12 Outubro 2004. Disponível em <http://www.primeiralinha.org/destaques4/entremartins.htm>. Arquivo capturado em 20 de Maio de 2008.

<sup>106</sup> FMR está a referir-se a Ruy D'Espinay.

<sup>107</sup> FMR está a referir-se a João Pulido Valente

<sup>108</sup> *Carlos Morais entrevista Francisco Martins Rodrigues*, 12 Outubro 2004. Disponível em <http://www.primeiralinha.org/destaques4/entremartins.htm>. Arquivo capturado em 20 de Maio de 2008.

incompreensões políticas sérias e divergências àcerca da orientação do Partido, começou a cumprir deficientemente as suas tarefas e a criar tais dificuldades ao trabalho corrente da Comissão Executiva e ao desenvolvimento do trabalho partidário em geral, que levou a Comissão Executiva a propor ao C.C. a sua saída desse organismo.” (...)

“Infelizmente, pouco depois, veio a verificar-se que F.M.R. tomara, na reunião do C.C. e em reuniões com o Secretariado do Partido para tratar do seu caso, uma atitude dúplice, hipócrita e mentirosa (...), procurando apenas ganhar tempo para pôr em prática planos anti-partido que já tinha em mente. Em fins de 1963, F.M.R. desertou da instalação que o Partido lhe destinara, não cumpriu as tarefas que lhe haviam sido atribuídas, recusou-se a restituir documentos conspirativos do Partido que lhe estavam confiados, assim como outros haveres do Partido que tinha à sua guarda. Em virtude destes factos, o C.C. resolveu expulsá-lo do C.C.” (...)

“F.M.R. procura arrastar outros camaradas para a sua posição anti-partido. Se o viesse a conseguir, o caso não seria novo. Ao longo da gloriosa história do Partido Comunista Português, diversos casos se registaram de se formarem, a pretexto de divergências políticas, grupelhos divisionistas. A sua sorte foi sempre e invariavelmente a mesma. Convertidos em grupelhos provocatórios anti-partido (mais ou menos protegidos pela PIDE) acabaram por desaparecer miserável e indignamente depois de fazerem alguns danos ao Partido, à luta da classe operária e das forças democráticas portuguesas. É essa a sorte de todos os renegados e traidores. É essa a sorte que (a insistir na sua actividade anti-partido) espera o desertor F.M.R. e quaisquer pessoas que, mal ou bem intencionadas, eventualmente se liguem a essa actividade.”.<sup>109</sup>

Em comunicado, o CMLP<sup>110</sup> defenderá FMR: “Em Agosto de 1962 dirige um extenso documento ao C.C. em que faz uma apreciação geral da actividade partidária, indicando a debilidade do trabalho operário, a quase inexistência de trabalho camponês, o nível baixo dos quadros, e indicando que a origem desta grave

---

<sup>109</sup> “*Aos militantes do Partido*”, Comunicado do Comité Marxista-Leninista “Revolução Popular”, transcrevendo circular do CC do PCP sobre a expulsão de um membro do CC do PCP, FMR ou “camarada Campos” de JUN de 1964, e o comentário do Comité Marxista-Leninista, “Revolução Popular” a esta expulsão, JUL.1964, polic., pág.3 in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>110</sup> CMLP. Comité Marxista Leninista Português, organização fundada posteriormente por FMR, a que já daremos a devida atenção.

situação não está nas dificuldades conspirativas mas na concepção oportunista em que assenta a linha geral Unidade operário-burguesa aplicada pelo C.C. quase sem interrupção desde 1946; defende a urgência vital para o Partido de um estudo sobre os aspectos essenciais da luta de classes na nossa sociedade e sobre as tarefas da revolução na etapa actual, insiste em que a revolução portuguesa só pode ser classificada como democrática-popular e não como democrática-burguesa. (...)

Em Abril de 1963 dirige um extenso documento ao C.C. (...) sobre a situação no movimento comunista internacional e chamando mais uma vez a atenção para a gravidade do caminho seguido pela direcção do Partido; faz apelo para que se suspendam todos os ataques a partidos irmãos e não se colabore num trabalho de cisão do movimento comunista; propõe que o C.C. empreenda um estudo sério das divergências existentes, na base do marxismo-leninismo, de forma a chegar a conclusões sérias. A sua proposta não é aceite. (...)

Em Agosto de 1963 participa na reunião do C.C. e manifesta-se contra a linha geral aí aprovada, e nomeadamente: a omissão da questão da tomada do poder pelas classes trabalhadoras; a classificação de “terrorismo” dada a todas as tendências surgidas entre a classe operária para passar a acções violentas; a classificação da revolução como “democrática e nacional” e o facto desta classificação escamotear o problema do poder; a entrega oficial (feita pela primeira vez) da mobilização do campesinato aos representantes da burguesia liberal e radical; a afirmação de que a média burguesia “é mais activa e politicamente mais preparada do que a pequena burguesia”. Vota contra o informe de Álvaro Cunhal sobre a situação no movimento comunista internacional, classificando-o como um documento revisionista e dirigido para a cisão no movimento comunista; propõe que esse informe não seja divulgado e que não sejam tornados públicos mais ataques a partidos irmãos. As suas posições e propostas são rejeitadas pelo C.C. como “dogmáticas”, “sectárias” e “terroristas”; o C.C. toma medidas para o isolar da organização partidária, considerando-o um elemento prejudicial para o Partido.”<sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> “*A expulsão de um membro do Comité Central do Partido Comunista Português*”, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

Não obstante, o documento que melhor sintetizará o fulcro das divergências entre as duas linhas é “Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento” escrito em 1963 por Campos,<sup>112</sup> ainda dentro do PCP.

Devido à sua importância, vamos deter-nos alongadamente nele. Com efeito, logo a abrir, FMR sintetiza: “Tendências e concepções que se têm vindo a manifestar há anos no seio do nosso Partido sob a forma de críticas a aspectos parcelares da actividade do Comité Central, apareceram desta vez relacionadas entre si, o que permitiu confrontar com certo rigor duas linhas divergentes essenciais em torno de três questões: a via para o levantamento nacional e a questão da luta armada; a direcção proletária da nossa revolução e a política da unidade nacional anti-fascista; a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo.”<sup>113</sup>

Segundo FMR estaríamos entrados numa nova fase de luta em Portugal onde o aparecimento da acção armada se tornaria central. Esta fase seria marcada por três factores: o começo do ciclo das guerras coloniais marcado pelo início das hostilidades em Angola em 1961; o ascenso do movimento operário e democrático nacional, através de manifestações urbanas de dezenas de milhares encabeçadas por operários e a acção de Beja de 1 de Janeiro de 1962, tida como «a primeira acção armada de cunho popular de ofensiva contra a ditadura decadente» e finalmente, a separação definitiva, dentro do movimento anti-fascista, da corrente revolucionária da corrente reformista. Esta deslocação de forças seria resultado do facto de a pequena-burguesia, os estudantes e outros sectores se radicalizarem e começarem a procurar a aliança da classe operária, orientando-se no sentido da insurreição armada, e da média-burguesia liberal e conservadora se definir cada vez mais como uma força intermédia ansiosa por explorar as contradições da grande burguesia através da táctica do golpe militar.

Encontrávamo-nos na presença de uma «crise revolucionária», no período histórico do derrubamento da ditadura e do triunfo da revolução democrática.

Contudo, para esta situação objectiva se concretizar, faltariam mais lutas de massas, comissões legais e ilegais, uma forte organização partidária, uma sólida

---

<sup>112</sup> Pseudónimo de Francisco Martins Rodrigues.

<sup>113</sup> RODRIGUES, FRANCISCO MARTINS, *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, s.l., Edições Unidade Popular, 1974, pág.9.

organização militar, e acções de «tipo novo» (acções violentas) em ligação com o movimento de massas, recusando-se as tendências meramente terroristas.

O movimento operário e democrático radicaliza-se e assume sempre reivindicações mais avançadas e formas superiores de luta: “da exposição política legal à manifestação política «eleitoral» e desta à manifestação política puramente ilegal; da greve política à acção armada”.<sup>114</sup>

Crítica-se o imobilismo do PCP, com bandeiras e palavras de ordem desfasadas da radicalidade da situação: “Os dirigentes do Partido não sabem explicar do mesmo modo porque razão a palavra de ordem «todos os trabalhadores aos sindicatos» foi seguida em massa quando das eleições de 1948 dando lugar a uma importante vitória do movimento operário, com a conquista de dezenas de direcções sindicais, e essa mesma palavra de ordem, largamente agitada nas últimas eleições em 1963, foi seguida numa percentagem insignificante e trouxe um desaire político ao Partido. Porquê isto?” (...) Há 20 anos a posição revolucionária era ir em massa aos sindicatos fascistas; mas nestes 20 anos os trabalhadores foram em massa aos sindicatos, apoiaram-se neles para a luta económica legal, passaram à luta ilegal e à greve, chegaram já à luta política superior, dispõem-se a passar à luta armada”.<sup>115</sup>

Do mesmo modo, também as eleições mudaram de carácter: “elas se tornariam sem falta numa ratoeira se não conseguíssemos que a força das acções de massas ultrapassasse (como ultrapassou em 1958 e 1961) todos os limites legais e demolisse a fachada eleitoral, obrigando os fascistas a abandonar este expediente retardador e permitindo ao movimento democrático subir mais um degrau no caminho da insurreição”<sup>116</sup>.

Assim, os dirigentes do PCP passaram “duma posição revolucionária perante as lutas de massas para uma posição burocrática de fundo reformista<sup>117</sup>”. Estes viam em cada luta parcial a questão decisiva, e semeavam ilusões quanto às possibilidades de reformas “porque não acreditam que o movimento possa avançar senão pela acumulação de vitórias parciais, porque julgam que a revolução é

---

<sup>114</sup> Idem, pág. 29.

<sup>115</sup> Idem, pág. 34.

<sup>116</sup> Idem, pág. 35.

<sup>117</sup> Idem, pág. 36.

impossível sem estarem preenchidas as condições por eles imaginadas, sem estarem conquistadas as posições por eles fixadas”.<sup>118</sup>

Em síntese conclui: “Os dirigentes do Partido condenam a tendência para os «*grupos de acção directa*» como oposta ao marxismo-leninismo e obstruindo a via do levantamento nacional, o qual segundo eles, só será atingido através da «*unidade, mobilização e organização*» que darão lugar a grandes lutas de massas e ao apoio e neutralização de importantes sectores das forças armadas. Nós defendemos a criação imediata de destacamentos de combate como a aplicação do marxismo-leninismo às condições nacionais e a condição decisiva para encaminharmos as massas para a insurreição; nós dizemos que a via defendida pelos dirigentes do Partido só pode facilitar o triunfo de um golpe militar e o escamoteamento da revolução pela burguesia”.<sup>119</sup>

### **Rumo a que Vitória?**

Enquanto sofre esta crise pela esquerda, a orientação geral do PCP dirige-se para o estabelecimento de um sistema de alianças com outros sectores anti-fascistas. É neste contexto que tem lugar em Roma, de 12 a 21 de Dezembro de 1962, uma Conferência das Forças Antifascistas Portuguesas que forma a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), com base nas Juntas de Acção Patrióticas (JAPs) e na Junta Patriótica Central em Portugal, criando também no estrangeiro uma «Comissão Delegada Provisória», que acabou por ficar sediada em Argel.

Em Janeiro de 1964 realiza-se em Praga a II Conferência, que substitui a Comissão Delegada pela Junta Revolucionária Portuguesa, presidida por Humberto Delgado.<sup>120</sup> Na junta ficam também representantes do PCP, da Resistência

---

<sup>118</sup> Idem, pág. 37.

<sup>119</sup> Idem, pág.65.

<sup>120</sup> Humberto Delgado (1906-1965). General e político português. Candidato às eleições de 1958 contra a ditadura, será assassinado pela PIDE em 1965.

Republicana e Socialista (RRS)<sup>121</sup> e do Movimento de Acção Revolucionária (MAR)<sup>122</sup>.

Contudo, esta aliança vai estiolar rapidamente. O general tinha vontade de passar à acção, mas os restantes duvidavam da possibilidade de projectos militares exitosos, pelo menos a curto prazo. Surge então uma Frente Portuguesa organizada por Delgado. Este viria a ser assassinado pouco tempo depois pela PIDE, a 13 de Fevereiro de 1965, numa precipitada viagem a Badajoz. Entretanto, a Frente Patriótica continua as suas actividades em Argel.

Paralelamente, o PCP arma-se politicamente para responder aos novos desafios. Em Março de 1964, Álvaro Cunhal apresenta ao C.C. o relatório “Rumo à Vitória”, que constituirá a base do programa do partido aprovado no VI Congresso de Setembro de 1965, realizado em Kiev na URSS. Num Congresso composto em 75% por funcionários partidários, aprova-se o documento “Rumo à Vitória, As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional”, que constitui a primeira análise detalhada do PCP da situação da luta de classes em Portugal e formula os princípios basilares da sua acção política para um grande período, e que de certo modo, ainda hoje se mantêm válidos.

Segundo Cunhal: “O Partido empenhou-se na luta segundo a linha do VI Congresso no ambiente de intensa luta ideológica da época.

No Partido travámos firme combate contra o oportunismo de direita e contra o esquerdismo que se manifestava com grande intensidade nesses anos.

Em relação à luta revolucionária, à acção revolucionária, à perspectiva revolucionária de uma insurreição armada contra o fascismo, não só houve intenso debate interno no nosso país como houve debate e incompreensão internacional. Quero dizer-vos que escrevi mais que um artigo para jornais de outros partidos comunistas e como falava em levantamento armado, a censura interna dos jornais, incluindo o *Pravda* soviético, cortava essa expressão. Estávamos na época em que se

---

<sup>121</sup> Resistência Republicana e Socialista. Nasce em 1955. Participam Mário Soares e Piteira Santos.

<sup>122</sup> MAR. Organização surgida no rescaldo das lutas académicas de 1962, composta por socialista e católicos progressistas. Integra a FPLN, mas dissolve-se antes do 25 de Abril.



apontava a solução pacífica para tudo e naturalmente que a nossa linha revolucionária não era compreendida”.<sup>123</sup>

Contudo, o esquerdismo foi tido como o inimigo principal: “Mas as tendências erradas que hoje mais se manifestam são as tendências sectárias e esquerdistas. Dizem alguns camaradas que não existem já quaisquer possibilidades de actuação legal e nada interessa o trabalho nos Sindicatos Nacionais e outras organizações de massas. Dizem outros que a luta económica «está ultrapassada». Dizem outros que as «manifestações pacíficas de ruas» «deram já tudo quanto tinham a dar». Condensando numa forma mais nítida todas estas concepções e levando-as coerentemente às suas consequências lógicas, dizem outros que o Partido deve concentrar esforços na «acção directa» ou lançar-se desde já à preparação técnica da insurreição. Outros ainda afirmam que estão criadas as condições em Portugal para passar directamente do fascismo para o socialismo. (...) Posteriormente, com a agudização da luta política, com a intensificação brutal da repressão, com as limitações progressivas das possibilidades de actuação legal, com as incidências da guerra colonial, as tendências esquerdistas e sectárias começaram a manifestar-se sobretudo nos sectores intelectuais e estudantis e aparecem hoje, tanto no terreno ideológico, como na actividade prática, a entravar o desenvolvimento do Partido e a direcção fundamental da sua actividade, a actividade de massas. O esquerdismo constitui hoje o perigo principal do nosso Partido. (...)»

Mas como pode hoje a pequena burguesia radical exercer no plano português uma tão larga influência no toca inclusivamente certos sectores operários e alguns dos nossos camaradas? Onde foi ela encontrar força para isso? A explicação do facto é que o radicalismo pequeno-burguês recebe hoje um poderoso estímulo vindo de fora, é animado e incitado por uma intensa propaganda, que se intitula marxista-leninista, mas que, de facto, reflecte também, no movimento comunista internacional, a influência ideológica da pequena burguesia.”<sup>124</sup>

Podemos observar portanto como Cunhal se esforça por estabelecer uma linha centrista entre o oportunismo de direita e o oportunismo de esquerda, que

---

<sup>123</sup> CUNHAL, ÁLVARO, *Duas Intervenções numa reunião de quadros*, Edições Avante!, Lisboa, 1996, pág.31 e 32.

<sup>124</sup> CUNHAL, ÁLVARO, *Rumo à Vitória, as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Edições “a opinião”, Porto, 1974, pág. 286,287 e 288.

segundo o mesmo, se expressa a nível internacional e nacional, mas acaba por estabelecer como alvo principal o desvio de esquerda.

Mas tomemos agora em atenção o Programa propriamente dito. Nele se estabelece que a “tarefa fundamental do Governo provisório é a instauração das liberdades democráticas e a realização das eleições livres para uma Assembleia Constituinte” mas “antes e depois das eleições para a Assembleia Constituinte, o Partido lutará para que seja levada até ao fim a revolução democrática e nacional”, lutando: “1) Pela eliminação do poder dos monopólios, nacionalizando os sectores fundamentais da economia portuguesa; 2) Pela realização da Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha; 3) Pela libertação de Portugal do domínio imperialista estrangeiro; 4) Pelo reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à autodeterminação e à independência; 5) Pela rápida elevação do nível de vida material e da cultura das classes trabalhadoras; 6) Por uma política externa de paz e cooperação com todos os Estados, na base da igualdade de direitos; 7) Pela destruição completa do Estado fascista e a instauração de uma ordem democrática.”.<sup>125</sup>

De acordo com Cunhal: “O programa considerava estes oito objectivos inseparáveis para que «a revolução antifascista», «a revolução democrática e nacional», fosse realizada. Advertia que «pode admitir-se que alguns destes objectivos só numa etapa ulterior da revolução venham a ser completamente realizados». Mas sublinhava que «sem a realização de todos eles, a revolução democrática e nacional não estaria acabada e não estaria assegurado o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa» ”.<sup>126</sup>

Insistindo contra os que querem “queimar etapas” e propor a “revolução já”, o PCP vai separar nitidamente duas etapas. A primeira das tarefas é nitidamente a revolução democrática e nacional, mas de seguida fica o vazio, ou seja, admite-se que cumprida esta primeira etapa “estaria assegurado o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa”, mas não se percebe claramente como se passaria para a segunda etapa, já que todas as questões do *hardcore* da teoria leninista do Estado estão omissas. Segundo o próprio: “o PCP não escondia que, na sua

---

<sup>125</sup> Idem, pág.138.

<sup>126</sup> CUNHAL, ÁLVARO, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, Edições Avante, Lisboa, 1999, pág.66.

perspectiva histórica, a revolução democrática e nacional constituía «uma etapa primeira e necessária para a revolução socialista» »<sup>127</sup>.

Encontramos aqui portanto o esquema da «teoria das etapas», em que a revolução democrática antifascista surge como a “fortaleza” para se passar à fase seguinte da revolução socialista.

Mas nem na Revolução Russa, na Chinesa ou Cubana (por exemplo) - melhor dizendo - nenhuma revolução vitoriosa do século XX necessitou de cumprir as 8 condições prévias de Cunhal para assegurar as tarefas socialistas de expropriação da burguesia e edificação de um Estado Operário.

Toda esta imensamente complexa e polémica questão das «etapas» da revolução, apesar de hoje em dia poder parecer algo de anacrónico, é na verdade um debate fulcral dentro das correntes que se reclamam do marxismo.

Correndo o risco de sermos demasiado simplistas ou esquemáticos, basicamente trata-se da questão de como realizar a revolução operária. É uma discussão política programática sobre o sujeito da revolução, da sua organização e da sua política de alianças.

Esta é uma questão que sempre dividiu o movimento operário. O anarquismo nunca se preocupou muito em elaborar sobre os problemas políticos de transição de uma sociedade pós-capitalista (predominando nas suas análises o voluntarismo de uma «abolição do estado») e Marx apesar de ter formulado a sua concepção de «ditadura do proletariado» a partir da Comuna de Paris não poderia ir muito mais além do que algumas formulações gerais.

Como já vimos, no SPD vão estalar fortes polémicas sobre esta questão, bem como durante o processo revolucionário russo. Em países sem «revolução burguesa» o proletariado deve lutar pela primeira, ou «saltar etapas» e fazer a sua revolução? Neste processo, o proletariado deve manter uma total «independência de classe» ou deve fazer acordos com outras classes? No caso de fazer uma frente com outros sectores, quem deve manter a hegemonia do processo? Os acordos devem ser mínimos e temporários ou tendencialmente grandes e permanentes?

---

<sup>127</sup>

Idem, pág.67.

Estas questões «intermináveis», entre outras, estão no cerne do próprio debate sobre a interpretação da Revolução Russa, que está longe de ser consensual. Para agravar a «confusão», convém reter que depois de 1917, todos os movimentos de inspiração marxista vão reclamar que a sua política é a mais consentânea com os «ensinamentos» da revolução russa, mas as experiências posteriores de revoluções anti-capitalistas não seguem o esquema soviético, colocando em causa a existência de um único modelo de transição pós-capitalista.

A crítica em geral dos maoistas à linha soviética foca-se no atentismo e à sua política de alianças demasiado abrangente, que levaria o proletariado a uma posição subordinada no seio da Frente Única.

Como afirma Hobsbawm “quando a liderança soviética no movimento comunista internacional foi desafiada em 1960 pela China, em nome da revolução, para não falar das várias dissidências comunistas, os partidos moscovitas no Terceiro Mundo mantiveram a sua política escolhida, de estudada moderação. O inimigo nesses países não era o capitalismo, até onde este existia, mas o pré-capitalismo, os interesses locais e o imperialismo (americano) que os apoiava. O caminho não era a luta armada mas uma ampla frente popular ou nacional da qual era aliada a burguesia ou a pequena-burguesia «nacional». Em suma, a estratégia de Moscovo para o Terceiro Mundo continuava a linha do Comintern da década de 30, contra todas as denúncias de traição à Revolução de Outubro”.<sup>128</sup>

Já para os trotskistas (com algumas diferenças internas importantes), embora admitindo acordos mínimos e temporários, o «etapismo» é um acordo interclassista, contrário às suas teses de «revolução permanente». Outros grupos radicais e esquerdistas, mais próximos da linha do “terceiro período” ou do anarquismo também negam o «etapismo» e qualquer espécie de acordos políticos.

### **FAP e CMLP: a alternativa ideológica maoista**

Entretanto em Paris os dissidentes do PCP tentavam organizar-se. FMR irá visitar a China, onde apostam nele para formar uma corrente. Segundo nos é revelado

---

<sup>128</sup> HOBBSAWM, ERIC, *A Era dos Extremos, História Breve do Século XX 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1996,pág. 426.

numa entrevista ao visado: “Eu encontrei lá belgas, franceses, estavam a tentar furar na Europa. O PC belga teve uma cisão, foi o único na Europa em que os pró-chineses ganharam uma boa parte, toda a federação de Bruxelas rompeu com os outros e formaram um novo partido, que era a cabeça dos pró-chineses aqui na Europa. Sobre o que havia a fazer, eu expunha-lhes as minhas ideias, e os gajos davam bons conselhos de que era preciso primeiro acumular forças para poder intervir contra a guerra colonial, contra o fascismo. Mas eu estava com uma ansiedade muito grande: “Sai do PC e agora fico no estrangeiro a dizer que o PC é uma grande merda?” Já tinha visto muitos gajos a fazer isto, estava com uma grande preocupação de passar à prática”.

Passa também pela Albânia, mas não fica tão encantado: “O ambiente era muito mais fechado. Um gajo fazia o possível por aderir porque a linha era correcta, faziam uns ataques virulentíssimos ao Kruchov e ao Tito, e diziam verdades, mas o ambiente!! Não só se via que era um país pobre, o que era natural, mas que havia uma distância enorme entre os aparatchiks e a massa e a conversa dos quadros era só repetir fórmulas, para não sair da linha justa...”.<sup>129</sup>

De volta a Paris, cria-se a FAP (Frente de Acção Popular). Constituída em Janeiro de 1964, era entendida como uma «frente de massas», com o objectivo de desencadear acções armadas contra o regime.

A FAP editará quatro números do jornal “Acção Popular”, entre Junho de 1964 e Maio de 1965, dos quais destacaremos dois artigos.

No nº2, de Outubro de 1964, analisa a ruptura da FPLN: “Por detrás da fachada de “Unidade”, obtida através duma auto-censura rigorosa, uma luta interna aguda opunha diversos membros da F.P.L.N. em posições irreduzíveis. As divergências de princípios e de táctica, escondidas às massas populares, eram resolvidas na sombra, com recurso a processos baixos, a intrigas e combinações sem princípios, a ataques pessoais e injúrias. (...) nós dizemos que a Unidade entre os trabalhadores e a burguesia anti-salazarista é um sonho impossível e reaccionário (...) Afirmar, como se tem afirmado, ano após ano, que a união das massas populares encontra a sua expressão na unidade dos partidos é a melhor garantia e a condição necessária para a unidade popular – é fazer um paralelo absurdo, porque é atribuir aos

---

<sup>129</sup> *Carlos Morais entrevista Francisco Martins Rodrigues*, 12 Outubro 2004. Disponível em <http://www.primeiralinha.org/destaques4/entremartins.htm>. Arquivo capturado em 20 de Maio de 2008.

partidos da burguesia a capacidade de representarem as massas exploradas por essa burguesia.”.

Já no nº 3 de Janeiro de 1965, em “O caminho da insurreição”, escreve-se: “A preparação da luta armada para o derrubamento da ditadura é a questão que tem levantado maiores críticas à FAP. Certos anti-fascistas criticam-nos como “grupo terrorista e aventureiro”, por defendermos a necessidade de se encetar no mais curto prazo a luta armada; outros, pelo contrário, põem em dúvida as nossas intenções revolucionárias pelo facto de ainda não termos desencadeado essa luta armada. Será útil por isso definir com clareza a posição da FAP quanto a este problema. (...) A FAP definiu-se desde o início como uma experiência de novo tipo em Portugal por duas razões. Primeiro, porque proclamámos a nossa intenção de libertar completamente a iniciativa revolucionária das massas populares, de orientarmos o povo trabalhador no caminho da conquista do poder. Em segundo lugar, porque levámos até às últimas consequências o problema do derrubamento revolucionário da ditadura e propusemos pela primeira vez uma perspectiva viável para a insurreição anti-fascista: a criação de uma força armada popular e a condução de uma luta armada capaz de destruir o aparelho de Estado fascista. (...)”

A linha do “levantamento nacional” está mergulhando o movimento popular na confusão e na paralisação. Ninguém vê como é possível passar subitamente das acções pacíficas ao apregoadado “levantamento”. E quanto mais esses dirigentes se esforçam por explicar a sua linha, mais evidente se torna que eles não têm uma resposta clara para o problema da luta armada *porque não se atrevem a encarar a perspectiva do assalto ao poder político pelo povo em armas*. Querendo reservar aos oficiais e à burguesia anti-salazarista um lugar dirigente no derrubamento da ditadura, os defensores do “levantamento” aproximam-se afinal dos golpistas que tanto criticavam. (...) Ataca-se a FAP como “grupo terrorista de pequeno-burgueses desesperados, sem confiança nas massas populares”. (...)

Não nos intimida a chantagem de “terrorismo”. Trabalharemos pela constituição de grupos populares armados que ataquem o aparelho de repressão e propaganda fascista e que, furtando-se a choques directos contra forças superiores e a insurreições locais condenadas ao fracasso, fortaleçam pouco a pouco a capacidade ofensiva das massas trabalhadoras. Trabalharemos para que as acções de combate e de

auto-defesa, coordenando-se com as restantes formas de luta, guiem o movimento popular no caminho da insurreição.”<sup>130</sup>.

No entanto, segundo o próprio FMR: “A FAP editou muito irregularmente um jornalzinho que era a Acção Popular, com uma orientação mais de agitação. A FAP pretendia ser uma frente de acção popular contra a guerra e contra o fascismo naquele meio dos emigrantes portugueses em França. Foi a primeira reacção no sentido de tentarmos ligar pessoas do partido e próximas do partido. Não teve grande sucesso porque só agregou maoístas que já estavam nessa posição.”<sup>131</sup>

A diluição do trabalho comunista na «frente de massas», a perspectiva da passagem imediata à acção armada (independentemente da criação prévia do partido), na orientação que ficou conhecida como «fapismo», foi considerado um erro, que passado pouco tempo será corrigido. Para esse efeito, nasce o Comité Marxista-Leninista Português (CM-LP) em Março de 1964<sup>132</sup>.

O seu órgão teórico chamava-se “Revolução Popular”, publicando-se sete números de Outubro de 1964 a Agosto de 1966. Será nestas páginas que o núcleo fundador do maoismo em Portugal atingirá a sua maturidade de elaboração política autónoma. Além da análise das cisões do MCI e do estado das forças maoistas no mundo, do destaque dado às «lições» da luta armada no sudoeste asiático, na Argélia, em Cuba ou nas colónias portuguesas, expressa-se também uma preocupação de historiar o desenvolvimento da luta de classes nacional, de definir sociologicamente a arrumação de classes, o papel dos sujeitos políticos, a análise da natureza da ditadura, a estrutura económica do país, etc.

Pela sua relevância, seleccionaremos dois artigos que nos parecem mais relevantes ao nível dos contributos teóricos originais, ambos baseados na demarcação face às posições do PCP.

---

<sup>130</sup> *A Frente Nacional*, Acção Popular, nº2, Outubro 1964, pág. 2 e 3, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>131</sup> *Carlos Morais entrevista Francisco Martins Rodrigues*, 12 Outubro 2004. Disponível em <http://www.primeiralinha.org/destaques4/entremartins.htm>. Arquivo capturado em 20 de Maio de 2008.

<sup>132</sup> Na nossa pesquisa encontramos datas contraditórias para a constituição do CM-LP. Na entrada “FAP” e na entrada “Maoismo” do Dicionário de História de Portugal a data apontada é Abril, contudo, no mesmo Dicionário, a entrada “Extrema-Esquerda” afirma que foi em Junho, e na entrevista a FMR que citamos na nossa pesquisa, o visado aponta Março. Perante as contradições, preferimos respeitar a memória de que viveu os acontecimentos em primeira mão.

O primeiro, publicado no nº1 de Outubro de 1964, chama-se “O abandono da aliança operário-camponesa”<sup>133</sup>. Assim reza: “No que se refere ao campo português, o oportunismo desfigura a imagem da luta de classes que aí se trava, já que não reconhece habitualmente outras contradições além da que opõe o proletariado rural aos latifundiários, e reduz todas as outras contradições à oposição dos «pequenos e médios agricultores» contra o governo de Salazar. (...)”

No campo português existe pois uma diferenciação profunda de classes, que vai do proletariado à burguesia média, passando pelo semi-proletariado, pelos produtores independentes e pela pequena burguesia. (...)”

O primeiro e fundamental aliado do proletariado industrial português é o proletariado rural. Um dos factores mais favoráveis à revolução portuguesa resulta da força numérica e da radicalização desta classe, mergulhada pelos latifundiários e capitalistas numa miséria atroz (...)”

Um dos traços mais característicos da sociedade portuguesa, que é justamente um dos aspectos mais desfavoráveis para a nossa revolução, está no adormecimento da consciência de classe dos camponeses pobres, do Centro Norte, que constituem mais de metade do campesinato. Do ponto de vista da consciência política e de classe, o campesinato português está dividido em dois níveis inteiramente diferentes e sem relação entre si: a consciência e combatividade do proletariado rural do sul tem como contrapartida a paralisação das grandes massas camponesas do Centro e Norte.”<sup>134</sup>

Já em “Luta de classes ou “unidade de todos os portugueses honrados” (Revolução Popular, nº 3 de Março de 1965), escrito em assumido propósito polémico com “Rumo à Vitória” de Álvaro Cunhal, afirma-se que: “o oportunismo esvazia as reivindicações da classe operária do seu potencial revolucionário e transforma-as em inofensivas reivindicações “democráticas” e “nacionais” de “todo o povo” pondo o proletariado ao serviço desta ou daquela fracção da burguesia. (...)”

---

<sup>133</sup> Apesar da incapacidade orgânica, também por parte do CM-LP, de penetrar exitosamente no proletariado rural, as peripécias da revolução portuguesa, onde o campesinato do norte se mostrou altamente mobilizável pelas forças contra-revolucionárias, não deixam de conferir a este artigo um carácter espantosamente “profético”.

<sup>134</sup> *O abandono da aliança operário-camponesa*, Revolução Popular, nº1, Outubro 1964, pág. 9, 11 e 12, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.



É correcto sem dúvida concentrar o fogo da crítica sobre a grande burguesia monopolista e os latifundiários (...) Mas, ao pretender que a situação actual existe “apenas porque um dúzia de grupos monopolistas, algumas centenas de latifundiários e o “imperialismo estrangeiro” exploram o país (...), ao passar por alto a força e os interesses das outras camadas da burguesia urbana e rural, ao esbater o papel do campesinato trabalhador e dos povos coloniais na luta de classes em curso, Cunhal acaba por ocultar a natureza da sociedade capitalista em Portugal, (...) e obscurecer os interesses próprios do proletariado, que não são comuns a nenhuma outra classe. (...)

A missão a que Cunhal se dedica ao longo deste informe é ocultar (...) que em Portugal existe uma contradição de classe principal e decisiva (...) entre o proletariado e a burguesia, e que a tarefa do Partido Comunista é agir revolucionariamente para resolver esta contradição, e substituir a ditadura burguesa pela ditadura proletária, o capitalismo pelo socialismo. (...)

Por tudo isto, FMR considera: “a “revolução democrática e nacional” é a teoria e a prática da passagem de Portugal dum regime capitalista antiquado a um capitalista moderno.”<sup>135</sup>.

Outros artigos de relevo são ainda «Os Comunistas e a questão colonial – Combater o Chauvinismo Imperialista é a Base de uma efectiva Solidariedade aos Povos das Colónias», onde se defende o colonialismo como parte integrante do sistema capitalista português, ou “Isolar e Aniquilar os “Sindicatos” Fascistas – uma Tarefa Revolucionária”, em que se propõe a criação de sindicatos revolucionários clandestinos fora dos «sindicatos nacionais», ou ainda “A Unidade em 1944-49: Uma Experiência Actual” no qual se analisam a «política de unidade».

Em suma, os maoistas caracterizavam a existência de uma «situação revolucionária», estando colocada a necessidade de criação de um «exército popular». O objectivo era a «revolução democrática e popular», com as suas 5 tarefas: Liberdade, Paz, Pão, Terra e Independência. O proletariado seria a força dirigente, tendo como aliado principal o campesinato.

---

<sup>135</sup> *Luta de Classes ou “Unidade de todos os portugueses honrados”?, Primeiro artigo de crítica a “Rumo à Vitória”, Revolução Popular, nº 3, Março 1965, pág.14 a 34, in CD-ROM Estrela Vermelha, Fundação Mário Soares, 2004.*

### **FAP e CMLP: A primeira tentativa de trazer a «ciência» para o interior**

Como já atrás se fez referência, a par da elaboração teórica e política, os dissidentes do PCP estavam decididos, na esteira leninista, de levar a ciência «de fora» para dentro do movimento operário em Portugal. Assim, segundo conta FMR: “Tínhamos notícias de que havia uns núcleos de estudantes que tinham aderido à FAP e estavam a fazer coisas em Lisboa. Viemos por aí abaixo, em 65, separados, cada um por sua fronteira. E assim começamos a dança de sendo pouquinhos, sem ter apoio, nem dinheiro, nem militantes, defender três casas em Lisboa. (...) Não tínhamos estrutura para vir-nos instalar três clandestinos. Tínhamos que ter feito aquilo por fases, primeiro um e depois o outro. Foi um pouco infantil.”.

Os «clandestinos» começaram a sua labuta de «revolucionários profissionais»: fazem contactos, arranjam uma mini-tipografia, escrevem artigos para o Revolução Popular e para o Acção Popular, tentam juntar fundos.

Mas entretanto dá-se o episódio que passou para a história como o «caso Mateus». Pulido Valente, aproveitando-se dos seus conhecimentos começa a explorar contactos de elementos do PCP, mas vai deparar-se com um informador da PIDE infiltrado na organização comunista, que o denuncia.

Da Penitenciária, onde o regime era mais “leve” que nas prisões políticas, Valente consegue informar os seus camaradas das suas suspeitas sobre o contacto Mateus. Estes levam-no para um descampado e procedem a um interrogatório, onde o visado acaba por confessar a sua acção delatária: “Logo ali a gente decidiu matá-lo. Essa era uma discussão que já havia anteriormente, havia bastantes infiltrados da polícia, o que era inevitável, claro. O problema era que a esses gajos nunca lhes acontecia nada. Eram reconhecidamente provocadores da polícia e nada, era desmoralizante, “Não pode ser, em qualquer lado estes gajos também têm que pagar pelo que fazem”. Quando ficámos com a certeza que ele era mesmo provocador pago pela polícia, demos-lhe dois tiros. Isto foi a princípios de Dezembro de 1965. O

Pulido foi preso em Novembro e isto passa-se poucas semanas depois. Havia seis, sete meses que eu estava em Portugal.”.<sup>136</sup>

Nesta trama adquire relevo e vai causar um certo escândalo a denúncia que o PCP faz da entrada da FAP em Portugal, através do “Avante!” de Dezembro de 1964.

Sob o título “Cuidado com eles!”, o artigo postula: “Manuel Claro e João Pulido Valente, dois renegados pertencentes ao grupelho de Francisco Martins Rodrigues, todos eles expulsos há tempos do Partido Comunista Português por actividades cisionistas e aventureiristas, dedicaram-se ultimamente a acções provocatórias contra o Partido.

Neste propósito têm procurado militantes do Partido que conhecem junto dos quais espalham calúnias contra a linha do Partido e contra a sua Direcção, tentando arrastá-los para o seu lado na actividade e provocatória contra o Partido.

No momento em que o inimigo fascista intensifica a sua acção repressiva contra o Partido Comunista e os seus militantes que conduzem nas mais duras condições a luta das massas trabalhadoras e do nosso povo contra o regime salazarista, não podemos deixar de considerar a acção desagregadora desses indivíduos como uma verdadeira provocação tendente a identificar-se com a acção do próprio inimigo.

Aos militantes do Partido, aos democratas e a todas as pessoas honradas, aqui fica o aviso.”.<sup>137</sup>

O «aviso» também chegou à PIDE. De acordo com Irene Pimentel “No início de 1966, respectivamente em 30 de Janeiro e 14 de Fevereiro, a PIDE conseguiu prender os dirigentes da FAP/CMLP Francisco Martins Rodrigues e Ruy d’Espiney. O primeiro («Campos», no CMLP, e «Armando», na FAP), que vivia numa casa clandestina, foi detido num encontro com Acácio Barata Lima, e o segundo foi preso juntamente com a sua mulher, Rita d’Espiney. Foram depois detidos José Carvalho Vilar, João Natividade e o francês Jean Bernard Sanvoisin, acusado de ser correio da FAP, segundo informação comunicada à PIDE pelas

---

<sup>136</sup> Carlos Morais entrevista Francisco Martins Rodrigues, 12 Outubro 2004. Disponível em <http://www.primeiralinha.org/destaques4/entremartins.htm>. Arquivo capturado em 20 de Maio de 2008.

<sup>137</sup> “Cuidado com eles”, in Avante nº 347, Dezembro 1964, pág.3, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, secção Documentos, Fundação Mário Soares, 2004.

autoridades de Madrid e Paris. Depois, foram detidos outros elementos da FAP/CMLP, nomeadamente o advogado de Francisco Martins Rodrigues, Joaquim Monteiro Mathias, acusado de servir de correio entre aquele e outros elementos dessa organização.”<sup>138</sup>

Se a prisão deste núcleo inicial vai prejudicar enormemente as possibilidades de crescimento orgânico da corrente, a confissão sob tortura de FMR e de Ruy d’Espiney vai acentuar a crise, pois aos olhos de muitos retirará a credibilidade moral revolucionária ao maior teórico à esquerda de Cunhal. Esta questão será aliás uma constante fonte de polémicas entre os futuros grupos maoistas, que se vêm na contingência de reclamar o legado teórico de alguém, que ao contrário de Cunhal, cedeu nos interrogatórios. Pelo contrário, Pulido Valente<sup>139</sup>, que resistiu à tortura, continuará a ser reclamado pela direcção do exterior.

Não obstante, sobre do fim da FAP, não deixa de ser curioso assinalar a opinião do inspector da PIDE Abílio Pires que “diria mais tarde que tinha morrido à nascença por «denúncia do PCP»”<sup>140</sup>.

A 5 de Maio de 1970, no Plenário Criminal da Boa Hora, FMR será condenado a 20 anos de prisão, Espiney a 19 anos, e Pulido Valente a 15 anos. Posteriormente, após recurso ao Supremo Tribunal de Justiça, as penas seriam reduzidas para 19, 17 e 12 anos, respectivamente.

Na sua defesa perante o Tribunal Plenário, FMR, no estilo clássico dos revolucionários perante os tribunais, irá transformar-se de réu em acusador: “Um processo baseado em declarações arrancadas pela violência e em autos forjados não tem qualquer validade e classifica suficientemente a polícia que o instruiu e o Estado fascista português. Repudio-o inteiramente.

E estou à vontade para o fazer porque, nem pretendo fugir às responsabilidades pela minha actividade revolucionária, responsabilidades que assumo integralmente, como exporei a seguir, nem procuro diminuir perante os meus camaradas, a gravidade das declarações que prestei. Como comunista, estava obrigado

---

<sup>138</sup> PIMENTEL, IRENE FLUNSER, *A História da PIDE*, Círculo de Leitores, s.l., 2007, pág.183.

<sup>139</sup> João Pulido Valente (1925-2003). Membro do PCP, expulso em 1964. Co-fundador da FAP e do CMLP, co-fundador da UDP e fundador e director da “Voz do Povo”.

<sup>140</sup> PIMENTEL, IRENE FLUNSER, *A História da PIDE*, Círculo de Leitores, s.l., 2007, pág.181.

a não fazer quaisquer declarações aos inimigos da classe operária, fossem quais fossem as torturas empregadas, a exemplo do meu camarada João Pulido Valente. Foi preciso passar por esta experiência para verificar que ainda não tinha verdadeira ténpera de comunista. Mas se a PIDE esperava aniquilar-me politicamente e moralmente, enganou-se: tanto os meus camaradas como os meus inimigos podem estar certos de que me esforçarei por merecer o título de militante comunista.”<sup>141</sup>.

Só seria libertado já depois do 25 de Abril, sendo um dos últimos presos a sair de Peniche. Mas já chegaremos a esse dia de liberdade. Entretanto, novas organizações vão emergir no combate à ditadura.

### **Entre o golpismo e o guerrilheirismo: A LUAR**

A Liga de Unidade de Acção Revolucionária (LUAR) foi criada em 1967. Talvez não seja exagerado afirmar que como organização constituiu uma espécie de ponte entre os velhos métodos de combate à ditadura e as novas formas de guerrilha urbana que despontavam pelo mundo. Contudo, a ênfase sempre colocada nas acções práticas e espectaculares em detrimento da definição teórica e do trabalho orgânico tornam este grupo de complexa arrumação, oscilando entre concepções meio putschistas e uma ideologia que à chegada do 25 de Abril já se declarara abertamente socialista.

Tudo começa com um encontro de exilados do regime no Rio de Janeiro, corria o ano de 1961. Encontravam-se presentes Humberto Delgado, Henrique Galvão<sup>142</sup> e Palma Inácio<sup>143</sup>. Pouco depois, os dois primeiros desentendem-se e os dois últimos vão organizar o desvio de um avião da TAP, na rota Casablanca-Lisboa do dia 11 de Novembro do mesmo ano. Galvão não pode participar devido a doença, mas Palma Inácio conduz as operações com êxito, forçando o avião a sobrevoar Lisboa distribuindo panfletos que exigiam eleições livres.

---

<sup>141</sup> *Defesa no Tribunal Plenário*, Maio 1970, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Secção documentos, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>142</sup> Henrique Galvão (1895-1970). Militar português, inicialmente apoiante de Salazar, mas rebela-se contra ele nos anos 50. Protagonista do episódio do assalto ao paquete «Santa Maria».

<sup>143</sup> Palma Inácio (1922-?), Anti-fascista que fundou a LUAR.

Passado pouco tempo, consuma-se uma nova ruptura, mas desta vez entre Galvão e Palma Inácio, decidindo-se este último por se estabelecer na Europa. Em Paris, junto a alguns outros exilados e a Emídio Guerreiro<sup>144</sup> e outros veteranos do assalto ao paquete «Santa Maria», forma-se então a LUAR.

A sua primeira e mais célebre acção realizou-se a 17 de Maio de 1967, com um assalto espectacular ao Banco de Portugal na Figueira da Foz – na chamada operação Mondego - que rendeu 30 000 contos à organização. Contudo, devido a problemas internos e à repressão da PIDE, boa parte dessa quantia esfumou-se.

Não obstante divergências posteriores com Guerreiro, Inácio continuou a sua acção, e em Setembro de 1967 a LUAR apodera-se de armamento no quartel de Évora, na chamada Operação Diana.

Já em 20 de Agosto de 1968, na Operação Hermínios, cinquenta elementos tentam tomar a Covilhã insurreccionalmente, através do assalto a uma agência do Banco de Portugal, posto emissor e postos de segurança. Contudo, a operação revelou-se um fiasco, acabando Inácio e outros elementos presos pelo regime.

Inácio conseguirá mais uma vez evadir-se da prisão, mas a organização já estava seriamente debilitada. Após nova entrada em Portugal, com planos de raptar individualidades do regime é novamente preso. Como resposta, a LUAR terá ainda mais uma acção de algum efeito, que consistiu na ocupação do consulado português de Roterdão em 1971.

Palma Inácio só sairá da prisão depois do 25 de Abril, e a LUAR sofrerá ainda algumas mutações. Mas já analisaremos essa evolução mais tarde. Por agora debrucemo-nos sobre a outra organização armada de luta contra a ditadura, o PRP/BR.

---

<sup>144</sup> Emídio Guerreiro (1899-2005). Opositor ao regime, participou na Guerra de Espanha. Ajuda a fundar a LUAR mas rompe com Palma Inácio. Durante o PREC, ocupará durante algum tempo a liderança do PSD.

## O guevarismo urbano: o PRP/BR

Como já mencionámos atrás, entretanto em Argel, a Frente Patriótica continuava a funcionar, mas apesar de alguma actividade propagandística e diplomática, as acções de tipo militar estavam paralisadas.

Novas disputas convulsionam ainda mais a frente. A RRS saiu, transformando-se em Acção Socialista Portuguesa (ASP)<sup>145</sup> e o MAR desapareceu. Em depurações sucessivas, outros membros da Frente liderados por Manuel Alegre<sup>146</sup>, Piteira Santos<sup>147</sup> e Manuel Sertório expulsam o PCP, e depois por sua vez, acabarão expulsos por outro grupo mais radical e partidário da luta armada, dirigido por Isabel do Carmo<sup>148</sup> e Carlos Antunes.

Segundo conta o jornal Revolução, órgão do PRP/BR: “Após a «campanha eleitoral» de 1969 durante a qual os revisionistas espalharam ilusões reformistas e eleitoralistas, vários núcleos de militantes convergiram numa posição crítica e autocrítica na procura de uma alternativa revolucionária para a situação política. (...)”

A isso correspondeu a criação das Brigadas Revolucionárias. Mas a prática das acções armadas nunca foi desligada da necessidade da criação duma organização revolucionária do proletariado no sentido de conjugação da luta armada com as lutas de massas (...)

Em Setembro de 1970, uma delegação representativa dos núcleos de militantes que no interior do país tinham iniciado essa nova prática revolucionária, convergiram com alguns dos até aí militantes da (...) FPLN no sentido da recuperação dos meios então ao dispor da sigla FPLN, os quais serviam uma perspectiva revisionista. A organização em projecto nunca foi desde o início uma organização frentista e a sigla FPLN nunca foi utilizada no interior do país; apenas no estrangeiro, em situações específicas, se continuou, provisoriamente, a utilizar tal sigla.

---

<sup>145</sup> Acção Socialista Portuguesa. Fundada em 1964 por Mário Soares, Tito de Morais e Ramos da Costa, que em 1966 abandonam a FPLN e em Abril de 1973 convertem-se em Partido Socialista Português.

<sup>146</sup> Manuel Alegre (1936-?). Político e poeta português. Ex-membro do PCP, é oposicionista em Argel, mas será expulso da FPLN. Participa nos efémeros Centros Populares 25 de Abril, mas entrará rapidamente no PS.

<sup>147</sup> Piteira Santos (1918-1992). Membro do PCP, expulso em 1950 sob acusações de «titismo». Fez parte da RRS e da FPLN.

<sup>148</sup> Isabel do Carmo. Anti-fascista e fundadora do PRP/BR.

Na sequência das acções armadas das Brigadas Revolucionárias e de toda a actividade política e organizativa desenvolvida no interior do país, realizou-se em Setembro de 1973 um congresso de militantes, que constituiu o PRP e determinou as suas linhas de organização e de orientação.

O PRP resultou da conjugação de militantes das Brigadas Revolucionárias, das Comissões de Trabalhadores Revolucionários e de todos os núcleos de revolucionários que se criaram na luta de massas e de outros sectores de luta”.<sup>149</sup>

O congresso de fundação realizou-se sem que se tivesse aprovado programa nem estatutos e o símbolo adoptado foi o de uma enxada e uma chave inglesa cruzadas, sobre as quais uma mão empunha uma metralhadora, pretendendo simbolizar a inovação da simbologia comunista.

Na esteira de outros grupos de guerrilha urbana, tratava-se de um grupo de ideologia de extrema esquerda, com referências na Revolução Russa, mas também muito influenciado por outras experiências como a Argélia, Cuba, Vietname ou os movimentos de libertação nas colónias portuguesas. A sua tónica não era tanto no trabalho centralizado, vertical e orgânico de tipo leninista, mas mais baseado na horizontalidade e no basismo. Embora muitas vezes catalogado como “trotskysta” a sua concepção era mais espontaneista, privilegiando a acção directa como método e “exemplo”, pelo que se aproximava mais de uma Avanguardia Operária<sup>150</sup> ou o grupo francês Revolution<sup>151</sup> com quem chegaram a estabelecer contactos. O seu discurso é também muito parecido ao PRT-El Combatiente de Santucho<sup>152</sup> no seu obreirismo, praticismo, numa espécie de leninismo difuso e concepção de organização política como partido/exército.

Ao contrário da FAP que basicamente morreu à nascença e da LUAR que acabou por realizar algumas acções espectaculares mas de duvidosa eficiência prática, o PRP/BR conseguiu levar a cabo algumas acções importantes contra o regime.

---

<sup>149</sup> Jornal Revolução, nº 1, Junho de 1974, capa.

<sup>150</sup> Avanguardia Operária. Organização de extrema-esquerda italiana, nascida no marco do Sessantotto, com implantação operária e estudantil, sobretudo em Milão. Dissolve-se em 1978 na Democrazia Proletaria.

<sup>151</sup> Revolution, Cisão em 1971 da Liga Comunista (trotskysta do SU de Mandel).

<sup>152</sup> PRT-El Combatiente. Trata-se da cisão guerrilheirista do PRT de Moreno que coincidirá com as teses guerrilheiristas de Mandel. Contudo pouco depois rompem completamente com o trotskismo e formam o PTR-ERP.



Assim, a 7 de Novembro de 1971 realizam uma acção de sabotagem que destrói a base secreta da NATO no Pinhal do Arneiro (Fonte da Telha-Distrito de Setúbal) prestes a entrar em funcionamento, causando dezenas de milhares de contos em prejuízo. Ainda no mesmo ano, a 12 de Novembro, destroem uma bateria de canhões, modelo 8x8, no Barreiro, que tinha sido instalada depois das grandes greves da CUF como medida de intimidação face ao proletariado.

A 11 de Julho de 1972 destroem 15 camiões «Berliet» (franceses), prontos a serem entregues para servirem na guerra colonial, com valor acima dos 15 000 contos, e no mesmo mês distribuem através de petardos milhares de panfletos a denunciar a farsa das eleições, lançando também no Rossio e em Alcântara dois porcos vestidos de Almirante em acto simbólico contra Américo Tomás.

Já a 25 de Agosto levam a cabo uma acção de sabotagem das instalações electrónicas da Companhia Marconi em Palmela e Sesimbra, trust que monopolizava as comunicações telegráficas e telefónicas intercontinentais e com as colónias, e em Dezembro efectuam uma acção de recuperação de mapas militares de grande importância através do assalto aos Serviços Cartográficos do Exército sendo posteriormente entregues ao PAIGC, MPLA e FRELIMO.

No ano de 1973, a 9 e 10 de Março realizaram-se também acções de sabotagem no Distrito de Recrutamento e Mobilização na Avenida de Berna, no Quartel-Mestre General da Rua Rodrigo da Fonseca e nos Serviços Mecanográficos do Exército, no Quartel da Graça em Lisboa (acção que se reveste de especial dramaticidade pois aí perderam a vida dois militantes das BR, Ernesto e Luís, devido a deficiências técnicas) e a 6 de Abril destruíram as instalações do Distrito de Recrutamento e Mobilização do Porto situado numa das alas do edifício do Governo Civil e do Comando Distrital da PSP, e das instalações do Quartel-General da Região Militar do Porto. Quanto ao 1º de Maio, as BR destruíram várias secções de «relações do trabalho», do Ministério das Corporações, na Praça de Londres em Lisboa.

Decorrido já o ano de 1974, as BR sabotam o Quartel-General da Guiné, em Bissau a 22 de Fevereiro e a 9 de Abril fazem nova acção de sabotagem mas desta feita no navio «Niassa» no momento em que este ia a partir para Bissau com um contingente de soldados.

Segundo o PRP estas acções «não podiam, por si só, derrubar o capitalismo»<sup>153</sup>. Contudo «podiam e puderam desbloquear o impasse a que o reformismo tinha conduzido o processo revolucionário, ao darem o exemplo de como era possível lutar, ao demonstrarem que o próprio aparelho de Estado era atingível, ao facilitarem o trabalho revolucionário a outros níveis».<sup>154</sup>

A capacidade operacional demonstrada, permite ao PRP afirmar, talvez com algum exagero, ser «a única organização armada que chegou ao 25 de Abril numa posição de guerra aberta e em plena ofensiva contra o regime fascista»<sup>155</sup>.

### **O CMLP no exterior: as primeiras rupturas**

Entretanto, no exterior os restantes membros do CMLP viam-se privados do concurso dos seus melhores elementos, passando a organização a ser dirigida por quadros de segunda linha, predominando baixo nível político entre a militância. Como veremos, tal facto, associado às próprias dificuldades de construção de um trabalho político a partir de fora, do sector da emigração, concorrerão decisivamente para futuras rupturas e cisões, que acabarão por praticamente estiolar a corrente em múltiplos grupos.

Depois das prisões reúne-se em Paris a 1ª Conferência do CMLP, em Fevereiro de 1967, onde participam 13 militantes. Nesta, decide-se a extinção da FAP (não obstante Pulido Valente e FMR terem escrito cartas da prisão contra esta medida) e recentrar o trabalho na construção partidária.

Contudo, apesar da tentativa de correcção do desvio «fapista», as tendências guevaristas e pela “acção directa” continuavam a manifestar-se com muita intensidade nos militantes, chegando mesmo alguns a ter dupla filiação com a LUAR.

Com o trabalho político no interior minado e com uma organização devorada por lutas intestinas, tenta-se dividir a direcção em duas estruturas. A Comissão Directiva teria como missão o trabalho político no interior e o «Corpo de

---

<sup>153</sup> *A violência no processo revolucionário*, Jornal Revolução, nº1, Junho de 1974, pág.6

<sup>154</sup> idem

<sup>155</sup>

Responsáveis» coordenaria o trabalho no exterior. Mas esta separação não dará resultados práticos e só acentuará ainda mais as divisões existentes.

Não conseguindo a nova direcção estancar a crise da organização, alguns militantes agrupados no «organismo Engels» exigem uma segunda Conferência, que se realizará em Paris a Novembro de 1968. Composta por 11 elementos, elege uma Comissão Executiva com 4 membros, de onde se destacará Vilar.

Segundo a direcção eleita: “Em vez de reorganizar o Partido, a direcção oportunista eleita na 1ª Conferência entregou-se à defesa de teorias neo-revisionistas, como é o castrismo e o guevarismo, estabeleceu ligações com grupos da pequena-burguesia radical (como é o caso da LUAR) e protegeu no seio do CM-LP os elementos mais oportunistas.”.<sup>156</sup>

E de acordo com o Dicionário da História de Portugal: “Se o processo que conduziu à 2ª Conferência, e a luta ideológica nele desencadeada – traduzida em documentos como «Só o trabalho comunista pode Conduzir à Reconstrução do Partido» - foi vital para a sobrevivência do CM-LP, teve contudo por consequência uma inevitável grupusculização, com a constituição de novos núcleos e grupos formados por elementos que o tinham abandonado no decurso daquele processo. Na realidade todos estes núcleos e grupos, constituídos no exterior e quase sem implantação em Portugal, abraçavam teorias que propunham a realização de acções armadas, aventureiras, isoladas, influenciados em maior ou menor grau pelas correntes políticas da moda, que então começaram a proliferar, fruto do Maio de 68 em França como o guevarismo-castrismo, o guerrilheirismo urbano, o anarquismo ou o situacionismo, por vezes misturadas com reminiscências das posições fapistas, referências ao marxismo-leninismo e às posições do PCC na luta contra o «revisionismo» moderno.”.<sup>157</sup>

Como resultado destas disputas surgiram a “Luta Armada” na Suécia, “Armas do Povo”, o “ «Grupo de Base» A Vanguarda”, a “Esquerda Proletária” e a

---

<sup>156</sup> *Viva o Partido Comunista! Manifesto, Dirigido aos comunistas, à classe operária, aos trabalhadores, à juventude (Adoptado pelo V Congresso)*, Unidade Popular, nº10, Agosto 1971, pág.3, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>157</sup> CORDEIRO, JOSÉ MANUEL LOPES, «Maoismo», in *Dicionário de História de Portugal, Vol. VII*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), Porto, Edições Figueirinhas, 1999, pág.418.

“Acção Revolucionária Comunista” (ARCO), que contudo se extinguíram ou desapareceram rapidamente.<sup>158</sup>

Os mais importante dos grupos que cindiu por altura da 2ª Conferência foi “O Comunista”, que publicava um jornal com o mesmo nome. Ainda segundo o mesmo Dicionário: “constituída em Paris, nos finais de 1968 (...) integrava ex-militantes do CM-LP, do PCP e outros elementos até então sem partido (...). Adoptava uma organização federalista e apresentava-se como «um pólo dinamizador no exterior, e um ponto de encontro provisório de forças dispersas que existiam no interior», onde conseguiu criar alguns núcleos, que desenvolveram actividades anti-coloniais no meio estudantil, e de agitação e propaganda, nomeadamente aquando das eleições de 1969.”<sup>159</sup> O Comunista chegou ainda a conseguir que desertores<sup>160</sup> tivessem desviado armas e explosivos<sup>161</sup> fazendo algum trabalho de agitação neste campo.<sup>162</sup>

Mas vejamos o que dizia O Comunista acerca de si próprio: “o “C.” não foi uma cisão do CMLP; o “C.” foi formado por trabalhadores sem partido, por ex-militantes do P“C”P e por ex-militantes do CMLP. Estes militantes recusavam a actividade grupuscular do CMLP, e tentavam encontrar uma solução global para um verdadeiro arranque do movimento revolucionário à esquerda do P“C”P. Para eles não se punha a questão de se auto-justificarem, nem de publicamente enunciarem as suas discordâncias. Isto, porque se tratava de tentar partir para uma nova experiência sem ideias preconcebidas.

Não houve separação entre marxistas-leninistas; houve sim, a tentativa de formação de uma nova corrente política que tentasse superar o impasse em que tinha caído a extrema-esquerda.”<sup>163</sup>

---

<sup>158</sup> Torna-se difícil para nós aquilatar-mos a filiação directa ou não destes agrupamentos ao CMLP. Para começar o Dicionário da História de Portugal e A História da PIDE oferecem visões contraditórias, e depois não conseguimos encontrar mais nenhum registo ou material comprovativo da sua existência. De qualquer modo, pensamos ser seguro afirmar que foram grupos que surgiram directa ou indirectamente, filiada ou autonomamente no marco do processo da 2ª Conferência do CMLP.

<sup>159</sup> CORDEIRO, JOSÉ MANUEL LOPES, «Maoismo», in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), Porto, Edições Figueirinhas, 1999, pág.418.

<sup>160</sup> Atente-se que a questão da deserção da guerra colonial era uma das linhas de fractura entre o PCP e os grupos à sua esquerda. Enquanto o PCP sustinha a necessidade de se embarcar e desenvolver trabalho político na guerra, a sua esquerda apelava à deserção com armas.

<sup>161</sup> Ver anexos nº 3 e 4, com propaganda de “O Comunista” pela deserção com armas.

<sup>162</sup> PIMENTEL, IRENE FLUNSER, *A História da PIDE*, Círculo de Leitores, s.l., 2007, pág.213

<sup>163</sup> *O Comunista*, nº9, Março 1971, pág.2.

Deste modo: “o núcleo inicial de “O Comunista”, considerou oportunista e descabida a sua auto-afirmação como vanguarda; isto, porque só a prática provará as tomadas de posição e a sinceridade revolucionária dos militantes e correntes que disputam esse título.

Consequentemente, partiu da concepção federalista-organização de núcleos com independência de manobra, mas sujeitos a uma linha geral comum definindo-se esta linha a partir da herança teórica e prática do marxismo, nomeadamente da sua aplicação à realidade nacional (caso das “Revoluções Populares”-CMLP até 1965), e do ataque à linha internacional revisionista da União Soviética, alinhando assim, com as posições internacionalistas proletárias dos camaradas Chineses e Albaneses. Este nascimento pouco ortodoxo, tinha como causa justificativa a lamentável debilidade do marxismo-leninismo, na época. Estávamos nos princípios de 1969; desde a desagregação da FAP-CMLP em 1966, que o movimento vegetava, auto-desmantelando-se, incapaz de superar as contradições acumuladas por uma prática anterior errada. Preocupado com o debate meramente interno, vivia de balões de oxigénio, coibindo os militantes na actividade exterior, inibindo-os e aburguesando-os.

Do ponto de vista táctico, o federalismo tinha um mérito suplementar: a libertação da capacidade de iniciativa, o que pressupunha o confronto de práticas diferentes. As contradições vinham sistematicamente ao de cima, auxiliando assim, a selecção das ideias justas, o que originou a coesão teórica e prática que solidificou progressivamente o nosso movimento.”.<sup>164</sup>

Em meados de 1971, O Comunista conclui estar encerrada a fase federalista e colocada a necessidade da criação de um partido comunista, tanto pelo desenvolvimento da organização como pelo surgimento de outros grupos marxistas-leninistas activos e dinâmicos. Em fins de 1972 este grupo viria a fundir-se com “O Grito do Povo”, nascendo a Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa (OCMLP).

Esta fase coincidiu com o quase desmantelamento da organização por parte da PIDE. Segundo Irene Pimentel: “A organização estava dividida em dois sectores, no Sul e no Norte, cujos responsáveis eram, respectivamente, Raul Caixinhas e o

---

<sup>164</sup> *O Comunista*, nº9, Março 1971, pág.3.

estudante de arquitectura Rui Ramos Losa ( «Francisco») – fugido –, que controlava, no Porto, uma imprensa própria desde final de 1971, *O Grito do Povo*.

No período em que O Comunista estava a ser desmantelado no Sul, a organização em Paris já estava em negociações com a organização O Grito do Povo para uma fusão, da qual resultaria a criação da OCMLP. Dada a compartimentação de O Comunista relativamente ao Grito do Povo, a DGS não conseguiu, porém, atingir a OCMLP, apenas começando a recolher exemplares deste jornal em 1973.”<sup>165</sup>

Entretanto o CMLP apesar da sua “pureza ideológica”, não conseguia descolar. O seu órgão central, “Unidade Popular” só teve 19 números, de Março de 1969 a Abril de 1974, com baixa qualidade política (sobretudo se compararmos com Revolução Popular), onde abundavam fórmulas e citações dos clássicos, mas sem qualquer tipo de contribuição original. O jornal mostrava pouca inserção nas lutas, uma atitude laudatória face à China e à Albânia e um dogmatismo petrificante.

O CMLP também produziu um jornal teórico, o “Estrela Vermelha”, que aprofundava um pouco mais as concepções do CMLP, mas que era extremamente maçudo e repetitivo, sem qualquer análise de fundo da situação económica e política portuguesa, repleto de auto-proclamações constantes, uma atitude de quase subserviência copista do “pensamento de Mao”, com grandes pretensões teóricas mas sem grande substância política.

Um bom exemplo deste completo desfasamento da realidade é o “Estrela Vermelha” nº 15 de Março de 1973, dedicado a Stalin. Pretendendo polemizar com aqueles que no interior do movimento maoista, encaravam Stalin como um continuador de Lenin, mas que contudo lhe apontavam algumas críticas, o Estrela Vermelha produz afirmações como: “Toda a candura dos intelectuais liberais que hoje simpatizam apenas com a Revolução Chinesa é ferida com a repressão exercida pela ditadura do proletariado sobre os contra-revolucionários, particularmente com os processos de Moscovo de 1936, 1937 e 1938. Não é raro ouvir lamentar duma forma ou doutra, por parte de alguns que se reclamam do marxismo-leninismo, a repressão do bando de criminosos, espiões, sabotadores e traidores liquidados nessa data. Assim, verifica-se que aqueles que pretendem que Staline tolerou ou criou a

---

<sup>165</sup> PIMENTEL, IRENE FLUNSER, *A História da PIDE*, Círculo de Leitores, s.l, 2007, pág.213.

burocracia aparecem depois a lamentar a repressão das actividades contra-revolucionárias. (...)

Comentando a repressão dos contra-revolucionários na URSS na época de Staline, os nossos “bolchevistas” dão-nos a ideia de Staline como uma espécie de criminoso desculpável devido às suas boas intenções... (...)

Em 1936 teve lugar o processo do centro terrorista trotskista-zinovievista, composto por Zinoviev, Kamenev e outros responsáveis pelo assassinato de Kirov que preparava igualmente o assassinato de todos os dirigentes do Partido e do governo. Este centro, cujo inspirador era Trotski, entregava-se igualmente a actividades de espionagem ao serviço da Alemanha nazi e do Japão.”<sup>166</sup>

De seguida, critica o PCP por “esconder” o “Avante!” nº 175 de Fevereiro de 1953, onde a propósito da morte de Stalin se afirma que “o pensamento seguro do maior homem dos nossos dias e de um dos maiores génios da humanidade em todos os tempos ilumina poderosamente o caminho dos povos para a Paz, para a Democracia e para o Socialismo. (...) Juremos manter sempre vivo dentro do partido dos trabalhadores portugueses, do Partido Comunista Português, o pensamento do camarada STÁLINE!”.<sup>167</sup>

Na verdade, enquanto o PCP ia seguindo flexível e pragmaticamente os ziguezagues da diplomacia soviética nas suas sucessivas reescritas da História, os grupos maoistas que por força da sua mundividência e filiação internacional, só discerniam a degeneração dos tecidos sociais da URSS com a ascensão de Krutchev, viam-se obrigados, pela lógica interna dos fenómenos, a reclamar o legado de Stalin. Mas como se tornava cada vez mais evidente a sua real natureza totalitária,<sup>168</sup> alguns

---

<sup>166</sup> *Josef V. Stáline e a Luta de Classes no Socialismo*, Estrela Vermelha nº15, pág. 15 e 16, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>167</sup> *Stáline Morreu!- artigo do “Avante!” de 1953*, Estrela Vermelha nº15, pág. 39 e 40 in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>168</sup> A revelação do Relatório Secreto de Krutchev e o cada vez maior conhecimento de toda a amplitude dos crimes e falsificações da História de Stalin é o que permite também a formação de novas vanguardas em rejeição ao estalinismo (trotskistas, autonomistas, New Left, etc.). Se nos anos 30 a brutal repressão contra as oposições e o prestígio da URSS ainda dominavam completamente o movimento operário, os anos 60 vão assinalar o fim desta hegemonia. Os grupos maoistas, em contraciclo desta vaga histórica, apareciam assim contraditoriamente como movimentos regressivos, na esteira do estalinismo “puro”, sectários, extremamente fanatizados e adoptando ora as teses do terceiro período (classe contra classe, social-fascismo) ora as teses da frente popular. Como diria Marx “a história tende a repetir-se, primeiro como tragédia, e depois como farsa”, pelo que os grupos maoistas, excepto em países asiáticos com larga base camponesa, não se conseguem nunca aproximar do tamanho dos partidos estalinistas dos anos 30, e desaparecem do mapa político dos países metropolitanos, em profunda crise.

grupos começam a alguns apontar “excessos” ou “erros parcelares” – exactamente como o PCP – cabendo às tendências mais dogmáticas do movimento m-l a tarefa de defender integralmente e levar até ao fim as posições “estalinistas ortodoxas”.

Este seguidismo acrítico vai-se desenvolver cada vez mais, com o decorrer do tempo. O CMLP torna-se o alvo preferido das outras organizações entretanto surgidas, que criticam o seu “dogmatismo”, “teorismo” e alheamento da luta prática no interior. Com efeito, “as dificuldades organizativas que o CMLP experimentara, centrando a sua atenção no combate ideológico àqueles que o tinham abandonado, provocando o seu afastamento progressivo da luta no interior do país, não lhe permitiram dotar-se da capacidade de atracção suficiente para incorporar estes novos elementos que agora «ousavam estar na luta», para empregar uma das muitas palavras de ordem então popularizadas.”.<sup>169</sup>

### **O «V Congresso» aprofunda a crise: o partido que ninguém reconhece**

Acossada com o surgimento de novas organizações no interior (já veremos quais), o CMLP decide convocar o chamado V Congresso (reconstitutivo)<sup>170</sup> para Paris, de 19 a 20 de Agosto de 1970, com o objectivo de “reconstruir” o Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista).

O Congresso só vai ser tornado público em Agosto de 1971, quando é anunciada a constituição do PCP (m-l) nas páginas do Unidade Popular, facto que apanhou de surpresa mesmo muito militantes do CMLP.

Aprovam-se Estatutos e Programa: “Ao contrário da linha revisionista de Cunhal que consiste em lutar por uma democracia burguesa parlamentar (a famosa

---

<sup>169</sup> CORDEIRO, JOSÉ MANUEL LOPES, «Maoismo», in *Dicionário de História de Portugal, Vol. VII*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), Porto, Edições Figueirinhas, 1999, pág.416.

<sup>170</sup> A corrente m-l, com excepção do MRPP, considerava-se herdeira do PCP de Bento Gonçalves e Militão Ribeiro, daí intitular-se o «verdadeiro partido comunista». Deste modo, os congressos reconhecidos pelos maoistas são: I 1923, II 1926, III (1º ilegal) 1943, IV (2º ilegal) 1946.



“revolução democrática e nacional”), o CMLP definiu a actual etapa da revolução como democrático-popular, parte integrante da revolução socialista”.<sup>171</sup>

As outras organizações m-l vão responder que nenhum dos grupos existentes possuía um acúmulo de forças suficiente para se poder reclamar ser o «Partido Comunista» reconstruído, criticando o CMLP por ter feito uma “jogada de antecipação” meramente administrativa, e não o reconhecendo como o partido reconstruído.

Como consequência deste V Congresso, o CMLP sofreria mais uma ruptura. Nasce o grupo “O Bolchevista”, que conformará o “Comité Marxista-Leninista de Portugal”.

Segundo a versão do agora PCP (m-l): “Algum tempo após a 2ª Conferência, o CMLP foi contactado por um elemento que se propunha organizar um Comité Comunista, do qual um dos objectivos seria editar um órgão teórico. Foi respondido a esse elemento que a querer integrar-se no CMLP devia submeter-se aos princípios do centralismo democrático, isto é, ao controle da Comissão Executiva (...)”

O CMLP nunca mais teve notícias do referido elemento. Tempos depois aparece o jornal “O Bolchevista” que se veio a saber mais tarde ser a tal publicação teórica. Vendo que as suas propostas trotskistas<sup>172</sup> e liquidacionistas não eram aceites pelo CMLP, esse elemento e outros a ele ligados iniciam assim um trabalho de provocação capaz de fazer concorrência às mais cínicas manobras provocatórias da Pide.

No primeiro número, o jornal “O Bolchevista” apresenta-se ora como sendo o órgão do Comité Marxista-Leninista Português, o que é uma evidente provocação, ora como sendo o órgão do Comité Marxista-Leninista de Portugal. Esta provocação iguala as da Pide, que quando o partido actualmente revisionista, ainda estava ligado às massas, por várias vezes publicou Avantes falsos. (...)

No nº3, “O Bolchevista” inicia uma nova provocação. Tendo verificado que não conseguia introduzir no CMLP as suas teorias trotskistas de a cada Comité

---

<sup>171</sup> *Viva o Partido Comunista! Manifesto, Dirigido aos comunistas, à classe operária, aos trabalhadores, à juventude (Adoptado pelo V Congresso)*, Unidade Popular, nº10, Agosto 1971, pág. 2, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>172</sup> “Trotskyistas”, no dicionário maoista é um termo corrente para indicar uma concepção laxa de organização, ou um programa social democratizante. Numa perspectiva mais agressiva, poderia significar “agente da CIA”, como acreditavam os mais radicais destes grupos.

Comunista um órgão teórico, teoria que abria novamente as portas do CMLP aos oportunistas, procura agora do exterior reintroduzir esses elementos oportunistas nas fileiras dos marxistas-leninistas. Para tal, lança um ataque ao “sectarismo” e propõe a unidade de todos os grupos “marxistas-leninistas”, pois que entre eles não existiriam “divergências estratégicas”. É natural que “O Bolchevista” não tenha “divergências estratégicas” com todos esses oportunistas, trotskistas e renegados, pois todos eles representam correntes da burguesia radical”.<sup>173</sup>

Já de acordo com o Dicionário da História do Estado Novo: “Em Janeiro de 1970, no seguimento de contactos frustrados com o CM-LP, surge no exterior o jornal *Que Fazer?*, «órgão do Comité Marxista-Leninista Mao Tsetung», que estabelece uma ligação com Francisco Martins Rodrigues e os ex-dirigentes do CM-LP que se tinham organizado na prisão, na sequência da qual se transforma, em Março desse ano, em Comité Marxista-Leninista de Portugal (CM-L de P), passando a publicar desde então o jornal *O Bolchevista*. Este novo agrupamento tenta, primeiro, influenciar a direcção do CM-LP e não tendo obtido sucesso nesse desiderato passa a reagir contra a sua transformação em PCP (m-l), continuando a insistir na reconstrução do partido, e defendendo que este deveria surgir da fusão de todos os grupos que se apresentassem como marxistas-leninistas”.<sup>174</sup>

Quanto ao CML de P, este considerava que: “O CMLP foi a primeira organização de marxistas-leninistas e constituiu-se em 1964. (...) As prisões dos seus elementos mais destacados em 1965/66 e o facto de só o camarada João Pulido Valente ter tido um porte exemplar representaram, porém, um golpe tremendo que afundou a organização numa crise (...)”

Nos primeiros dois anos que se seguiram andou à deriva, guinando da direita para a esquerda, do frentismo para o trotskismo, do guerrilheirismo para o reformismo, sem encontrar um rumo: uma tentativa feita nesse sentido em 1967, através da I Conferência dos marxistas-leninistas portugueses, ficou-se por uma análise superficial que não se traduziu por qualquer melhora prática.

De qualquer modo e até Dezembro de 1968 o CMLP continuou a ser o núcleo polarizador da actividade marxista-leninista portuguesa. Verificam-se

---

<sup>173</sup> Unidade Popular, nº 7, Fevereiro 1972, pág.2.

<sup>174</sup> CORDEIRO, JOSÉ MANUEL LOPES, «*Maoismo*», in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), Porto, Edições Figueirinhas, 1999, pág.420

deserções mas nenhuma que proporcionasse verdadeiramente uma fragmentação da corrente maoista. É a II Conferência, realizada nesse mês e convocada por pressão de organismos de base (entre os quais o célebre “organismo Engels”) que vem a constituir o primeiro golpe sério desferido na sua unidade. Com efeito, é nela que alguns dos mais representativos membros da actual Direcção conseguem demitir a que, então se achava à frente do CMLP e fazerem-se eleger, começando a partir dessa altura, um trabalho de crítica e de depurações sectárias que não mais deixou de se intensificar até hoje. (...)

Desde o nosso aparecimento como Comité Marxista-Leninista que nos abstivemos de atacar publicamente as posições do CMLP. Até mais: quando nos organismos (durante o ano de 1969) tínhamos por intenção ligarmo-nos a ele. (...)

Só depois quando nos apercebemos que (...) a Direcção do CMLP encarreirava por uma via dogmática e sectária (...) é que mudámos de opinião e resolvemos constituirmo-nos como grupo independente: o que sucedeu em Março de 1970.”<sup>175</sup>

O CML de P era a favor de uma linha de unidade entre os maoistas, apelando a “todos os esforços virados para a reunificação das forças comunistas”<sup>176</sup>, afirmando basear-se no exemplo albanês, de fusão de vários grupos comunistas num partido único.

Mas não obstante os propósitos unitários, também será atravessado por uma crise interna. Com efeito, após a vaga repressiva que se abate sobre o seu sector estudantil, o CML de P sofre uma profunda crise, que resultará numa cisão em Itália, que dará lugar à formação do Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista), CARP (m-l), em princípios de 1973.

O CARP (m-l) manterá o tom unitário do CML de P. Criticando “posições que se traduzem na recusa sistemática à unificação, na calúnia e na intriga para com organizações e camaradas, na procura de motivos fúteis para ataques virulentos”<sup>177</sup>, propõe, seguindo o exemplo chinês de Mao, encetar uma “Longa Marcha” na reconstrução do Partido. O CARP aponta como desvios a combater o espontaneísmo e a falta de trabalho de massas, condição indispensável para uma futura fusão. A

---

<sup>175</sup> *O Bolchevista*, nº7, Novembro/Dezembro 1971, pág. 12 a 15.

<sup>176</sup> *O Bolchevista*, nº10, Maio/Junho/Julho 1972, pág.6.

<sup>177</sup> *Editorial – uma «longa marcha»*, Longa Marcha, Novembro/Dezembro 1973, pág.2.

unidade deveria ser efectuada não por acordo de cúpula, mas por um acumular de trabalhos de base, e sobretudo pelas organizações do interior.

Quanto à questão da unidade nos princípios, o CARP defende como essenciais a luta contra a guerra colonial, a defesa incondicional da China, da Albânia e de Stalin, bem como a luta contra «o social-imperialismo soviético».

Posteriormente o CARP vai unificar-se em Julho de 1974 com uma cisão de “O Comunista”, chamada “Luta Comunista”<sup>178</sup>. O órgão central do CARP “Linha Marcha” deixará de se publicar, para dar lugar ao “Luta Comunista”. A organização fundida manteve o nome de CARP (m-l).

Entretanto, o PCP (m-l) realiza a sua 3ª Conferência em Março de 1974. Para não fugir à regra, nova cisão. Desta feita, entre Vilar ( direcção do exterior) e Mendes ( direcção do interior). A resolução política da Conferência o PCP reza que “condena energicamente as actividades golpistas de Mendes e da fracção Ortigão-Dionísio com vistas a apoderarem-se da direcção do Partido” pelo que “pronuncia-se pela sua expulsão imediata” condenando “o seu desprezo pela proletarianização do partido e a apreciação errada que faz da relação de forças revisionismo-radicalismo, na qual ele considera como inimigo principal o radicalismo em vez do revisionismo moderno”.<sup>179</sup>

Por seu turno, Mendes acusa a direcção do exterior de golpismo na convocação da III Conferência sem o interior, que teria sido expressamente realizada para impedir de forma administrativa o debate. Mendes acusava ainda Vilar de ter boicotado o seu trabalho no interior, de dogmatismo e alheamento das lutas, de privilegiar a conquista dos comunistas “já feitos”, ou seja, a base do PCP, e de descurar o combate aos outros grupos à sua esquerda.

Esta cisão vai provocar um episódio caricato, que é o facto de passarem a existir dois grupos com o nome de PCP (m-l) e dois jornais chamados “Unidade Popular”, isto, precisamente no momento em que a revolução portuguesa dava os primeiros passos após o 25 de Abril.

---

<sup>178</sup> Uma parte da Luta Comunista, nomeadamente o núcleo “O Martelo”, não aceita a fusão e constitui mais tarde o Comité “Revolução Comunista”.

<sup>179</sup> Resolução Política da 3ª Conferência, Unidade Popular nº 19, Abril 1974 (facção Vilar).

## As organizações no interior

No interior de Portugal, no marco do calor das lutas que se iam travando contra a ditadura, também germinavam novos sectores oposicionistas que se distanciavam pela esquerda do PCP.

O movimento estudantil que entra em cena na luta pela autonomia contra o Decreto-Lei nº 40 900 de 1956, será o celeiro de onde sairá a maior parte dos «intelectuais orgânicos» que conformarão as oposições de esquerda, muitos deles depois de terem dirigido importantes trabalhos dentro da única máquina existente – o PCP - adquirindo o Know-how necessário para os empreendimentos futuros. É o caso entre outros, de Ruy d'Espiney<sup>180</sup> (futuro FAP), Saldanha Sanches<sup>181</sup> e Fernando Rosas<sup>182</sup> (futuros MRPP), João Bernardo<sup>183</sup> (futuro CCR) ou Isabel do Carmo (futuro PRP/BR).

Depois da correcção do desvio de direita, e empalmando com o ascenso estudantil de 1962, o PCP reforça a sua influência e capacidade de intervenção, mas não evitará a progressiva sangria de quadros nos anos sucessivos. Não obstante, já no rescaldo do ano 62, apesar da hegemonia comunista do processo, constitui-se o Movimento de Acção Revolucionária (MAR).

Este agrupamento será liderado por estudantes socialistas e católicos progressistas, como Medeiros Ferreira, Manuel de Lucena, João Cravinho, Nuno Brederode dos Santos, Vasco Pulido Valente, Oliveira Marques, Lopes Cardoso e Rui Cabeçadas.

Na esteira das heterodoxias marxistas em voga nos anos 60, o MAR afirmava que: “Ao mesmo tempo que faz uma crítica à democracia burguesa, formal e limitada às classes dominantes, o MAR bate-se por uma autêntica democracia socialista, em que à activa participação das massas populares na vida política, ao seu controle do poder e à renovação constante pela base, se alie a possibilidade de um

---

<sup>180</sup> Ruy d'Espiney. Co-fundador da FAP e do CMLP.

<sup>181</sup> Saldanha Sanches. Ex-membro do PCP, co-fundador do MRPP e director do “Luta Popular”. Preso pela PIDE e também depois do 25 de Abril. Rompe com o MRPP em 1975 com fortes críticas ao partido.

<sup>182</sup> Fernando Rosas. Ex-membro do PCP, co-fundador do MRPP, actual dirigente do BE.

<sup>183</sup> João Bernardo. Ex-membro do PCP, fundador dos CCR de onde é expulso, vira adepto da “autonomia operária”.

confronto livre de diferentes concepções: filosóficas, religiosas, culturais, etc. O MAR lutará assim intransigentemente contra todos os riscos de deformação burocrática e autoritária do socialismo, considerando que ele só pode ser o fruto da acção consciente das classes verdadeiramente revolucionárias: as classes trabalhadoras”.<sup>184</sup>

O MAR integrará a FPLN, pelo que será duramente criticado nas páginas da Revolução Popular: “O MAR declara aceitar “todas as contribuições científicas do pensamento contemporâneo, nomeadamente a contribuição marxista”, mas é evidente que as suas ideias de um socialismo “anti-totalitário” vieram do arsenal titista e toglitiano e nada têm a ver com o marxismo (...) não são mais do que uma variante daquela “democracia pequeno-burguesa que se julga e se faz chamar socialista, cometendo o mesmo erro de todos os partidos da 2ª Internacional”. (...) É evidente que Cunhal não faz essa crítica e cada vez menos poderá fazê-la; há um ano, no seu informe “Rumo à Vitória”, ele dirigia ainda certas arranhadelas ao MAR (de resto, ditadas apenas por rivalidades e questões táticas); mas, desde então, as exigências da luta sagrada contra a vaga ameaçadora do “dogmatismo”, do “sectarismo”, do “aventureirismo” e do “terrorismo”, levaram-no a estreitar a sua aliança fraterna com o MAR, a recebê-lo no seio da Frente Patriótica e a abençoá-lo como “um dos três únicos partidos que conduzem a luta nas difíceis condições de clandestinidade”.<sup>185</sup>

Com efeito, o MAR não terá longa vida, extinguindo-se antes do 25 de Abril, tendo os seus membros adoptado diferentes posições políticas, e sem ter conseguido adquirir organicidade ou fazer grande moessa à ditadura.

Mas com o caminhar dos anos 60, as brechas começam lentamente a abrir-se dentro do PCP. “As teses de Mao Tsé-Tung chegam aos ouvidos de muitos jovens militantes comunistas. A réplica oriental é debatida em reuniões da organização partidária. A réplica dos «controleiros» - ou dos funcionários se a solenidade o exige – é sempre a mesma:

- O nosso partido tem a sua própria identidade e mantém-se neutral face a quaisquer conflitos no seio do movimento comunista internacional. Lamentamos a divisão no campo dos povos amigos entendemos que essa divisão só poderá fortalecer as posições das potências imperialistas.

---

<sup>184</sup> *A propósito do “socialismo burocrático e autoritário”*, Revolução Popular, nº 4, Abril 1965, pág. 9, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>185</sup> *A propósito do “socialismo burocrático e autoritário”*, Revolução Popular, nº 4, Abril 1965 pág. 9-13, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

Nem cisões, nem respostas concretas. Só pelas entrelinhas se percebe a fidelidade absoluta que liga a direcção comunista portuguesa à soviética. A «via portuguesa para o socialismo» não satisfaz todos mas o desagrado não é suficiente para provocar rupturas. As vozes que reclamam do partido acções de guerrilha contra a ditadura crescem. Defende-se a «acção directa». (...)

Quando são descobertos os pendores guerrilheiros dos jovens militantes, o partido explica que a célebre «passagem à acção directa», a linha H do elenco programático da Frente Patriótica de Libertação Nacional (...) não é para desenvolver. Para já, pelo menos. É o que exige a convergência com as restantes forças (...). Os militantes terão de esperar um ano ainda para que a reclamação se constitua em letra de lei, nas teses do congresso clandestino de 1964, escritas por Álvaro Cunhal. «Rumo à Vitória», sim, mas sem pressas desnecessárias.”<sup>186</sup>

Contudo, como já atrás fizemos referência, a tendência para o surgimento de novas sensibilidades à esquerda do PCP era inexorável. A fuga à guerra aumenta, tendo como destino principal Paris, um dos pólos mais fervilhantes das novas ideias à esquerda, e no interior do país, no marco da nova vaga de contestação estudantil de 1969 e da desilusão com a «burla eleitoral» do mesmo ano, explodem novas tendências e aumenta o contacto da “vanguarda” com as novas correntes internacionais.

Como assinala Miguel Cardina: “Na aurora dos anos 70, ocorre em Portugal uma verdadeira explosão ao nível da tradução de textos das mais variadas correntes do marxismo, facto que não é alheio, certamente, a uma ligeira abertura que o advento do marcelismo havia proporcionado. Marx, Engels, Lenine, Mao Tsé Tung, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Gramsci são profusamente vertidos para português.

Escritos de ícones das lutas de libertação, como Ho Chi Minh ou Che Guevara, são tornados conhecidos. Publicam-se textos abordando a luta radical levada a cabo pelos *Panteras Negras*, nos Estados Unidos, ou a emancipação feminina. A própria revolução cultural chinesa é motivo de atenção editorial, numa altura em que muitos intelectuais – Alberto Morávia, Charles Bettelheim, Júlia Kristeva, K.S. Carol – cedem ao apelo de comentar a experiência chinesa, caracterizada, aliás, de forma bastante positiva em revistas estrangeiras com penetração em algumas franjas do meio

---

<sup>186</sup> PENA, PAULO; LOURENÇO, G.; COSTA, JORGE, *Grandes Planos, Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*, Âncora Editora, Lisboa, 2001, pág.84 e 85.

estudantil português, como é o caso do *Jeune Afrique* e da *Afrique-Asie*. Refira-se também a importância de edições como os *Cadernos Necessários*, publicados no Porto entre 1969 e 1970, que deram a conhecer documentos de grupos esquerdistas como *Il Manifesto*, e de revistas como *O Tempo e o Modo*, que em 1971 sofre uma viragem que a coloca na órbita de influência do MRPP.”<sup>187</sup>

Estavam portanto reunidas todas as condições necessárias para o desabrochar de novas correntes e grupos políticos. Vejamos agora quais foram e quais as suas características centrais.

## MRPP

A Esquerda Democrática Estudantil (EDE), como o nome indica, era uma organização estudantil de esquerda com influência no meio universitário, e em especial na Faculdade de Direito de Lisboa. Constituída no rescaldo de uma manifestação contra a Guerra do Vietname em 1968, a EDE definia-se como unitária e anti-fascista. Acusando o PCP de seguir uma linha “etapista”, propunha como tarefas essenciais a reorganização da vanguarda operária, e embora afirmando a necessidade de um partido revolucionário, recusava ser “a secção juvenil ou estudantil do “novo” PC”, mas antes “uma plataforma de acção revolucionária, entre os estudantes e não só, visando o lançamento e coordenação de lutas políticas com outras organizações de extrema-esquerda, estudantis, operárias, militares, de empregados, etc...constituídas ou a constituir, unir todas as potencialidades renovadoras no seio de jovens estudantes com os existentes noutros sectores de vanguarda, com vista a uma poderosa frente juvenil revolucionária, embrião de um movimento de vanguarda mais geral”.<sup>188</sup>

O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) vai nascer a 18 de Setembro de 1970 entre a junção de elementos da EDE (embora o MRPP não reivindique a sua filiação formal) e um pequeno sector operário proveniente de uma cisão do PCP. As figuras mais destacadas são, João Machado,

---

<sup>187</sup> CARDINA, MIGUEL, *A Tradição da Contestação*, Angelus-Novus, 2008, Coimbra, pág.

118.

<sup>188</sup> *A EDE e a luta popular em Portugal*, s.d., pág.5.



Fernando Rosas e Arnaldo Matos<sup>189</sup>, sendo o último, o Secretário-Geral da organização.

O movimento tinha como órgão teórico central o “Bandeira Vermelha”, e como órgão de massas o “Luta Popular”. Com uma concepção organizativa de englobar as vanguardas em diferentes frentes, com boletins próprios, o MRPP vai organizar os Comités de Luta Anti-Colonial (CLAC`s) que vão dar origem ao Movimento Popular Anticolonial (MPAC) e para o sector das forças armadas cria a Resistência Popular Anticolonial (RPAC). Haverá também Comités Operários, Populares e de Bairro os Comités de Apoio Popular às Lutas Revolucionárias dos Presos Políticos nas Cadeias Fascistas (CAP) ou outros virados para o sector cultural e intelectual como o “Círculo Democracia Popular 12 de Outubro” ou os Grupos Informativo-Culturais (GIC`s). Para a juventude, existia a Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas (FEM-L), que publicava o jornal “Guarda Vermelha”, tida como “a organização própria e autónoma dos estudantes comunistas-maoístas portugueses, ligada por uma aliança militante à vanguarda em reorganização da classe operária: o MRPP”.<sup>190</sup>

O MRPP distinguia-se das outras organizações m-l, por não ter especial implantação na emigração e por considerar que em Portugal nunca teria havido um partido comunista, considerando a fundação do PCP como “uma tentativa frustrada de ruptura marxista-leninista com o domínio pequeno-burguês no movimento operário”<sup>191</sup>, sendo que a partir do “desvio de direita”, “deixa de haver possibilidades de superar revolucionariamente do interior do PCP a sua direcção direita”<sup>192</sup>.

Quanto às cisões de 1964, regista a “enormíssima importância teórica da sua imprensa na desmontagem ideológica da linha e da prática do PCP e na formulação dos caminhos da Revolução em Portugal, consubstanciados nas etapas da Revolução Democrática e Popular e da Revolução Socialista, na definição do carácter de classe de tais etapas e no papel que nelas desempenha a aliança operário-camponesa. Apesar da sua degenerescência prática, a teoria elaborada pela imprensa central da FAP constitui a 1ª formulação proletária de opção anti-oportunista em Portugal e é um

---

<sup>189</sup> Arnaldo Matos. Co-fundador do MRPP e Secretário-Geral do mesmo.

<sup>190</sup> Guarda Vermelha, nº1, Junho 1971, pág. 6.

<sup>191</sup> *Reorganizar o Partido Revolucionário do Proletariado, Necessidade histórica e tarefa central dos comunistas portugueses*, in Bandeira Vermelha, nº1, Dezembro 1970, pág.31, in CD-ROM *Luta Popular*, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>192</sup> idem, pág.60.

património muito valioso da teoria revolucionária portuguesa”<sup>193</sup>, mas “a acção “anti-revisionista” visível, politicamente organizada, no nosso país, salvo poucas excepções, objectivamente não tem sido mais que a tentativa duma fracção da pequena-burguesia para expulsar outra na direcção do movimento operário”<sup>194</sup>.

Recusando a teoria etapista do PCP, o MRPP preconizava uma revolução em duas fases, embora não estanques: “Na fase actual, a revolução que a crise da ditadura burguesa e as contradições da sociedade portuguesa reclamam é a Revolução Democrática Popular.

Significa isto que, nesta sua primeira fase, a revolução portuguesa não é ainda uma revolução socialista proletária, mas uma revolução que terminará pela edificação duma sociedade de “democracia nova”, colocada sob a ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias, com o proletariado à frente em seu papel de direcção. Só então a revolução poderá partir para a sua segunda fase, a fase da edificação da sociedade socialista”.<sup>195</sup>

Embora nunca tivesse conseguido penetrar fortemente na classe operária, o MRPP tinha forte influência no movimento estudantil lisboeta, animando listas para as Associações e participando em manifestações anti-colonialistas.

Um episódio em particular irá ficar para sempre gravado na história deste agrupamento: “Pouco antes do «*meeting* contra a repressão», dois estudantes identificam um «bufo» junto às instalações da Associação de Económicas. (...) Avisada a Associação, onde a UEC<sup>196</sup> é maioritária, dois dirigentes conduzem o suspeito ao gabinete do director da faculdade, para identificação. A PIDE é contactada e dois agentes vêm identificar o presumível bufo. (...) Ao chegar, os agentes são recebidos à altura: «fora, “pide”, assassinos!». (...) Sobe o tom. «Se este não é «pide», aqueles dois são de certeza». Um grupo avança de entre os cerca de duzentos presentes. Aos dois «pides» confirmados querem aplicar o correctivo que pouparam ao suspeito. António Gomes da Rocha, apesar de protegido por outros estudantes, já tem a pistola na mão. Vai disparar seis vezes. O *meeting* desfaz-se em segundos, pelas duas portas do anfiteatro. Fica o estudante Fernando Ribeiro, estático perante a cena, o «pide» assassino e, no chão, José António Ribeiro dos Santos. Recebeu a primeira

---

<sup>193</sup> idem, pág. 81 e 82.

<sup>194</sup> idem, pág. 27.

<sup>195</sup> idem, pág. 93 e 94.

<sup>196</sup> União dos Estudantes Comunistas. Organização juvenil do PCP.

bala. José Lamego, que agarrou a mão armada, é baleado na perna, fugindo em seguida.”<sup>197</sup>

Ribeiro Santos era dos principais responsáveis do movimento e o seu assassinato a 12 de Outubro de 1972 iria acabar de vez com as ilusões na “normalização da vida universitária”, e redobrar a combatividade do movimento estudantil universitário e liceal que chega ao 25 de Abril em despique acentuado com o governo. O MRPP irá afirmar que face ao “primeiro marxista-leninista-maoísta português que deu a vida pela Revolução Proletária”, “o fascismo apertou o gatilho e o revisionismo apontou-lhe o alvo” marcando “o início da última fase da dominação burguesa da nossa pátria”<sup>198</sup>.

O MRPP era também conhecido pelo seu tom triunfalista, cheio de frases ribombantes e era frequentemente acusado de sectarismo, demagogia e de exagerar as suas próprias forças. As outras correntes m-l demarcavam-se fortemente deste movimento, não encarando a possibilidade de com ele se fundirem para construírem “o partido”. Mas o movimento recusava a ideia de que fazia das outras organizações de esquerda o alvo preferido dos seus ataques: “O nosso Movimento não ataca as forças de esquerda, pela razão pura e simples que, na verdade, na cena política portuguesa, a esquerda somos nós”.<sup>199</sup>

## URML

A Unidade Revolucionária Marxista Leninista (URML) nasceu em 1971 de uma pequena cisão da CDE<sup>200</sup>, depois de um balanço crítico da oposição eleitoral de 1969. O seu órgão central era o “Revolução Proletária” e publicava também o “Folha Comunista” que tinha como suplemento o “Luta Operária”.

---

<sup>197</sup> PENA, PAULO; LOURENÇO, G.; COSTA, JORGE, *Grandes Planos, Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*, Âncora Editora, Lisboa, 2001, pág.172.

<sup>198</sup> *Mensagem do Comité Lenine à Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas*, in Luta Popular, nº9, Fevereiro 1973, pág.1 e 2 in CD-ROM *Luta Popular*, Fundação Mário Soares, 2004.

<sup>199</sup> FEIO, JORGE; LEITÃO, FERNANDA; PINA, CARLOS, *M.R.P.P. : O que é ?*, Edição da Agência Portuguesa de Revistas, Lisboa, 1975, pág.54.

<sup>200</sup> CDE, Comissão Democrática Eleitoral. Oposição democrática ao Estado Novo, concorrente às «eleições» de 1969.

Distinguindo-se dos outros grupos m-l pela sua fraca implantação estudantil, a URML sofrerá uma profunda crise logo no findar do ano do seu nascimento. A sua direcção demite-se, e toma posse uma Comissão Eventual até Julho de 1972. Entre os elementos autocríticos apontados para a crise, encontram-se a tendência para a autonomia das células sem a necessária centralização e o desprezo pela formação de quadros assente num desvio movimentista de tentativa de aplicação de uma linha de massas<sup>201</sup>, tudo isto fruto de uma concepção espontaneista e practicista de organização.

Estes elementos são no entanto “desculpados” porque “A URML não surge, como praticamente todas (senão todas) as organizações m-l que se formaram depois do CMLP/FAP, a partir de uma prática estudantil”, pelo que “basta comparar a propaganda da URML, feita numa linguagem directa e a partir dos problemas concretos das massas, com a propaganda abstracta e intelectual, estereotipada, dum MRPP ou dum CMLP, para compreender a diferença e verificar que a URML desenvolveu um trabalho de educação política da classe operária muito mais correcto que esses grupos.”<sup>202</sup>

A segunda direcção irá acabar com o autonomismo das células que se mantinham na Comissão Eventual, e vai constituir uma Comissão Executiva com o objectivo de centralizar o trabalho político. A URML também afirmava ser adepta da unidade, mas rejeitava o “unitarismo sem princípios” de “O Bolchevista”, que propunha a “unidade de todas as organizações m-l, resolvendo-se os diferendos e contradições à posteriori já dentro do partido reconstruído”<sup>203</sup>.

## CCRML

Os Comités Comunistas Revolucionários Marxistas Leninistas surgiram no findar do ano de 1969. A sua genealogia pode ir buscar-se a uma ruptura surgida no seio da CMLP de Paris entre a direcção de Vilar e alguns militantes, de onde se

---

<sup>201</sup> Revolução Proletária, nº3, Setembro 1973, pág.14.

<sup>202</sup> *As nossas tarefas na fase da reconstrução do partido. Análise do desvio espontaneista da URML* Revolução Proletária, nº especial, s.d., pág. 2 e 3.

<sup>203</sup> *A luta pela reconstrução do Partido do Proletariado*, Revolução Proletária, nº3, Setembro 1973, pág.3.

destacava Tiago, pseudónimo de João Bernardo. O conjunto da argumentação da ruptura de Tiago com o CMLP ficou conhecido como “As cartas de Tiago”.

Para melhor consubstanciar politicamente a cisão, o CMLP vai produzir um documento intitulado “Alguns dados biográficos para a história de um «incompreendido»”, onde se traça um cenário negro de Tiago: “Sempre foi um “incompreendido”. Considerando-se a si mesmo como um grande pensador, precoce e inigualável, é de notar no entanto e frieza e a falta de estímulo com que o “homem vulgar” o acolhe. Menino mimado e burguês, de aproveitamento escolar irrepreensível, havia de vir a encontrar nas associações de estudantes mais um meio de se fazer salientar. Desperta para a política, e enceta a sua “carreira” na Frente Patriótica, e depois no P“C”P (fins de Novembro de 1964), altura em que os marxistas-leninistas que lá se encontravam já procuravam uma saída o mais discreta possível.”.

Acrescenta-se: “Em Outubro de 1967, em colaboração com um jornalista, é responsável pela edição de uma antologia de textos de Guevara, que prefacia e anota. Aí defende as “teorias” castristas-guevaristas, contribuindo em grande parte para a larga difusão do radicalismo burguês e do mito “Guevara” entre a juventude estudantil”.<sup>204</sup>

Na sua nota de expulsão conclui-se: “Por violação das normas do centralismo democrático e delação, foi expulso o oportunista Tiago. Vendo abortar os seus planos de carreirista notório, iniciou após a 2ª Conferência do CM-LP (que ao corrente das suas “teorias” oportunistas não o elegeu, apesar dele escandalosamente se ter batido a membro da C.C.) uma actividade de sabotagem do trabalho do CM-LP”.

Consumada a ruptura entre Bernardo e Vilar, o primeiro vai organizar os CCR. Estes comités iriam adquirir alguma proeminência no Instituto Superior Técnico e também na Carris de Lisboa. “A organização que ainda não ultrapassa as fronteiras da Alameda Afonso Henriques, foi crescendo desde que, em finais da década de sessenta, João Bernardo escreveu a «tese» «À esquerda de Cunhal todos os gatos são pardos». A linha política, algures entre o maoísmo e as teses libertárias, inspirou as várias direcções do Técnico (Mariano Gago e João Vieira Lopes) e ganhou adeptos à medida que a reforma Veiga Simão acicatou a crítica anticapitalista.

---

<sup>204</sup> *O oportunista Tiago propõe-se criar um grupo trotskista*, Estrela Vermelha, nº 5, Abril 1970, pág. 6, 7 e 8, in CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004.

No Técnico a luta estudantil é cada vez mais organizada, procurando criar raízes junto dos operários. Os jornais de parede, uma importação da revolução cultural chinesa, começam a dar contas das lutas operárias. A principal motivação dos dirigentes CCR é abrir a faculdade ao exterior. Os panfletos são cada vez menos para consumo interno, os temas abordados são cada vez mais os do trabalho. À porta das fábricas da cintura industrial de Lisboa, multiplicam-se as distribuições”.<sup>205</sup>

O seu jornal teórico era “Viva o Comunismo!”, onde Bernardo publica o seu célebre “À esquerda de Cunhal todos os gatos são pardos”, realizando uma análise global da extrema-esquerda e introduzindo o conceito de “pequena burguesia dos serviços”. Trata-se de facto, talvez da única contribuição original no campo do maoísmo, em oposição às teses de FMR. Pela sua importância, e devido ao facto de traçar um mapa da vida interna do CMLP e do historial das organizações em cisão, cujos elementos não encontramos com tanta profundidade em mais nenhum outro documento, vamos alongarmo-nos um pouco neste texto, que embora tenha as limitações de estar naturalmente impregnado da visão do autor, contém sem dúvida os inegáveis méritos assinalados anteriormente.

De acordo com Tiago, FMR enganara-se ao considerar que a tarefa principal, no imediato, era o desencadear da luta armada, caracterizando erradamente o levantamento de Beja de 1 de Janeiro de 1962 como o início de acções de novo tipo de luta armada popular, e não como mais um golpe militar pequeno-burguês dirigido por oficiais.

Assim, a sua análise seria espontaneísta, resumindo-se os problemas de organização a meras questões militares e ignorando a necessidade de um persistente trabalho de produção teórica, de radicação na classe e de direcção das lutas operárias.

Deste modo, as futuras auto-críticas da FAP e do CMLP, apesar de mencionarem a ausência de uma organização comunista prévia, não convencem o autor, pois continuam a atribuir a derrocada da organização apenas à repressão policial e a erros conspirativos, além de manter profundos contactos com a LUAR, persistindo portanto na “capitulação” ao guerrilheirismo.

---

<sup>205</sup> PENA, PAULO; LOURENÇO, G.; COSTA, JORGE, *Grandes Planos, Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*, Âncora Editora, Lisboa, 2001, pág.166.

Mas para Tiago, a primeira cisão que se processou no movimento “à esquerda de Cunhal” foi “a cisão entre o movimento revolucionário na emigração e o movimento revolucionário no interior do país”.

É neste período de refluxo (1966-68) que Tiago relata o surgimento de quatro comités na zona de Lisboa, todos sem grande organicidade. São eles, o Comité “Viva o Leninismo!” que foi o que “maior número de títulos editou” e que continuava a “propor acções armadas imediatas”, o “Comité de propaganda revolucionária marxista-leninista”<sup>206</sup> que “viu claramente, não só que o movimento revolucionário português não estava na fase da luta armada, mas ainda que essa luta armada só poderia resultar de um longo trabalho comunista” daqui concluindo que o perigo principal era, de uma forma geral, o oportunismo de direita, e dentro da organização marxista-leninista, o oportunismo de esquerda. Esta análise “permitiu-lhe, portanto, romper com o ponto básico em que assentava toda a ideologia da FAP-CMLP e obrigou-o, por isso a reanalisar a situação política”.

Existiu ainda o Comité “Avante trabalhadores”, cujo trabalho “não pode ter continuidade, visto que a repressão em breve o destruiu” e ainda o Comité “O proletariado vencerá!” que segundo o autor “mostrou a sua ligação à classe operária e a sua interferência em lutas operárias concretas” pelo que “se pertence ainda cronologicamente a esta etapa, prefigura já a etapa seguinte, na qual essencialmente se deve integrar: a etapa em que, ultrapassado o ponto mais baixo do refluxo revolucionário, se começa a processar a ligação organizada da teoria socialista com o movimento operário”.

Quanto ao CMLP, seria consumido por acesas disputas internas, tendo a direcção convocado propositadamente com extrema brevidade uma II Conferencia, de modo a excluir do seu concurso a participação dos elementos do interior.

Para finalizar, as organizações do interior também não são poupadas. A EDE/MRPP não seria portadora de um fio ideológico unificador, antes procurando englobar diferentes vanguardas em várias frentes, o que impediria a hegemonia operária no processo de construção partidária, desembocando-se numa organização de carácter pluri-classista. Já o CMLP é acusado de ecletismo por considerar que “só depois de criado o partido se poderia decidir a linha política”.

---

<sup>206</sup>

Trata-se do Comité onde Tiago militou.

Para Tiago, as organizações à esquerda de Cunhal tinham como objectivo uma futura fusão com base na reabilitação de FMR: “O processo de unificação das diversas organizações pequeno-burguesas à sombra da ideologia esclesorada da FAP-CMLP, implica a manobra de “reabilitação de Campos”. Mas como a traição de Campos é um facto incontestável, e como estas organizações não se atrevem ainda a negar explicitamente a gravidade das denúncias na polícia, essa “reabilitação” é por agora prosseguida dissimuladamente”.<sup>207</sup>

Contudo, os CCR também não escapariam à vaga repressiva da PIDE, que os atinge em 1972. Em comunicado “os CCR reconhecem ter subestimado a necessidade de preparar a luta contra a polícia” e expulsam Carlos Tomás, Fernando Brito e Rui Teves por mau comportamento face à PIDE, declarando que “contrariamente a uma prática comum entre os oportunistas, não admitirão, ou readmitirão, nas suas fileiras qualquer elemento que tenha prestado declarações à polícia”.<sup>208</sup>

Não obstante, em 1973, a PIDE faria nova investida e a organização praticamente soçobra. Para além do mais, o principal dirigente, João Bernardo, passa a acusar a China de “revisionismo”, dois factores que acabaram por ditar a autodissolução da organização nos primeiros meses de 1974.

Depois do 25 de Abril, os CCR serão reconstruídos pela direcção de Acácio Barreiros e Vieira Lopes através de uma análise autocrítica dos antigos comités “os antigos CCRML eram um grupo que tinha como única finalidade a sabotagem da reconstrução do Partido, pelo fraccionamento das forças marxistas-leninistas e pela destruição de quadros revolucionários” sendo que “o ataque ao trabalho de ligação às massas, classificado de “radicalismo pequeno burguês”, com o argumento de que toda a actividade devia ser dirigida exclusivamente para a preparação ideológica da vanguarda”, o “ataque ao centralismo democrático considerado formalista e burocrático”, o “elitismo intelectual” e “a negação de que tenha alguma vez existido em Portugal um Partido Comunista” traduziram-se “mais tarde em ataques miseráveis à Revolução Chinesa e ao pensamento de Mao Tse-Tung” e “o principal responsável

---

<sup>207</sup> *À esquerda de Cunhal todos os gatos são pardos*, Viva o Comunismo!, órgão teórico dos CCR, nº 3, 4, 5 e 6.

<sup>208</sup> *Comunicado sobre as prisões de Agosto-Setembro de 1972*, CCR, Fevereiro 1973, pág.5.



dos CCRML, Tiago, mantinha contactos com grupos anti-comunistas internacionais já desmascarados pelos camaradas chineses como agências directas da CIA”.<sup>209</sup>

Por seu turno, Bernardo vai tornar-se adepto da “autonomia operária”, na linha do comunismo de conselhos de Pannekoek, e a partir de 1974 funda o jornal “Combate”, com um enfoque muito vincado nas ocupações de empresas e nas Comissões de Trabalhadores.

### **Outros grupos menores**

Para finalizar o nosso percurso pelas organizações m-l até 1974, vamos agora referir-nos brevemente a outros agrupamentos menores, e que deixaram também menos registos históricos.

Em Outubro de 1972, surge o Comité Revolucionário Marxista-Leninista (CR M-L), que tinha como objectivo criar um “exército popular de libertação” e que estava “organizado, no Sul do País, em três zonas – A (Algarve), B (Alentejo) e C (Lisboa) -, por seu turno subdivididas em sectores sindical e estudantil.”<sup>210</sup> O CR M-L será desmantelado pela PIDE em 1973.

A União Comunista (marxista-leninista), UC (m-l), surge em Dezembro de 1973, através de ex-fapistas e da extinção dos Comités Comunistas Portugueses (CCP). Tinha como jornal central “A classe operária”, e como jornal teórico “Vanguarda Vermelha”. Já depois do 25 de Novembro vai-se fundir com a União Comunista para a Reconstrução do Partido Marxista-Leninista (UCRP (m-l)), que surge de elementos em ruptura da OCMLP, nomeadamente no Núcleo José de Sousa. Esta fusão vai dar origem ao Partido Comunista (Marxista-Leninista) Português (PC(m-l)P), que se constituirá já só depois do 25 de Novembro.

---

<sup>209</sup> *A luta pelo marxismo-leninismo nos CCRML*, Fevereiro de 1975, pág. 3.

<sup>210</sup> PIMENTEL, IRENE FLUNSER, *A História da PIDE*, Círculo de Leitores, s.l., 2007, pág.215.

Ainda no campo m-l, é de registar também a existência de uma Associação George Politzer, de um grupo que se juntava à volta do jornal “Margem Esquerda” e outros que publicavam o jornal “Lutar no mar, lutar em terra”.<sup>211</sup>

Já sem ser no campo m-l, salientamos ainda a existência das Comissões de Base Socialistas (CBS) que se constituíram em Junho de 1973, como resultado de uma cisão no seio da CDE.

### **O Trotskismo chega a Portugal**

A primeira ruptura séria no MCI, com a Oposição de Esquerda do fim dos anos 20 e a construção do movimento trotskista nos anos 30, não teve expressão em Portugal. Foi preciso esperar pela vaga revolucionária mundial de 1968, para que junto com o relativo fortalecimento do trotskismo a nível mundial, esta corrente começasse a assentar os pés no nosso país.

Esta nascerá do movimento estudantil de Coimbra: “os chamados Contestas, abreviatura de «contestatários». Defendem a linha «todo o poder aos cursos» - a espontaneidade do movimento contra a «instrumentalização» comunista e a excessiva contenção do CR. Reich e Trotsky são as referências desta corrente que se intromete na disputa. Francisco Sardo, um estudante de filosofia, é o principal agitador e o mais antigo nas leituras teóricas. A seu lado, João Cabral Fernandes, João Botelho e Torcato Sepúlveda. São a facção «imaginativa» do movimento. O Maio de 68 chega-lhes em directo e a sua acção inspira-se na resistência dos estudantes franceses, nomeadamente na intransigência anticolonial.”<sup>212</sup>

Em 1971 Cabral Fernandes e Jorge Novais vão a França tomar contacto com duas organizações trotskistas, a LCR (mandelista) e a OCI (lambertista), optando pela primeira.<sup>213</sup>

---

<sup>211</sup> Informações recolhidas via internet em <http://arepublicano.blogspot.com/search/label/Francisco%20Martins%20Rodrigues>. Arquivo capturado a 2 de Maio de 2008.

<sup>212</sup> PENA, PAULO; LOURENÇO, G.; COSTA, JORGE, *Grandes Planos, Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*, Âncora Editora, Lisboa, 2001, pág. 134 e 135.

<sup>213</sup> Após a reunificação do grosso das forças trotskistas no Secretariado Unificado, o que restou do Comité Internacional era basicamente a secção francesa de Lambert. A LCR de Mandel possuía uma forte influência no movimento estudantil, face à sua colocação no Maio de 68 através da JCR. Foi

Já em 1972 constituem-se os Grupos de Acção Comunista (GAC) em Lisboa (Cabral Fernandes), Porto (Francisco Sardo, Manuel Resende) e Coimbra (Marinho da Silva).

Na sua afirmação de “princípios gerais” afirmam assentar “na tradição internacionalista veiculada pelas resoluções dos quatro primeiros Congressos da Internacional Comunista (I.C.), pela Oposição Internacional de Esquerda, pelo movimento para a IVª Internacional, pelo Programa de Transição e pelos posteriores documentos essenciais do movimento trotskista internacional, nomeadamente: a Dialéctica actual da Revolução Mundial (do Congresso de Reunificação de 1963) e pelas resoluções do 9º Congresso Mundial da IV Internacional (1969) ”.

No âmbito nacional, consideram o PCP como “um partido radical reformista”, capaz de “incursões temporárias no terreno movediço do centrismo”, mas fundamentalmente “incapaz de regeneração interna e destinado a trair, como até agora, os interesses históricos do proletariado, num eventual período de crise política aguda do sistema”, sendo portanto “o principal inimigo burocrático estratégico e tático do rearmamento teórico, político e organizativo do proletariado português”.

Quanto à corrente maoista, considera-a “historicamente condenada” embora “seja de prever a continuação por breve prazo da capitalização dos dividendos das críticas ao radical reformismo do P.C.P.”, mas “a sua subordinação carismática ao P.C. chinês, a sua condição inelutável de peão de brega do xadrez diplomático e dos interesses nacionais do Estado chinês – como de resto se passa mutatis mutandis com o papel do P.C.P. relativamente à U.R.S.S. – inibem-na da possibilidade de condução de uma “revolução popular” consequente – de resto, mesmo que sob a égide de uma “Frente Unida de Massas Populares” e visando tão-só a instauração de uma República Democrática-Popular.”<sup>214</sup>

Ainda em 1972, os GAC terão uma cisão, e parte do seu sector no Porto (Francisco Vale, Heitor de Sousa, António Brandão e Adelino Fortunato), vai

---

por exemplo, da sua lavra que surgiu a famosa palavra de ordem “Ho Ho Ho Chi Minh! Che Che Che Guevara!”. A OCI criticava esta “capitulação” ao maoismo e às modas juvenis, gritando o nome dos dirigentes trokystas vietnamitas reprimidos por Ho Chi Minh.

<sup>214</sup> *Grupo de Acção Comunista, Princípios Gerais*, Dezembro 1971. Disponível em [http://combate.info/index.php?option=com\\_content&task=view&id=170&Itemid=41](http://combate.info/index.php?option=com_content&task=view&id=170&Itemid=41). Arquivo capturado a 2 Junho de 2008.

constituir a União Operária Revolucionária (UOR), com reservas face à IV Internacional. A UOR viria a reunificar-se com a LCI logo após o 25 de Abril.

Já em 1973, os três GAC realizarão em Peniche um Congresso de fundação da Liga Comunista Internacionalista (LCI).

Em Lisboa, a «corrente trotskysta» tinha bastante influência na Faculdade de Medicina e também no movimento liceal. Neste último, em oposição ao MAEESL<sup>215</sup> (dirigido pela UEC (m-l)) surgem os Grupos de Estudantes que englobavam sectores que viriam a afluir ao MES ou à LCI, como Teotónio Pereira ou Francisco Louçã<sup>216</sup>.

Entretanto, da separação de um pequeno sector da Faculdade de Letras e de Medicina dos “Comités Toupeira Vermelha” (ligados à LCI e que intervinham no Grupo de Estudantes), surge o Grupo Marxista Revolucionário (GMR).

O GMR nasce simultaneamente<sup>217</sup> aos Grupos de Acção (GA), que englobavam os grupos semi-legais “O Grito” (Liceu D. João de Castro), o “Outubro” (Liceu D. Pedro V) e o “Impulso” (Liceu da Amadora), a que mais tarde se vem a juntar o grupo “Luta” e o “Grupo de Estudantes” do Liceu P. António Vieira. O GMR era a “frente” para o mundo do trabalho, e os Grupos de Acção a estrutura para o Secundário.

Os GA distinguiram-se da LCI, que acusavam de “ultra-esquerdismo”, por aproveitarem as pequenas margens de legalidade (muais legais na escola) e defenderem o “sindicalismo estudantil”, lutando também por reivindicações mínimas e parcelares. Já a LCI negava a necessidade de trabalho sindical nos estudantes, e defendia uma intervenção centrada na luta contra a guerra colonial.

Em Junho de 1974, com a vinda a Portugal de Hugo Blanco e Gerry Foley da minoria do SU, os GA, até então um grupo trotskysta “espontâneo”, vai começar a entrar em contacto com a tendência minoritária da IV Internacional.

---

<sup>215</sup> MAEESL. Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa.

<sup>216</sup> Francisco Louçã (1956-?). Dirigente da LCI e do PSR, actual dirigente do BE.

<sup>217</sup> O nascimento é simultâneo, não sendo verdade que “os Grupos de Acção que se transformou em Grupo Marxista Revolucionário”, como reza em PIMENTEL, IRENE FLUNSER, *A História da PIDE*, Círculo de Leitores, s.l., 2007, pág. 212.

Os Grupos de Acção transformam-se em Aliança Socialista da Juventude (ASJ) em Outubro de 1974, e em Fevereiro de 1975 fundem-se com o GMR, dando origem ao PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores).

No Verão de 1972, surge em França o Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses (CLMRP). O sector do interior compunha-se fundamentalmente de estudantes universitários, e os militantes do exterior tinham relações com a OCI trotskysta, de tendência lambertista. No após 25 de Abril, integram-se no PS numa perspectiva entrista.

Por último, também se constitui a Liga Para a Construção do Partido Revolucionário (LCPR), ligada à tendência de Healy<sup>218</sup> do WRP inglês, que tinha como dirigente Luis Zuzarte.

### **A «longa marcha» da construção do Partido (ou a ausência dele): alguns problemas**

Traçado então, na medida do possível, o historial das organizações na esquerda do PCP às vésperas do 25 de Abril, entendemos agora ser necessário fazer um breve parêntesis, para deixarmos algumas ideias claras e levantarmos alguns problemas.

Como vimos, a primeira ruptura séria à esquerda do PCP dá-se em 1964, através da crítica à sua linha política nacional, e influenciada pelos ventos internacionais do exemplo da China de Mao. Existiu um certo debate sobre se as causas desta ruptura se deveriam encontrar nos factores internos ou nos factores externos. Para nós, e pensamos já o ter demonstrado, trata-se de uma falsa questão, pois mesmo vivendo em ditadura e no «isolacionismo», é impossível ser completamente impermeável às grandes tendências internacionais (sejam elas económicas, políticas ou culturais).

---

<sup>218</sup> Gerry Healy (1913-1989). Trotskysta inglês, líder do Workers Revolutionary Party, unanimemente repudiado pelas acusações efectuadas contra os líderes do SWP norte-americano (ex-secretários de Trotsky) de estarem implicados no seu assassinato. Acaba os seus dias, rodeado de escândalos sexuais e de acusações de receber dinheiro dos governos da Líbia e do Iraque.

O PCP, mesmo dentro da sua autonomia relativa, não podia escapar à lógica geral do movimento comunista internacional, e esta apontava para uma cisão do campo comunista. Todos os países (embora variando de intensidade) sofreram o mesmo tipo de fenómenos. Alias, o principal ideólogo da ruptura (FMR), embora centre o fogo da sua crítica à condução política interna, não deixa nunca de enquadrar as diferenças no âmbito internacional e de afirmar a influência que as teses maoistas tiveram sobre ele.

De 1964 a 1966, temos a fase da FAP e do CMLP, que se pode dividir em dois planos. O primeiro, chamemos-lhe o da legitimação política, é atingido. Com efeito, as linhas políticas de demarcação face ao PCP ficam claras e a elaboração teórica sobre a realidade nacional atinge certo fulgor. A maior prova é precisamente o facto de quase todas as correntes m-l serem obrigadas a reconhecer esse legado teórico. Quanto ao segundo plano (se é licita esta separação), a do domínio da praxis, revelou-se um rotundo fracasso. De facto, parece consensual que o lançamento da FAP foi prematuro e constitui um erro crasso que permitiu todo o tipo de permeabilidade a pressões “guerrilheiristas”, que nunca mais foram devidamente sanadas. Para além do mais, o mau comportamento na prisão de FMR, causa sérios prejuízos à “legitimidade” da corrente maoista.

Tiago dos CCR, é o único dentro do campo do maoismo, a criticar as teses de FMR, que considerava 1962 como o ano de passagem à fase da luta armada.

Contudo entendemos que a questão não pode ser analisada apenas sob um ângulo objectivista. Passemos a explicar: se é certo que o terrorismo enquanto estratégia sempre falhou rotundamente, também é verdade que a fórmula partido/exército se demonstrou por vezes exitosa. Mas nos países onde triunfou, ou havia condições naturais muito favoráveis (Cuba), ou havia uma base camponesa muito larga e com condições de extrema radicalização (China) ou finalmente, somava-se a estas questões o problema nacional (Argélia). Convém termos portanto presente que esta solução, foi uma excepção no século XX e de modo nenhum a regra, que continuou a ser o predomínio do urbano face ao rural. A este respeito, o exemplo da América Latina é elucidativo.

Portugal, apesar de possuir uma larga base camponesa, não tinha propriamente condições naturais para uma guerrilha aos moldes clássicos – esse

papel, é justo realçar, competiu aos movimentos de libertação das colónias – mas era sem dúvida possível fazer ataques “terroristas” urbanos a alvos precisos (como o demonstra a acção da ARA e do PRP/BR) sem alhear a simpatia da maioria da classe trabalhadora, especialmente face a uma ditadura.

A segunda fase, de 1966 a 1968/69, é de refluxo e a actividade desenvolve-se sobretudo no exterior. O CMLP de Paris vai «degenerar» cada vez mais.

A terceira fase vai de 1969 ao 25 de Abril. É o período onde chegam a Portugal os ecos da vaga revolucionária mundial de 68, do avanço dos movimentos de libertação (o nosso Vietname), de crise académica geral e de recrudescimento da combatividade operária. É também nesta fase que se vão multiplicar os grupos de esquerda, com mais força e capacidade de intervenção, mas também com mais cisões e rupturas.

Quando chegamos a Abril “o número de cerca de 3000 militantes indicado pelo PCP não se distanciava muito do conjunto de elementos de toda a extrema-esquerda nesse período. O inspector Fernando Gouveia afirmou, aliás, que, antes da queda do regime, «os grupos radicais praticantes do combate armado ou influentes nas universidades consumiam mais energia à PIDE/DGS do que a estrutura clandestina comunista, que era a que “dava menos trabalho”» ”.<sup>219</sup>

Observa-se assim um deslocamento significativo de parte da “vanguarda”, sobretudo juvenil, para os grupos de “extrema-esquerda”. Com efeito, no meio estudantil de Lisboa, a “extrema-esquerda” era a referência da luta contra a ditadura: O MRPP em Direito, os CCR no Técnico, a UEC (m-l)<sup>220</sup> no Secundário de Lisboa. A importância desta hegemonia aumentava, sabendo-se o peso determinante que as estruturas escolares têm na selecção de quadros para o «sistema» e no recrutamento de «intelectuais orgânicos» para as organizações de esquerda.

No entanto, dois factores nada negligenciáveis concorriam para a debilidade de uma plataforma político organizativa credível que podesse questionar a valer o PCP. O primeiro, é a extrema atomização desta nova vanguarda estudantil em múltiplos grupos que se digladiavam ferozmente entre si, na verdade os múltiplos apelos “unitaristas” ou à “reconstrução do partido” eram mais um slogan

---

<sup>219</sup> PIMENTEL, IRENE FLUNSER, *A História da PIDE*, Círculo de Leitores, s.l., 2007, pág.187.

<sup>220</sup> UEC (m-l). Organização estudantil do PCP (m-l).

propagandístico do que uma tarefa levada a sério. O segundo, é a incapacidade orgânica destes grupos em se inserirem na classe trabalhadora e de lá extraírem as suas próprias forças, o que reforçava ainda mais as lutas fraccionais mais típicas dos meios estudantis:

Por fim, gostaríamos de destacar a internacionalização das oposições portuguesas. Com efeito, quase todos os grandes desdobramentos da política internacional de esquerda reflectem-se nestes grupos. À nossa escala, também vivemos a ruptura sino-soviética e a crise dos PC`s, assistimos à explosão de grupos maoistas das mais diversas matizes, o guerrilheirismo, o trotskismo e o autonomismo tiveram a sua presença entre nós, as tendências mais “avançadas” de todas as proveniências tiveram a sua refacção particular em Portugal. Deste modo, alguns autores chegam mesmo a defender que os «longos anos 60» terminaram aqui.<sup>221</sup>

Com efeito, em 1974/75, a economia mundial já não está sob o signo do crescimento, mas na fase terminal dos «trinta gloriosos» e encontra-se a braços com a crise do petróleo de 1973. Nos países metropolitanos, os movimentos de protesto vão perdendo as referências no pacifismo e adoptam posturas cada vez mais radicais, os Estados Unidos sofrem uma derrota humilhante no Vietname, os movimentos de libertação das colónias portuguesas dão a última machada na época dos Impérios coloniais clássicos, e o fascismo é varrido da Europa passados 30 anos após a Segunda Guerra Mundial.

Portugal, amordaçado pelas contradições coloniais, pelo seu papel particular de potência imperialista e país semi-periférico, pelo anacronismo que representava a «longevidade» da ditadura, pela estrutura económica arcaicaizante e rural mas a braços com um incremento modernizante e industrialista, que aumentava o contingente urbano e operário - contrariando os prognósticos vigentes que acentuavam o situacionismo imobilista luso, e apostavam mais facilmente numa transição democratizante na vizinha Espanha – podia afinal, de certo modo, reunir e concentrar em si as contradições de um mundo em ebulição.

No entanto, como já assinalámos anteriormente, apesar da instabilidade mundial, o que predominava era uma relativa estabilidade sistémica, fruto do acordo

---

<sup>221</sup> BARKER, COLLIN, *Internationalism of the 1960`s*, 2002. Disponível em <http://www.resistancemp3.org.uk/cgi-bin/standardsearch.pl>. Arquivo capturado em 15 de Maio de 2008.



entre o «campo capitalista» e o «campo comunista», selado no Pacto de Yalta. A entrada da China na ONU e o encontro de Mao com Nixon em 1972, reforçavam essa mesma unidade. Por seu turno, Fidel Castro foi o primeiro líder comunista mundial a aprovar o esmagamento de Praga, logo seguido de Cunhal, demonstrando bem os limites da «originalidade» que reclamavam.

Em Portugal 1974/75, tal como no Maio 68 na França, a linha soviética é de certo modo «entalada» por um contingente significativo de organizações que se reclamam da sua esquerda e os verdadeiros herdeiros do legado dos fundadores da União Soviética. A sua voz adquire por momentos, um peso desproporcional à sua real força orgânica, ajudando a desacreditar os PC`s como uma verdadeira força alternativa revolucionária sistémica.

Mas também o movimento maoista não escapa a esta linha geral, vítima dos sucessivos ziguezagues da diplomacia chinesa, e das intermináveis querelas e rivalidades que perpassavam as múltiplas organizações que se reclamavam as fiéis depositárias do “pensamento de Mao Tsé-Tung”. À entrada da década de 80, pelo menos nos países metropolitanos, o maoismo encontra-se em crise permanente, estiolando-se e quase desaparecendo do mapa político.

Em todo o mundo, a tendência futura foi a decomposição do «campo socialista». O chamado «novo movimento operário»<sup>222</sup> dos anos 80 foi já construído à margem do aparelho soviético internacional ou directamente contra ele, e o colapso dos regimes de Leste culmina este processo. Nas novas «vanguardas» juvenis “pós queda do muro” que emergiram no marco do movimento anti-globalização e dos Fóruns Sociais Mundiais predomina uma grande desconfiança face ao antigo «campo comunista» e a todos os chavões e conceitos dos ditos «partidos m-l», ressurgindo de novo, em mais um estranho paradoxo da história, um discurso que faz lembrar o movimento da *New Left*.

---

<sup>222</sup>

Caso do PT no Brasil ou do Solidariedade na Polónia.

## O que foi o 25 de Abril?

A pergunta pode parecer estranha, provocatória até, mas o que é facto é que sobre a data do derrube de 48 anos de fascismo, muita polémica correu entre a esquerda<sup>223</sup>. Teria sido a concretização da perspectiva cunhalista de «levantamento nacional», uma revolução democrática, um golpe de estado, uma mera adaptação táctica da burguesia portuguesa?

Segundo Cunhal “a acção militar do 25 de Abril começou por ser um golpe militar, mas, no desenrolar dos acontecimentos, o golpe foi ultrapassado no próprio dia”<sup>224</sup> sendo que “este «levantamento nacional»” já teria sido “anteriormente defendido e previsto pelo PCP em termos gerais”.<sup>225</sup>

Já a URML apresenta uma visão diferente: “O 25 de Abril e o Movimento das Forças Armadas correspondem às necessidades da burguesia portuguesa, em particular dos grandes grupos capitalistas, que o fomentaram e deram todo o seu apoio”.<sup>226</sup>

Na mesma esteira de pensamento encontram-se a generalidade dos grupos de extrema-esquerda. O CML de P afirma: “O golpe de estado do 25 de Abril foi uma intervenção aliada da grande burguesia empresarial capitalista com projectos e ambições imperialistas, cosida ao imperialismo mundial CONTRA O CRESCENDO DA REVOLUÇÃO POPULAR”<sup>227</sup>

E o PCP (m-l) da facção Mendes defende que “o Golpe de Estado militar de 25 de Abril, derrubando a velha ditadura fascista e substituindo-a por um regime de tipo democrático-burguês apoiado na grande e média burguesia e realizando uma estreita aliança com várias camadas da pequena-burguesia”, o mesmo se sucedendo com o PCP (m-l) facção Vilar, que afirma ter-se instaurado “um regime democrático-

---

<sup>223</sup> Na verdade, as opiniões ainda hoje se dividem. Nos 30 anos do 25 de Abril, as comemorações oficiais deixaram cair o “r” de revolução, apostando no slogan “Abril é evolução”, causando grande polémica.

<sup>224</sup> CUNHAL, ÁLVARO, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, Edições Avante, Lisboa, 1999, pág. 102.

<sup>225</sup> Idem, pág. 103..

<sup>226</sup> *Folha Comunista*, nº22, Julho 1974, capa.

<sup>227</sup> *O Bolchevista*, nº23, Outubro 1974, pág.3.

buguês, que realiza a aliança da grande burguesia com a média-burguesia e com largas camadas da pequena-burguesia.”.<sup>228</sup>

A OCMLP escreve que “No 25 de Abril, a burguesia acossada pelo povo revolucionário jogou mais uma cartada. O ímpeto do movimento de massas que os fins de 1973 e o ano de 1974 viram crescer assustadoramente para a burguesia, entre outras razões, obrigou as classes de exploradores a ceder em algo para não acabarem por perder em tudo.”<sup>229</sup> e o MRPP considera que “foi desencadeado um golpe de Estado dirigido por um sector de oficiais do exército colonial-fascista contra o governo da camarilha marcelista” mas “seja qual fôr o êxito de uma ou de outra fracção, seja qual for o resultado concreto desta luta reaccionária intestina, nem o povo em geral nem a classe operária em particular podem alimentar, quer quanto à própria luta, quer quanto ao seu resultado, a mínima espécie de ilusão”.<sup>230</sup>

Quanto ao PRP/BR, não destoa do conjunto: “Dentro do capitalismo português e perante a crise que atravessa formaram-se duas facções: a facção dos «ultras» que queria manter a todo o transe a política tradicional e travar a guerra até ao fim, e a facção dos «liberais», que percebeu que a única «saída» possível seria uma política em novos moldes, modernizando o regime e tratando o problema colonial em termos pacíficos. Todo um exército farto de fazer a guerra, vai apoiando pouco a pouco esta segunda facção, acabando no golpe militar, que mostrou uma situação totalmente incontrolável para o governo”.<sup>231</sup>

Dentro dos grupos de «esquerda radical», a LUAR destoa claramente das demais. A seguir ao 25 de Abril, em entrevista ao Diário de Lisboa, Palma Inácio declara: “Penso que a Junta deve ser apoiada. Não conheço, em todos os golpes observados no mundo inteiro, nenhum que tenha apresentado um programa tão progressivo como este. Parece-me que uma forte corrente progressista domina a situação e, se de facto se assim for, temos de persuadi-los de que é necessária a construção do socialismo”<sup>232</sup>. Posteriormente virá a evoluir para posições mais à esquerda.

---

<sup>228</sup> *Unidade Popular*, nº20, Maio 1974, pág.6

<sup>229</sup> *Editorial de O Grito do Povo*, nº 25, 31 Maio 1974, capa.

<sup>230</sup> BALSÓ, JUDITH, *O M.R.P.P.*, Edições Delfos, Lisboa, 1976, pág.163.

<sup>231</sup> *Revolução e Contra-Revolução*, Documentos PRP/BR, pág. 9.

<sup>232</sup> *Entrevista a Palma Inácio*, Diário de Lisboa, 2 de Maio 1974, pág.19.

FMR, num balanço da revolução portuguesa, coincidirá com Cunhal (partindo obviamente de pressupostos diferentes), em como o 25 de Abril tinha sido previsto pelo PCP: “Nunca ninguém pusera em causa o carácter revolucionário do “Levantamento Nacional”, propugnado por Cunhal desde 1944 como forma de derrubamento do fascismo. Pelo contrário, essa palavra de ordem era considerada altamente subversiva pela maior parte dos democratas. Revolução Popular veio abalar definitivamente este mito ao denunciar o apreço de Cunhal pela “Unidade de todos os portugueses honrados” e pelos “oficiais patriotas” e a sua aversão por todas as manifestações de violência popular antifascista: o líder do PCP visava, dissemos então, “um golpe militar da burguesia apoiado pelas massas”. Ora, a única via para garantir que a queda do fascismo seria o prólogo da revolução estava em formar uma “organização combatente” e “proceder ao armamento dos trabalhadores no decurso da insurreição antifascista” para “instaurar um poder popular”. A forma como se materializou o derrube do fascismo e os carris em que meteu a crise revolucionária subsequente confirmaram inteiramente o alerta feito por Revolução Popular. O 25 de Abril e a Aliança Povo-MFA foram a tradução fiel na vida real da perspectiva cunhalista do “Levantamento Nacional” – a saída menos arriscada para o domínio de classe da burguesia, tendo em conta os factores de ruptura acumulados.”.<sup>233</sup>

A «dificuldade» de se saber se a tese da “Revolução Democrática e Nacional” efectivamente se concretizou ou não, reside na própria ambiguidade e duplicidade da sua formulação<sup>234</sup>. Com efeito, não houve nenhum “levantamento nacional” mas sim um golpe de estado. Esta hipótese, sem nunca ser inteiramente descartada, é no entanto combatida e tida como pouco provável: “Os golpistas consideram que o fascismo será derrotado por uma acção militar de oficiais e que essa acção se prepara pelo aliciamento de conspiradores”<sup>235</sup>, “O erro básico de tal

---

<sup>233</sup> RODRIGUES, FRANCISCO MARTINS, *Álvaro Cunhal, O Democrata*, Cadernos PO, Disponível em <http://politicooperaria.no.sapo.pt/cadernos/caderno7.htm>. Arquivo capturado em 15 de Maio de 2008.

<sup>234</sup> Na verdade, Cunhal, subtilmente, deixa a porta aberta a todo o tipo de soluções possíveis, até a passagem pacífica: “Em condições imprevisíveis, pode suceder que as dificuldades, contradições e dissídios das classes dominantes, batidas pela luta popular e pela guerra colonial, as forcem a manobras que abram novas possibilidades de procurar uma solução pacífica” in CUNHAL, ÁLVARO, *Rumo à Vitória, as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Edições “a opinião”, Porto, 1974, pág.165.

<sup>235</sup> CUNHAL, ÁLVARO, *Rumo à Vitória, as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Edições “a opinião”, Porto, 1974, pág.264.

concepção consiste em encarar a acção decisiva contra a ditadura como uma questão que «compete aos militares» (mais concretamente aos oficiais) »<sup>236</sup>, “o Partido previne e aponta os perigos da concepção e da prática golpista, mas, se os defensores duma tal orientação a levam por diante não é o Partido que o pode impedir”<sup>237</sup>, “Numa tal eventualidade, muito pouco provável dadas as sucessivas depurações fascistas na oficialidade haveria que ir para diante”.<sup>238</sup>

O que acabou por acontecer em 25 de Abril foi um golpe de Estado, que instaurou um governo de “unidade nacional” com fortes elementos autoritários. O efeito combinado das lutas de libertação nas colónias e o enorme ascenso operário na metrópole fizeram avançar o movimento de massas para uma revolução operária que não se conteve nos diques da “Revolução Democrática” mas antes a ultrapassou directamente.

Também não será rigoroso afirmar, como alguns grupos maoistas, “que nada mudou”<sup>239</sup>. O 1º de Maio, apenas 5 dias depois do 25 de Abril, é a melhor demonstração da incapacidade da burguesia de “governar como dantes”. Nem foi preciso, como afirmava FMR, existir “uma “organização combatente” e “proceder ao armamento dos trabalhadores no decurso da insurreição antifascista” para “instaurar um poder popular” de modo a “garantir que a queda do fascismo seria o prólogo da revolução”<sup>240</sup>, na esteira da linha maoista da «revolução democrática e popular».

As contradições acumuladas eram tão grandes, que ao fim de 48 anos de luta contra a ditadura, bastou afinal mais um “golpe”<sup>241</sup>, para se soltar todo um imenso caudal de mobilização popular espontânea que transcreveu em revolução operária e popular.

---

<sup>236</sup> Idem, pág.265.

<sup>237</sup> Idem, pág.266.

<sup>238</sup> Idem, pág.267.

<sup>239</sup> Posições deste tipo ou próximo, levaram muitas organizações a decidirem manter-se na ilegalidade.

<sup>240</sup> RODRIGUES, FRANCISCO MARTINS, *Álvaro Cunhal, O Democrata*, Cadernos PO, Disponível em <http://politicaoperaria.no.sapo.pt/cadernos/caderno7.htm>. Arquivo capturado em 15 de Maio de 2008.

<sup>241</sup> Em rigor, este golpe tem contudo a originalidade de ser dirigido por oficiais intermédios.

## Conclusão

O resto é História, mas já não cabe nesta tese. O «processo revolucionário em curso» colocou à prova estas organizações, mas como é sabido, entre os seus objectivos revolucionários e a «normalização democrática» subsequente ficou uma grande distância.

Em modo de balanço queremos assinalar que esta foi uma tese morosa e um pouco difícil para o autor. Procurámos compensar «o não ter vivido» com um estudo intensivo de vasta bibliografia, mas sabemos que mesmo assim ficamos sempre a perder. Conseguir ligar os fios da trama (sobretudo na complexa «dinastia» maoista) foi um trabalho sucessivo, em que só passado algum tempo nos conseguimos começar a entrosar. Como os recursos de um estudante normal também não são abundantes, muitas vezes tivemos que adiar o mais rápido andamento do trabalho. Muitas vezes «irritámo-nos» com as «cisões que nunca mais acabam», outras vezes houve em que não contivemos o riso desalmado, perante o pomposo «jargão esquerdista» de algumas organizações. Esperamos não ter cometido nenhum erro factual (obviamente involuntário) nem cometido alguma falha para com os intervenientes.

Gostaríamos de ter tido mais tempo e espaço para desenvolver certos aspectos e temas, mas sabíamos das regras à partida, e tentámos fazer uma síntese equilibrada.

Mas independentemente dos méritos ou deméritos de que esta tese se possa revestir, podemos afirmar que o seu maior valor para nós é o facto de com ela muito termos aprendido.

Por fim, gostaríamos de dizer que esta tese talvez possa ser acusada de “parcialidade”. O argumento não nos impressiona. Afinal, o que nos demonstra o 25 de Abril senão que a neutralidade é uma quimera impossível? E não são poucos os historiadores que gostam de repetir o velho adágio de que «a História é escrita pelos vencedores». Em nosso favor, podemos apenas argumentar, com a constatação mais simples e verdadeira que se pode fazer: A História ainda não acabou.

## BIBLIOGRAFIA

- AGOSTI, ALDO (dir.), Enciclopedia della sinistra europea nel XX secolo, Editori Riuniti, Roma, 2000
- ARAUJO, OCTAVIO RODRIGUEZ, Esquerdas e Esquerdismo, Da Primeira Internacional a Porto Alegre, Ed.Campo das Letras, Porto, 2006
- ARCARY, VALÉRIO, As esquinas perigosas da História, Xamã Editora, São Paulo, 2004
- ASTAFIEV, G., DUBINSKI, A., Del antiimperialismo al antisocialismo, Evolución de la política exterior de Pekín, Editorial Progreso, Moscovo, 1975
- AVILEZ, MARIA JOÃO, Do fundo da revolução, Ed. Público, s.l., 1994
- BALSO, JUDITH, O M.R.P.P., Edições Delfos, Lisboa, 1976
- BENSAID, D., The formative years of the Fourth International (1933-1938), International Institute for Research and Education, Amsterdam, N°9, 1988
- BENSAID, D., Trotskismos, Edições Combate, Lisboa, 2008
- BENSAID, D., ROSSI, C., UDRY, CHARLES-ANDRÉ, Portugal:La Révolution en marche, Christian Bourgois Editeur, Paris,1975
- BOSCO, ANNA, Comunisti: Trasformazioni di partito in Italia, Spagna e Portogallo, Il Mulino-Ricerca, Bologna, 2000
- BOTTOMORE, TOM (editor), Diccionario de Pensamento Marxista, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1982
- BROUÉ, PIERRE, O Partido Bolchevique, [www.marxists.org](http://www.marxists.org)
- CAMEJO, PEDRO MIGUEL, La Guerrilla, Por qué fracasó como estrategia (un análisis marxista revolucionario), Pathfinder Press, Nova York, 1974
- CARDINA, MIGUEL, A Tradição da Contestação, Angelus-Novus, Coimbra, 2008
- CARVALHO, OTELO SARAIVA DE, Alvorada em Abril, Notícias Editorial, 1998
- CASTORIADIS, A Experiência do Movimento Operário/I, A Regra do Jogo Edições, Lisboa, 1979
- CAUTE, DAVID, The Year of the Barricades, Perennial Library, New York, 1988

- CEREZALES, DIEGO PALACIOS, O poder caiu na rua, Crise de estado e acção colectiva na revolução portuguesa 1974-1975, Lisboa, ICS, 2003
- CLIFF, TONY, Portugal: Lessons for the revolution, 29 Junho 1974, [www.marxists.org](http://www.marxists.org)
- CLIFF, TONY, Portugal at the crossroad, Setembro 1975, [www.marxists.org](http://www.marxists.org)
- COHN-BENDIT, DANIEL, 1968- A Revolução que tanto amámos!, Pub. Dom Quixote, Lisboa, 1988
- CORDEIRO, JOSÉ MANUEL LOPES, «Extrema-Esquerda», in Diccionario de História de Portugal, Vol. VII, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), Porto, Edições Figueirinhas, 1999, pág.712-714
- CORDEIRO, JOSÉ MANUEL LOPES, «Maoismo», in Diccionario de História de Portugal, Vol. VII, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), Porto, Edições Figueirinhas, 1999
- CORREIA, HELDER MANUEL BENTO, A ruptura política e ideológica no movimento comunista português (1963-1964), Mestrado de História Contemporânea, Trabalho na Disciplina de História de Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999
- CORREIA, HELDER MANUEL BENTO, Comité Marxista-Leninista Português, Breve história de uma organização política (1964-1975), Seminário de História de Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000
- COSSERON, SERGE, Dictionnaire de l'extreme gauche, Larrousse, Paris, 2007
- CRUZEIRO, MARIA MANUELA, Costa Gomes, O Último Marechal, Círculo de Leitores, s.l.,1998
- CUNHA, CARLOS A., The Portuguese Communist Party's Strategy for Power 1921-1986, Garland Publishing, New York, 1992
- CUNHAL, ÁLVARO, Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura, Edições Avante, Lisboa, 1994
- CUNHAL, ÁLVARO, A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro, Edições Avante, 1974.
- CUNHAL, ÁLVARO, A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril, Edições Avante, Lisboa,1999
- CUNHAL, ÁLVARO, Duas Intervenções numa reunião de quadros, Edições Avante, Lisboa,1996
- CUNHAL, ÁLVARO, O Internacionalismo proletário e uma política de concepção do mundo, Colecção “Problemas da Paz e do Socialismo”, Edições Avante, 1975
- CUNHAL, ÁLVARO, Radicalismo pequeno burguês de fachada socialista, Ed. Avante, s.l.,1974



CUNHAL, ÁLVARO, Rumo à Vitória, as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional, Edições “a opinião”, Porto, 1974

PONS, SILVIO; SERVICE, ROBERT (org.), Dizionario del comunismo nel XX secolo, Giulio Einaudi editore, Torino, 2006

Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado, Brigadas Revolucionárias 1971-1974, Edições Revolução, s.l., 1975

ESTALINE, J., Acerca das questões do leninismo, Editorial Estampa, Lisboa, 1975

FEIJTO, FRANÇOIS, As Democracias Populares, 2 vol., Pub. Europa-América, Lisboa, 1975

FEIO, JORGE; LEITÃO, FERNANDA; PINA, CARLOS, M.R.P.P. : O que é ?, Edição da Agência Portuguesa de Revistas, Lisboa, 1975

FERRO, MARC, Nicolau II, O último Czar, Edições 70, s.l., s.d.

FIGUÈRES, LÉO, O Trotskismo, Editorial Estampa, Lisboa, 1971

GASPAR, CARLOS; RATO, VASCO, Rumo à Memória, Crónicas da Crise Comunista, Quetzal Editores, Lisboa, 1992

GODINHO, VITORINO MAGALHÃES, A Democracia Socialista, Um mundo novo e um novo Portugal, Cadernos Critério 1, Publicações Génese, Lisboa, 1975

GODINHO, VITORINO MAGALHÃES, O Socialismo e o Futuro da Península, Edições Gleba, Lisboa, 1969

GOMES, ADELINO; CASTANHEIRA, JOSÉ PEDRO, Os dias loucos do PREC, Edições Expresso/Público, Lisboa, 2006

GRAMSCI, Democracia Operária, Editora Centelha, Coimbra, 1976

GRANT, TED, The Revolution in Portugal, Maio 1975, [www.marxists.org](http://www.marxists.org)

GUEVARA, ERNESTO CHE, Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental, 16 Abril 1967, [www.marxists.org](http://www.marxists.org)

HALÉVY, E., História do Socialismo Europeu, Editora Bertrand, Amadora, 1975

HOBSBAWM, ERIC, A Era dos Extremos, História Breve do Século XX 1914-1991, Lisboa, Editorial Presença, 1996

JARA, JOSÉ MANUEL, A farsa dos pseudo-radicais em Portugal, Edições Sociais, s.l., 1974

JARA, JOSÉ MANUEL, Maoismo em Portugal, ideologia contra-revolucionária e paródia burguesa do marxismo, Lisboa, Edições Sociais, 1975

KRIVINE, ALAIN, Questões sobre a Revolução, Ed. Arcádia, Lisboa, 1975

- KRIVITSKI, GENERAL WALTER G., Agente de Staline, Edições Antígona, Lisboa, 1989
- LEAL, MURILO, À Esquerda da Esquerda, Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966), Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004
- WARESQUIEL, EMMANUEL, Le siècle rebelle, Dictionnaire da la Contestation au XX<sup>a</sup> siècle, Ed. Larousse, 1999
- LEIRIA, LUÍS, A Geração de 70, Vida Mundial, nº11, Dezembro 1998
- LENINE, V.I., A doença infantil do comunismo, Ed. Europa-América, s.l, s.d.
- LENINE, V.I., Carta ao Congresso (Testamento político), [www.marxists.org](http://www.marxists.org)
- LENINE, V.I., Duas Táticas da Socialdemocracia na revolução democrática, Ed. Novo Tempo, s.l. 1971
- LENINE, V.I., Que Fazer?, Editorial Estampa, 1975
- LENINE, V.I., Teses de Abril, [www.marxists.org](http://www.marxists.org)
- LISI, MARCO, Um partido revolucionário na transição para a democracia:o PCP entre 1974 e 1976, Tese de mestrado de Ciências Políticas, Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, ISCTE, 2003
- LOUÇÃ, F., Ensaio para uma Revolução, Cadernos Marxistas, Lisboa, 1984
- LOUÇÃ, F.; ROSAS, F. (org.), Ensaio Geral, Passado e Futuro do 25 de Abril, Ed. Dom Quixote, Lisboa, 2004
- LUXEMBURGO, ROSA, O Estado burguês a revolução, Edições Antídoto, Lisboa, 1979
- MANDEL, E., Crítica do Eurocomunismo, Edições Antídoto, Lisboa, 1978.
- MANDEL, E., Da Comuna a Maio de 68, escritos políticos I, Edições Antídoto, Lisboa, 1979
- MANDEL, E., Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes, Edições Antídoto, Lisboa, 1979
- MANDEL, E., [et al], A China antes e depois de Mao, Edições Antídoto, Lisboa, 1977
- MARQUES, FERNANDO PEREIRA, Contrapoder e Revolução, Edições Diábril, Lisboa, 1977
- MARTINS, ALMEIDA; MONTEIRO, CÁCERES; VAZ, JOÃO, Por onde vai Portugal?, Fundão, Edição Jornal do Fundão, 1975
- MARX, K., O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, Edições Nosso tempo, s.l., s.d.
- MARX, K.; ENGELS, F., Manifesto do Partido Comunista, Edições Avante, Lisboa, 1997
- MATTOSO, JOSÉ (dir.), História de Portugal, Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

- MAXWELL, KENNETH, A Construção da Democracia em Portugal, Editorial Presença, Lisboa, 1999
- MEDVEDEV, ROY, Era inevitável a Revolução Russa?, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978
- MEIJER, H. CANNE, O movimento dos Conselhos Operários na Alemanha 1918-1921, Ed. Centelha, Coimbra, 1976
- MONTEIRO, MANUEL, Perder a esperança, Porquê?, Um operário fala do seu tempo, Ed. Centelha, Coimbra, 1982
- MORENO, NAHUEL, As Frentes Populares na História, Edições Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2003
- MORENO, NAHUEL, Revolução e Contra Revolução em Portugal, 1975, [www.marxists.org](http://www.marxists.org)
- NAVILLE, PIERRE, Pouvoir militaire et socialisme au Portugal, Édition anthropos, Paris, 1975
- NEVES, JOSÉ, Comunismo e Nacionalismo em Portugal, Política, Cultura e História no Século XX, Editora Tinta da China, Lisboa, 2008
- NEVES, JOSÉ, (org.), Da gaveta para fora, Ensaio sobre Marxistas, Edições Afrontamento, Porto, 2006
- OLIVEIRA, CÉSAR, MFA e Revolução Socialista, Edições Diábril, Lisboa, 1975
- OLIVEIRA, CÉSAR, Os Anos Decisivos, Portugal 1962-1985, um testemunho, Editorial Presença, Lisboa, 1993
- OLIVEIRA, PEDRO AIRES; MARTINS, FERNANDO (Coord.), As Revoluções Contemporâneas, Ed. Colibri, Lisboa, 2005
- PANNEKOEK, A., As tarefas dos conselhos operários, Ed. Centelha, Coimbra, 1976
- PANNEKOEK, A. [et al], Conselhos Operários, Edições Centelha, Coimbra, 1975
- PENA, PAULO; LOURENÇO, G.; COSTA, JORGE, Grandes Planos, Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974, Âncora Editora, Lisboa, 2001
- PEREIRA, JOÃO MARTINS, O Socialismo, a Transição e o caso português, Livraria Bertrand, Lisboa, 1976
- PEREIRA, PACHECO, “O Um Dividiu-se em Dois”, Origens e enquadramento internacional dos movimentos pré-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65), Alêtheia Editores, Lisboa, 2008
- PINA, CHRISTINE, L'extrême gauche en Europe, Les études de la documentation française, Paris, 2005
- PIMENTEL, IRENE FLUNSER, A História da PIDE, Círculo de Leitores, s.l., 2007
- POULANTZAS, NICOS, A Crise das Ditaduras-Portugal/Grécia/Espanha, Editorial Presença,

Lisboa, 1975

PRATA, RAFAEL; FERREIRA, CARLOS SANTOS; LOPES, VÍTOR MELICIAS, Portugal novo: movimentos e partidos políticos, Documentos de trabalho SEDES, Lisboa, 1974

PROENÇA, MARIA CÂNDIDA (coord.), Maio de 68-Trinta anos depois, Edições Colibri, Lisboa, 1999

Revolução e Contra Revolução, Documentos do 25 de Abril ao 25 de Novembro, o PRP responde por si, Edições Revolução, Julho 1977

REEVE, CHARLES, O Tigre de Papel, Sobre o Desenvolvimento do Capitalismo de Estado na China 1949-1971, Edições Spartacus, Lisboa, 1975

REIS, ANTÓNIO (Coord.), As grandes correntes políticas e culturais do Século XX, Edições Colibri, Lisboa, 2003

REIS, ANTÓNIO (Direcção Científica), História do Século XX década a década, 1960-1969, Edições Visão, s.l., 2004

REIS, ANTÓNIO (dir.), Portugal Contemporâneo Vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, 1990

RÉMOND, RENÉ, Introdução à História do Nosso Tempo, Do Antigo Regime aos Nossos Dias, Edições Gradiva, Lisboa, 2003

REZOLA, MARIA INÁCIA, 25 de Abril, Mitos de uma Revolução, Edição Esferas do Livro, Lisboa, 2007

RODRIGUES, FRANCISCO MARTINS, Abril Traído, Edições Dinossauro, Lisboa, 1999

RODRIGUES, FRANCISCO MARTINS, Elementos para a História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal, Edições Militão Ribeiro, s.l., 1975

RODRIGUES, FRANCISCO MARTINS, Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento, s.l., Edições Unidade Popular, 1974

RODRIGUES, Francisco Martins (Coord.), O Futuro era Agora: o movimento popular do 25 de Abril, Edições Dinossauro, Lisboa, 1995

RODRIGUES, MANUEL, A Emancipação dos Trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, Edições Afrontamento, Luta de classes, Porto, 1975

ROSAS, FERNANDO; BRITO, J.M. BRANDÃO DE (dir.), Diccionário de História do estado Novo 2 Vol., Lisboa, Bertrand Editores, 1996

ROSAS, FERNANDO, Pensamento e Acção Política, Portugal Século XX (1890-1976), Notícias Editorial, Lisboa, 2004

ROSSANDA, KRIVINE, GEISMAR, MASSI, A Nova Esquerda na Europa, Edições Dom Quixote, Lisboa, 1972

- ROTH, KARL HEINZ, L'altro movimento operaio, Storia della repressione capitalista in Germania dal 1880 a oggi, Feltrinelli Editore, Milano, 1976
- SANCHES, SALDANHA, O MRPP, instrumento da contra-revolução, Cadernos Ulmeiro, Lisboa, 1975
- SANTOS, MARIA DE LOURDES LIMA DOS; LIMA, MARINUS PIRES DE; FERREIRA, VÍTOR MATIAS, O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas, 3 vol. Editora Afrontamento, Porto, 1976
- SAGRA, ALICIA, História das Internacionais Socialistas, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2005
- SARAIVA, ANTÓNIO JOSÉ; SILVA, VICENTE JORGE, O 25 de Abril visto da História, Livraria Bertrand, Lisboa, 1976
- SASSOON, DONALD, Cem Anos de Socialismo, A Esquerda Europeia Ocidental no Século XX, Contexto Editora, 2001
- SEMPRUN, JAIME, A Guerra Social em Portugal, Moraes Editores, Lisboa, 1975
- SERRA, JAIME, Eles têm o direito a saber, Páginas da luta clandestina, Edições Avante, Lisboa, 1997
- SILVA, FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA (org.), Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2004
- SILVA, FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA (org.), O Século Sombrio, Uma História Geral do Século XX, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2004
- SILVA, JOSUÉ DA, Portugal, Ano um da Revolução, Edições Dêagá, Lisboa, 1975
- SILVA, RUI FERREIRA DA, «Maoismo», in Fernando Rosas; J.M. Brandão de Brito (dir.), Dicionário de História do Estado Novo, Lisboa, Bertrand Editores, 1996, pág.546
- SWEEZY, P., Luta de classes em Portugal, Editor SLEMES, Lisboa, 1976
- SWEEZY, P., BETTELHEIM, C., Sociedades de Transição: Luta de Classes e Ideologia Proletária, Portucalense Editora, Porto, 1971
- TILLY, CHARLES, As Revoluções Europeias 1492-1992, Editorial Presença, Lisboa, 1996
- TRONTI, MARIO, Operários e Capital, Edições Afrontamento, Porto, 1976
- TROTSKY, L., A Revolução Permanente na Rússia, Ed. Antídoto, Lisboa, 1977
- TROTSKY, L., A Revolução Traída, Ed. Antídoto, Lisboa, 1977
- TROTSKY, L., Balanço e Perspectivas, Ed. Antídoto, Lisboa, 1979
- TROTSKY, L., Programa de Transição, Ed. Instituto José Luis e Rosa Sundermann, São Paulo, 2004

TSE-TUNG, MAO, *Origem e Evolução das Divergências entre a Direcção do PCUS e Nós*, Ed.(?), s.l., s.d.

TSE-TUNG, MAO, *Sobre a prática, Sobre a contradição e outros textos*, Editorial Minerva, s.l., 1974

## **Revistas**

MANIFESTO (nº1, Agosto 1974-nº 13, 24 de Julho a 7 de Agosto 1975)

## **Imprensa**

Diário de Lisboa (25 Abril 1974-30 Setembro 1974)

Diário de Notícias (25 Abril 1974-30 Setembro 1974)

O Século (25 Abril 1974-30 Setembro 1974)

## **Sites**

<http://www.media68.net/> - Archivio audiovisivo del Movimento Operaio e Democratico

<http://www.comune.bologna.it/iperbole/asnsmp/index.html> - Archivio Storico della Nuova Sinistra

<http://www.marxists.org/> - Arquivo marxista na internet

<http://www.25abril.org/index.html> - Associação 25 de Abril

<http://asmsfqi.org> - Association pour la sauvegard de la mémoire de la section française de la Quatrieme Internationale

<http://www.bdic.fr/index.php> - Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine

<http://arepublicano.blogspot.com/> - Blog Almanaque Republicano

<http://www.mai-68.org/> - Blog de arquivo do Maio 68

[http://www.imagens.ubi.pt/imagens/cartazes/pos\\_25\\_abril-titulo.php](http://www.imagens.ubi.pt/imagens/cartazes/pos_25_abril-titulo.php) - Cartazes Político-Partidários 1974-1975

<http://www.trotsky.com.fr/> - C.E.R.M.T.R.I.- Centre d'Etudes et de Recherches sur les Mouvements Trotskyste et Révolutionnaires Internationaux

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage> - Centro de Documentação 25 de Abril da

Universidade de Coimbra

<http://estudossobrecomunismo.weblog.com.pt> - Estudos sobre o Comunismo

<http://fundacao-mario-soares.pt/> - Fundação Mário Soares

<http://www.broadleft.org/antirevi.htm> - Lista de partidos de inspiração maoista que apoiam a posição de que o Partido Comunista da União Soviética tornou-se revisionista após a morte de Stalin e o XX Congresso.

<http://vivabril.no.sapo.pt/col25abril1.htm> - Livros e Documentos sobre o 25 de Abril

[www.combate.info](http://www.combate.info) - Site da APSR

<http://www.primeiralinha.org/destaques4/entremartins.htm> - Site da Primeira Linha

<http://www.geocities.com/resistancemp3/> - Resistance mp3, Arquivo auditivo das Conferências marxistas do SWP

### **Suporte digital**

CD-ROM *Luta Popular*, Fundação Mário Soares, 2004

CD-ROM *Estrela Vermelha*, Fundação Mário Soares, 2004

### **Multimedia**

25 de Abril, 30 anos, Coleção DVD, edições Público, Abril 2004

### **Arquivo Biblioteca Museu República e Resistência**

**Fontes consultadas:**  
(resumo)

### **Comissões de Base Socialistas**

*Lutar pelo Socialismo*, nº 3, Outubro 1973

*Lutar pelo Socialismo* nº 8, 24 Maio 1974

*Lutar pelo Socialismo* nº 9, 20 Junho 1974

*Poder aos Trabalhadores*, s.d.

Solidariedade com os Trabalhadores da TAP, 2 Setembro 1974

## **CRC**

O Fascismo caiu mas a luta continua, O “Martelo” Núcleo da “Luta Comunista”, s.d.

O Fascismo caiu, mas a luta continua!, O “Martelo” Núcleo da “Luta Comunista”, s.d.

Manifesto aos Trabalhadores, CRC, s.d.

Comité “Revolução Comunista”, s.d.

O Militante Comunista, órgão interno do CRC, nº 1, Outubro 1974

A Voz da Revolução, jornal do CRC, nº 1, Outubro 1974

A Voz da Revolução, suplemento, jornal do CRC, nº 1, Outubro 1974

A Voz da Revolução, jornal do CRC, nº 2, Novembro/ Dezembro 1974

A Voz da Revolução, jornal do CRC, nº 3, Março 1975

A Voz da Revolução, jornal do CRC, nº 4, Abril 1975

A Voz da Revolução, jornal do CRC, nº 5, Maio/Junho 1975

Posição e esclarecimento do CRC m-l face aos acontecimentos oportunistas que desmembraram a organização “Luta Comunista” e que levaram parte dessa organização a ser anexada pela “CARP m-l”, Fevereiro 1975

Carta ao “CRC m-l” denunciando manobras oportunistas e contra-revolucionárias que antecederam e precederam o pseudo-Congresso da Luta Comunista e alguns factos passados nesse mesmo pseudo-Congresso, s.d.

Acta do Comité Operário-Camponês de 1/3/75

Folha Interna, nº8, s.d.

## **CMLP O Bolchevista**

O Bolchevista, nº 7, órgão central, Novembro/Dezembro 1971

O Bolchevista, nº 10, órgão central, Maio/Junho/Julho 1972

O Bolchevista, nº 11, órgão central, Agosto/Setembro 1972



O Bolchevista, nº 14, órgão central, Março/Abril 1973

O Bolchevista, nº 24, órgão central, Novembro 1974

O Bolchevista, nº 25/26, órgão central, Maio 1975

Jovem Guarda, nº1, Movimento de Juventude Comunista (ML) periférico do CML de P (O Bolchevista), Janeiro 1972

Folhetos Vermelhos, Os oportunistas e os marxistas perante o grande Staline, s.d.

### **Jornal Combate (João Bernardo)**

Jornal Combate, Nº1, 2, 3, 5 e 6 (Abril / Setembro 1974)

### **Jornal Voz do Povo**

Jornal Voz do Povo, Nº 1 a 9 (Agosto a Outubro 1974)

### **URML**

Folha Comunista, nº 16 (Agosto 73) e nº22 a 25 (Julho a Outubro 1974)

Revolução Proletária, nº 3, Setembro 1974

Luta Operária, nº (?), Agosto 1974

### **MRPP**

Textos do MRPP, Janeiro 1972

Guarda vermelha, nº1

### **PCP (m-l) facção Vilar**

A Voz do Trabalhador, nº 1 ao nº5 (Maio a Julho 1974), nº 8 (Agosto), nº9 (Setembro) e nº12 (Outubro)

## **PCP (m-l) facção Mendes**

A Verdade, nº1 ao 5 (Julho a Setembro 1974), nº8 (Novembro) e nº10 (Dezembro)

## **Jornal Unidade Popular**

Unidade Popular, nº1 a 19 (Março de 1969 a Abril de 1974)

## **OCMLP**

O Grito do Povo, nº25 (Maio), nº 27 e 28 (Julho e Agosto), nº30 a 33 (Setembro a Novembro)

## **O Comunista**

O Comunista, nº 6, Maio 1970

O Comunista, nº9, Março 1971

## **CARP (M-L)**

Longa Marcha, nº4, Julho 1974

Luta Comunista, nº1, Agosto 1974 a nº5, Janeiro-Fevereiro 1975

## **CCR**

Autocrítica João Bernardo, Setembro 1968

Comité Viva o Internacionalismo Proletário, s.d.

Viva o Comunismo!, jornal teórico, do nº2/3 (Agosto 1970) ao nº6 (Setembro 1972).

Comunicado sobre as prisões de Agosto-Setembro de 1972, Fev.1973

Nós vingaremos Amílcar Cabral, s.d.

Vanguarda Comunista, nº 4, 24 Abril 1973

Não às eleições burguesas, Outubro 1973

Não ao eleitoralismo pequeno-burguês da CDE, Outubro 1973

Apoiemos a heróica luta dos povos das colónias, Fevereiro 1974

Viva o Internacionalismo Proletário, Abril 1974

Camaradas Trabalhadores, Abril 1974

Contra a guerra colonial, Maio 1974

Os trabalhadores estão impacientes?, 19 Maio 1974

O momento actual e a classe operária, 1974

Manifesto dos CCRML, Junho 1974

A luta pelo marxismo-leninismo nos CCRML, Fevereiro 1975

## **LCI**

Plataforma Política dos Comités Revolucionários 1º de Maio, Fev-Abril 1974

Crítica à proposta de “Plataforma Política dos Comités Revolucionários 1º de Maio”, Abril 1974  
(embrião PRT)

Acção Comunista, nº2 (Fev 47)

O 25 de Abril e a revolução socialista em Portugal e colónias, 2 Discursos de E. Mandel, Maio 1974



## ANEXOS

**Anexo nº1** – Rádios «revolucionárias» Tirana e Pequim.

**Anexo nº2** - «Árvore genealógica» do Trotskysmo.

**Anexo nº3** – *O Comunista*, apelo à deserção com armas.

**Anexo nº4** – idem.

**Anexo nº5** - «Árvore genealógica» dos maoistas portugueses.